

Revista

ENFRENTAMENTO

Movimento Autogestionário



26

ISSN 1983-1684



**NEM FASCISMO, NEM ANTIFASCISMO:
A PERSPECTIVA PROLETÁRIA!**

REVISTA ENFRENTAMENTO

Uma revista na luta cultural

Movimento Autogestionário

ISSN 1983-1684

EXPEDIENTE

A Revista Enfrentamento é uma publicação do Movimento Autogestionário – MOVAUT. Seu conteúdo está vinculado à perspectiva revolucionária e autogestionária e intenta colaborar com a luta das classes e grupos oprimidos de nossa sociedade. Os textos publicados são de responsabilidade de seus autores. Contudo, o Conselho Editorial da Revista Enfrentamento e o Movimento Autogestionário reservam-se ao direito de só publicar os artigos que expressem claramente os pontos de vista políticos e teóricos do Movimento Autogestionário.

CORPO EDITORIAL

Aline Ferreira

Diego Marques P. Dos Anjos

Gabriel Teles

Lucas Maia

Mateus Orio

Ricardo Golovaty

CAPA

Mateus Orio

SUMÁRIO

EDITORIAL	5
NEM FASCISMO, NEM ANTIFASCISMO: A PERSPECTIVA PROLETÁRIA	9
O que é fascismo?	
<i>Nildo Viana</i>	10
A quem serve o antifascismo?	
<i>Jaciara Veiga e Mateus Alves</i>	35
ANTIFASCISMO e LUTA PELA AUTOGESTÃO: UMA CONTRADIÇÃO	
<i>Alexandra Peixoto Viana</i>	41
O ESPANTALHO FASCISTA DOS ANTIFASCISTAS e a LUTA CONTRA AS ILUSÕES DEMOCRÁTICAS	
<i>Guilherme Bachmann</i>	44
A MISÉRIA DO ANTIFASCISMO NO BRASIL	
<i>Lucas Maia</i>	59
Fascismo? Democracia? Comunismo	
<i>Otorrino Perrone</i>	75
ARTIGOS	89
ORIGEM e SIGNIFICADO DO SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO	
<i>Nildo Viana</i>	90
Stálin e a Deformação do Materialismo Histórico-Dialético	
<i>Mateus Alves</i>	119
Sobre a concepção de Revolução em Otto Rühle e o papel contrarrevolucionário do Partido Político	
<i>Erisvaldo Souza</i>	135

EDITORIAL

Vivemos num mundo confuso. A profusão de informações (falsas e verdadeiras) é um inconveniente para uma percepção correta e adequada da realidade. Ao contrário do que é geralmente propagandeado, mais informação não significa melhor conhecimento do real. Isto se dá por duas razões. Primeiramente, o volume das informações (vídeos, textos, imagens) torna impossível um conhecimento aprofundado, o que geralmente conduz à superficialidade. Basta uma rápida olhada no que se faz de jornalismo hoje em dia para se ter uma ideia disto.

Mas, além do assim chamado “jornalismo tradicional” levado a cabo pelo capital comunicacional, soma-se ainda uma enorme quantidade de novos agentes produtores de informações (em blogs, sites, redes sociais etc.); b) além do volume e superficialidade, outro aspecto deve ser levado em conta. Para se fazer um bom uso de informações, conseguir discriminar o supérfluo do essencial, o falso do verdadeiro, saber se apropriar das consistentes e produzir um saber a partir daí, é necessário um processo de formação intelectual mais sofisticado, que demanda estudo, tempo, disciplina etc. E isto só acontece muito precariamente. Deste modo, o que se percebe é muita informação associada a pouca formação.

Isto nos leva a constatar que a realidade é também confusamente percebida. O que é grave para as classes inferiores em geral e para o proletariado, como sujeito potencialmente revolucionário. Grave porque a consciência é elemento ativo na luta destas classes contra sua situação de submissão e exploração. O conjunto de ideologias (como saber complexo, sistematizado, embora falso) justifica a realidade tal como ela é; o volume de informações superficiais tendem a levar a atenção para pontos e processos sociais secundários; a falta de formação mais consistente, sobretudo das classes inferiores (a quem uma formação mais consistente mais interessa) criam dificuldades adicionais para se pensar o processo de transformação revolucionária da sociedade.

Referimo-nos a dificuldades adicionais porque a própria inserção destas classes inferiores no conjunto da divisão social do trabalho é a determinação fundamental. Por “classes inferiores” estamos nos referindo às classes sociais submetidas a processos de exploração (proletariado) e submissão (trabalhadores domésticos, subalternos,

trabalhadores do comércio e serviços em geral etc.), bem como àquela classe que está fora da divisão social do trabalho, o lumpemproletariado (desempregados, moradores em situação de rua etc.).

É diante deste quadro, pensando numa estratégia de classe que ressalte os interesses do proletariado como classe autodeterminada, que o Movimento Autogestionário edita a *Revista Enfrentamento*. Este periódico cumpre, pois, o papel da defesa da auto-organização como método de luta e da autogestão como fim. O objetivo da luta proletária é o norte, é o sentido essencial de nossa intervenção na realidade. Assim, os textos que compõem este número, bem como os anteriores, têm sempre em vista este ponto fundamental. Para tanto, é necessário o rompimento e crítica das ideologias burguesas e burocráticas, a crítica às instituições que pretensamente se colocam do lado do proletariado (sobretudo partidos e sindicatos). Ou seja, acreditamos que não deve haver nenhuma concessão a qualquer ideia ou instituição da sociedade burguesa.

Do ponto de vista político, ou seja, que expressa a luta de classes, é característico da sociedade burguesa a existência de três blocos sociais. Definimos blocos sociais como sendo aqueles setores mais organizados e conscientes das classes sociais. O bloco dominante é a fração mais organizada e consciente da classe dominante (estado e seus aparatos, intelectuais e ideologias conservadoras etc.). O bloco progressista, por sua vez, é a fração mais organizada e consciente da classe burocrática (os chamados partidos políticos de esquerda, organizações sindicais, intelectuais progressistas, ideologias social-democrata, bolchevique, guevarista etc.). O bloco revolucionário, por outro lado, é a fração mais organizada e consciente da classe proletária (organizações autônomas e independentes dos trabalhadores, grupos políticos e indivíduos revolucionários, concepções anarquistas, autonomistas, marxistas etc.).

Em momentos de estabilidade, a tendência é a luta de classes desenvolver-se mais explicitamente no interior dos blocos sociais. Quando há uma radicalização e aprofundamento destas lutas, o conjunto das classes sociais tendem a entrar na luta,

expandindo a organização e consciência de classe para além dos limites dos blocos sociais¹.

Esta discussão interessa-nos aqui para compreender o significado do Dossiê temático publicado neste número da Revista, intitulado “*Nem fascismo, nem antifascismo: a perspectiva proletária*”. Estes textos têm a intenção de lançar luzes ao conjunto de informações e análises que estão sendo feitas acerca do suposto “fascismo” presente no governo de Jair Bolsonaro. Todo o bloco progressista e até mesmo setores oposicionistas ao governo do bloco dominante estão a gritar por todos os meios que o governo Bolsonaro é fascista. Estão a tentar criar, sobretudo o bloco progressista, um suposto movimento antifascista. Os textos aqui presentes têm em vista criticar tanto o dito fascismo de Bolsonaro, quanto a espelunca antifascista em vias de formação no Brasil.

Contudo, não se trata de crítica pela crítica, mas sim de crítica revolucionária, ou seja, que visa fazer prevalecer os interesses de classe do proletariado e demais classes inferiores. A tese que perpassa todos os textos presentes no dossiê é: o fascismo atribuído a Bolsonaro é discurso falacioso e o antifascismo que se opõe a este suposto fascismo é engodo. Engodo para a classe operária e seus interesses de classe. Mas, para o bloco progressista, o tal antifascismo é bem conveniente, pois: a) elimina a presença da classe operária e demais classes inferiores com suas organizações, consciência e interesses; b) faz prevalecer somente o ponto de vista democrático, ou seja, de defesa do assim chamado estado democrático de direito com suas instituições (estado, partidos etc.) e processos políticos, sobretudo o eleitoral, que é o que mais convém ao bloco progressista.

No dossiê temático, há os seguintes textos: *A quem serve o antifascismo?*, de Jaciara Veiga e Matheus Alves; *O que é fascismo?*, de Nildo Viana; *Antifascismo e luta pela autogestão: uma contradição*, de Alexandra Peixoto Viana; *O espantalho fascista dos antifascistas e a luta contra as ilusões democráticas*, de Guilherme Bachmann; *A miséria do antifascismo no Brasil*, de Lucas Maia; e a tradução do texto *Fascismo? Democracia?*

¹ Para uma discussão mais aprofundada sobre os blocos sociais, confira o texto de Nildo Viana, *Blocos Sociais e Luta de Classes*, publicado pela primeira vez no Número 17 da Revista *Enfrentamento* (2015).

Comunismo, de Otorrino Perrone, publicado em 1934, portanto, no auge do fascismo italiano.

Completa este número da Revista *Enfrentamento*, a retomada da crítica ao sindicalismo revolucionário com o texto: *Origem e significado do sindicalismo revolucionário*, de Nildo Viana. Dizemos retomada, pois no número 14 (2014) há um artigo que realiza a análise crítica desta corrente. Também contamos com o texto de Matheus Alves, intitulado: *Stalin e a deformação do materialismo histórico-dialético*. Por fim, esta edição conta também com o artigo *Sobre a concepção de revolução em Otto Rühle e o papel contrarrevolucionário do partido político*, de Erisvaldo Souza.

Boa leitura!!

À Luta!!!

NEM FASCISMO, NEM ANTIFASCISMO: A PERSPECTIVA PROLETÁRIA

O QUE É FASCISMO?

Nildo Viana

Hoje muito se fala em “fascismo”. Muita gente virou “fascista” de uma hora para outra, inclusive pessoas que nem sabem o que é isso. O clima eleitoral e o oportunismo do discurso eleitoral são as explicações para tal uso e abuso do termo “fascismo”. Porém, o uso e abuso do termo é possível pela sua indefinição ou por sua pseudodefinição. No fundo, essa banalização desse termo o transforma num chavão. O curioso é que intelectuais, alguns das ciências humanas, usam e abusam de tal chavão e alguns até apresentam definições do mesmo sem remeter a uma fundamentação mais sólida e a ampla bibliografia existente sobre o fenômeno.

Nesse contexto, torna-se urgente e prioridade discutir o conceito de fascismo. Antes de iniciar a reflexão sobre tal conceito, é necessário alertar sobre o uso e abuso do mesmo. Alguns leitores podem pensar que o autor desse texto está apenas se posicionando – como é comum em períodos eleitorais – de forma oportunista e por isso está querendo complexificar o que é simples. No entanto, é preciso recordar que – em outras épocas – outros intelectuais, por mais que possamos discordar deles, demonstraram compromisso com o rigor intelectual e com a reflexão, e por isso fizeram o mesmo alerta. Vejamos uma citação para demonstrar que este é um problema recorrente nas lutas políticas:

Por seu alto teor explosivo, a palavra “fascista” tem sido frequentemente usada como arma na luta política. É compreensível que isso ocorra. Para efeito de agitação, é normal que a esquerda se sirva dela como epíteto injurioso contra a direita. No entanto, esse uso exclusivamente agitational pode impedir a esquerda, em determinadas circunstâncias, de utilizar o conceito com o necessário rigor científico e de extrair do seu emprego, então, todas as vantagens políticas de uma análise realista e diferenciada dos movimentos das forças que lhe são adversas (KONDER, 1977, p. 4).

Após esse alerta de um filósofo insuspeito para os que encontram fascismo em tudo – pois ele foi da esquerda partidária (PCB – Partido Comunista Brasileiro) e nunca foi um “esquerdista” acometido pela “doença infantil do comunismo” – podemos iniciar nossa caminhada. A reflexão sobre o fascismo remete para algumas questões básicas: o que é o fascismo? Isso pressupõe responder qual é o fenômeno que o termo expressa, o seu significado, e qual a amplitude do conceito. Ao lado disso, é preciso entender quais

são suas origens, qual sua base social, quais são suas características e sua relação com outras concepções semelhantes.

O Conceito de Fascismo

Iniciemos, portanto, com o conceito de fascismo. No fundo, o fascismo foi um fenômeno histórico que emergiu pioneiramente na Itália e, por isso, é nessa experiência histórica que podemos retirar os elementos básicos para sua explicação. Obviamente que aqui já entra a discussão conceitual, pois alguns utilizam uma definição tão ampla de fascismo que acaba se confundindo com qualquer outro fenômeno, tanto o nazismo¹ quanto qualquer forma de ditadura. Por isso é preciso trabalhar o conceito de fascismo inicialmente e, como o nome e a primeira experiência histórica emergiu na Itália, é nesse caso concreto que temos as fontes para uma conceituação de fascismo.

A princípio, podemos definir o fascismo como um *movimento político caracterizado por ser um nacionalismo expansionista, integralista e totalitário que é expressão política e doutrinária da burguesia em aliança com a burocracia*². Obviamente, o que temos acima é uma definição de fascismo, o que significa que é uma síntese do conceito que traz a necessidade de desdobramentos e explicações. Mas desta definição inicial podemos extrair uma discussão sobre as bases sociais do fascismo, o que faremos adiante, sobre a doutrina fascista e sobre sua diferença em relação a outras concepções burguesas, bem como suas origens históricas.

Porém, é preciso compreender que, enquanto movimento político, ou seja, uma expressão política de classe (ou conjunto de classes, aliança de classes, etc.), o fascismo possui várias organizações derivadas, além da questão cultural. Assim, é preciso

¹ O nazismo é muito semelhante ao fascismo, mas possui alguns elementos diferenciadores. Não pretendemos aqui apontar tais diferenças, nem as semelhanças, mas alertamos para que são fenômenos bastante próximos e que possuem bases e origens semelhantes. Ambos são nacionalismos expansionistas e totalitários, mas o nazismo acrescenta o elemento do “racismo” e, ao lado dele, a centralidade fornecida ao processo de criação do inimigo imaginário. A respeito do inimigo imaginário, cf. VIANA, 2007.

² Esses elementos o diferenciam de outras concepções políticas burguesas e até de outras formas de reacionarismo e ditadura. Da mesma forma, existem características secundárias, tal como o apoio que conquistou de certas classes subsidiárias e setores da população, entre outras que explicitaremos e são derivadas destes elementos fundamentais.

entender, no movimento fascista, o partido fascista, a força paramilitar fascista, o sindicalismo fascista (corporações), o estado fascista, bem como sua base intelectual, a doutrina fascista. Ou seja, trata-se de um movimento amplo que inclui diversos elementos e esse é outro elemento que o diferencia de diversas outras organizações, movimentos, doutrinas, que são da burguesia. Inclusive, ele se inspira e busca ser o outro do “movimento progressista” (especialmente a social-democracia, o leninismo e o sindicalismo revolucionário). Daí temos elementos da origem do fascismo, pois parte do seu contingente originário e fundador saiu do movimento progressista, pois Benito Mussolini foi líder do Partido Socialista Italiano e extraiu elementos do leninismo e sindicalismo revolucionário de forma entusiástica para constituir sua doutrina. A ideia de ser o outro da mobilização progressista com objetivos burgueses é que fornece o que alguns chamaram de “movimento de massas”. Retornaremos a isso adiante.

O fascismo, enquanto movimento que se pretende “popular” ou de “massas” tem nas forças paramilitares uma de suas características definidoras. Desde os *fasci di combattimento* (laços ou feixes de combate)³ ao *squadrismo*, a violência organizada e integrada num movimento mais amplo é uma característica do fascismo. Não se trata, portanto, de violência difusa ou qualquer forma de exercer a violência, mas sim organizada em forças paramilitares e integradas num organismo central. Os *fasci di combattimento* foram criados por Mussolini. Eles estavam integrados no movimento fascista e reproduzindo elementos do mesmo, embora ainda sob forma embrionária, pois o fascismo vai se desenvolver e o *squadrismo* será a forma mais desenvolvida das forças paramilitares fascistas (GENTILE, 1988; PARIS, 1993). As forças paramilitares exercem violência organizada com o objetivo de levar o fascismo ao poder ou de garantir sua permanência no poder.

A outra forma organizacional do fascismo é o partido político. O Partido Nacional Fascista, que já foi definido como “partido político de novo tipo da burguesia” (TOGLIATTI, 1978). A sua fonte de inspiração para se autodenominar “de novo tipo” foi

³ “Em janeiro de 1915, Mussolini criou um movimento para pressionar o governo italiano a intervir na guerra contra o império Austro-Húngaro que chamou-se de *fascio interventist*. Assim surgiu a ideia de denominar de *Fasci di Combattimento* a organização que nasceu na Praça San Sepolcro” (DEL ROIO, 1987, p. 12).

justamente a concepção leninista (TOGLIATTI, 1978). O partido fascista é uma prefiguração do estado fascista, mas permeado por contradições, lutas internas, etc. (GENTILE, 1988; TOGLIATTI, 1978), que só se resolverão com a ascensão ao poder e implantação do totalitarismo fascista. O PNF (Partido Nacional Fascista) reproduzia no seu interior a doutrina nacionalista totalitária e expansionista e por isso ele agia de forma totalitária

O fascismo constituiu-se em partido político para reforçar sua disciplina e precisar seu “credo”. A Nação não é a simples soma dos indivíduos vivos nem o instrumento dos objetivos partidários, mas um organismo que compreende a série indefinida das gerações cujos indivíduos são elementos passageiros; é a síntese suprema de todos os valores materiais e espirituais da raça. [...]. O Estado é a encarnação jurídica da Nação [...]. [...]. O prestígio do Estado Nacional deve ser restaurado: o Estado [...] deve ser o zeloso guardião, o defensor e o propagador da tradição nacional, do sentimento nacional, da vontade nacional (O PROGRAMA DO PARTIDO NACIONAL FASCISTA, apud. PARIS, 1993, p. 97-98).

Assim, o partido fascista vai se estruturando e busca concretizar o objetivo, coerente com o totalitarismo, de se tornar “partido único”, por isso ele objetiva a “destruição de todos os outros partidos da burguesia italiana e de todos os partidos políticos em geral” (TOGLIATTI, 1978, p. 31). A evolução do PNF explicita o seu processo de implantar o objetivo totalitário, mas que era difícil em sua formação e vai se concretizando com seu avanço.

Outra forma organizacional fascista era o sindicalismo fascista, chamado de corporativista. A ideia do fascismo era formar sindicatos fascistas e instituir o sindicalismo único e assim realizar uma cooptação do movimento operário. Para tal, deveria destruir os demais sindicatos (especialmente os de orientação social-democrata e leninista, mas incluía todos os demais). O corporativismo fazia parte da doutrina fascista (PARIS, 1993; TRENTO, 1986), mas foi o elemento mais frágil da política fascista e com menos sucesso e efetividade.

A quarta forma organizacional do fascismo é o estado fascista. A ascensão dos fascistas ao poder iniciou com a chamada de Benito Mussolini para compor o governo pelo Rei Vittorio Emanuele, após a Marcha sobre Roma, em 1922 (DEL ROIO, 1987). No

entanto, houve um processo histórico, marcado por fases, para o Estado fascista se consolidar e se tornar totalitário⁴.

No início dos anos trinta o fascismo havia consolidado o seu regime, que se apoiava em um eficiente aparato político, em uma ramificada estrutura de organizações de massas controladas a partir do alto, em um consenso genuíno, ainda que em grande parte emotivo, da maioria dos italianos, em uma constante mobilização de massas e no mito de Mussolini, o *duce* carismático que dominava a inteira construção do novo sistema político. Ao final da primeira década de poder, o fascismo deu início a um período de laboriosa produção ideológica, através dos debates sobre o significado da “revolução fascista”, o papel do “partido”, o corporativismo, o caráter “universal” do fascismo, a nova natureza do Estado fascista. Os princípios fundamentais da sua ideologia foram definidos em um texto oficial de 1932, a *Doutrina do fascismo*, escrita em parte pelo filósofo Giovanni Gentile e em parte por Mussolini, e publicada na *Enciclopédia Italiana*. O fascismo era definido como uma concepção religiosa da vida, e portanto espiritualista, anti-individualista e totalitária” (GENTILE, 1988, p. 45).

O fascismo é um movimento político e por isso engloba todas essas organizações. A sua principal forma organizacional é o estado, que ele busca conquistar e depois da conquista o transforma em estado fascista. Outra forma organizacional de suma importância é o partido, pois ele é o principal responsável pela conquista do aparato estatal, embora se torne secundário após isso. E, por fim, temos as demais organizações fascistas, tal como as forças paramilitares e sindicalismo corporativo, que serão complementadas por outras formas organizacionais (de juventude, por exemplo), e forma o conjunto das organizações fascistas. A forma organizacional do fascismo engloba todas essas organizações, com destaque para o Estado, como organização principal, e o partido, que é principal até a tomada do aparato estatal. Da mesma forma que possui uma forma organizacional, o fascismo também tem uma forma cultural, expressa na doutrina fascista. E todas essas organizações buscavam expressar e concretizar a doutrina fascista. Essa também possui um elemento central e outros derivados e por isso será abordada separadamente, mas não se deve perder de vista seu vínculo indissolúvel com as organizações fascistas.

⁴ Gentile (1988) expressou esse processo como a passagem do autoritarismo para o totalitarismo, mostrando como o fascismo foi se fortalecendo ao ponto de implantar sua ditadura totalitária.

A Doutrina Fascista

A doutrina fascista necessita ser entendida para haver uma compreensão do caráter do fascismo. É preciso destacar que trata-se de uma doutrina e não de uma ideologia ou teoria⁵. Aqui é preciso esclarecer que existe o saber noosférico, complexo, e as representações cotidianas, também denominadas “senso comum”, “saber popular”, etc. O saber noosférico é o filosófico, o científico, o teórico, o teológico (VIANA, 2018a). É, portanto, uma forma complexa de saber. Essa forma de saber é explicativa, desenvolvida, coerente, aprofundada. Assim, o iluminismo, o positivismo, o marxismo, o tomismo, o estruturalismo, o funcionalismo, o hegelianismo, o kantismo, o cartesianismo, são formas assumidas pelo saber noosférico. Entre o saber noosférico e as representações cotidianas existem formas intermediárias de representações e outras formas de saber (VIANA, 2015). Esse é o caso das doutrinas. As doutrinas não são desenvolvidas, como é o caso do saber noosférico, e nem são tão simples quanto as representações cotidianas. As doutrinas são caracterizadas por buscarem um certo desenvolvimento do pensamento, mas ainda sob forma contraditória e sem chegar ao nível das produções científicas, teóricas, filosóficas. Uma doutrina se organiza racionalmente em torno de alguns princípios fundamentais, que são permanentes, e por ideias acessórias e complementares, que podem ser contraditórias ou alteradas.

Assim, formalmente, o fascismo é uma doutrina. Mas o que interessa saber é quais são os princípios fundamentais dessa doutrina específica chamada fascismo. Vamos elencar seus princípios fundamentais e apresentar brevemente cada um deles. O primeiro princípio fundamental do fascismo é o nacionalismo. O nacionalismo emerge com os estados-nações forjados à força pela burguesia emergente após as revoluções burguesas e que gerou ideias (ideologias, doutrinas, etc.) para justificar, legitimar e reforçar a ideia de “identidade nacional”. A burguesia, após as revoluções burguesas, no poder, adotou o romantismo e o nacionalismo como suas bandeiras para evitar a luta de classes e a autonomização do proletariado e outras classes. Assim, o “povo”, a “nação”, as tradições, a família, passaram a ser supervaloradas. O nacionalismo assumiu várias formas no decorrer da história e não cabe aqui fazer as diversas distinções históricas e

⁵ E é, também, a manifestação do paradigma organicista, da qual o nazismo é outra concepção correspondente (VIANA, 2019).

continentais (o nacionalismo africano, por exemplo, é bem distinto do nacionalismo europeu)⁶. Isso significa que o fascismo é nacionalista, mas nem todo nacionalismo é fascista.

A nação é o lema básico da doutrina fascista. Ela é a base moral do fascismo e sua fonte de integração. Essa integração se concretiza através do estado:

O ponto essencial desta concepção era a ideia do Estado, como “um absoluto, diante do qual indivíduos e grupos são o relativo”, como a “forma mais alta e potente da personalidade”, que “resume todas as formas de vida moral e intelectual do homem”, e, “transcendendo o limite breve das vidas individuais representa a consciência imanente da nação”, porque o Estado “não é somente presente, mas é também passado e sobretudo futuro”: é o Estado “que educa os cidadãos para a virtude civil, torna-os conscientes da sua missão, impele-os à unidade”, soerguendo os homens “da vida elementar da tribo à mais alta expressão humana de potência que é o império”. O estado fascista é “uma vontade de potência e de império” [...] (GENTILE, 1988, p. 45).

Aqui é possível perceber a especificidade do nacionalismo fascista: ele é expansionista, ou seja, imperialista, e também integralista. O caráter expansionista do fascismo tem a ver com as suas próprias origens, de um país que saiu vitorioso na Primeira Guerra Mundial, mas não obteve conquistas e ficou subordinado aos demais países aliados vitoriosos e que precisa expandir o seu império, o que vai culminar na sua aliança com a Alemanha nazista e Segunda Guerra Mundial. Os pseudomarxistas de vários tipos apontaram para o caráter imperialista do fascismo⁷, apesar de seus equívocos derivados da influência leninista ao enfatizar o capital financeiro (DEL ROIO, 1987; MANDEL, 1976; TOGLIATTI, 1978; DIMINTROV, 1978; KONDER, 1977). O nacionalismo do fascismo é expansionista, pois visa a expansão imperial. Para isso, adapta a teoria da luta de classes do marxismo substituindo-a pela luta de nações:

A nação italiana era, evidentemente, uma realidade: uma realidade complexa, uma sociedade marcada por conflitos internos profundos, dividida em classes sociais cujos interesses vitais se chocavam com violência. Mussolini fez dela um mito, atribuindo-lhe uma unidade fictícia, idealizada. Aproveitando uma ideia do nacionalista de direita Enrico Corradini, apresentou a Itália como uma “nação proletária”, explorada por outras nações, e acusou seus ex-companheiros socialistas de utilizarem o proletariado italiano para, com suas

⁶ Konder realiza uma distinção entre o nacionalismo dos povos colonizados e o nazifascismo, colocando que o primeiro surge de “baixo para cima” (sendo mais democrático) e o segundo “de cima para baixo” (KONDER, 1977). Apesar dessa consideração ter momentos de verdade e ver diferença entre duas manifestações distintas de nacionalismo, não deixa de ser problemática e realizar uma certa idealização do nacionalismo dos países colonizados.

⁷ “O fascismo é um produto do capitalismo monopolista e imperialista” (MANDEL, 1976, p. 23).

reivindicações, enfraquecerem internamente o país em proveito dos inimigos que a Itália tinha no exterior (KONDER, 1977, p. 11).

O nacional-fascismo era também integralista. Ele visava integrar toda a população no regime fascista. Isso gerou a ideia, retomada por vários analistas, de que ele seria um “movimento de massas”. O integralismo fascista agia sob forma organizacional e sob forma doutrinária. O aspecto organizacional foi assim explicitado por Mussolini e Gentile:

O fascismo quer o Estado forte, orgânico e ao mesmo tempo apoiado em uma ampla base popular. O Estado fascista reivindicou para si o campo da economia e, através das instituições corporativas, sociais, educativas por ele criadas, o sentido do Estado chega até às extremas ramificações, e no Estado circulam, enquadradas nas respectivas organizações, todas as forças políticas, econômicas, espirituais da nação” (apud. GENTILE, 1988, p. 46)⁸.

O Partido Nacional Fascista, as corporações (sindicatos fascistas), educação fascista, organizações juvenis fascistas, etc. eram unificadas no estado fascista, bem como os meios de comunicação, especialmente o rádio (TRENTO, 1986)⁹. No plano doutrinário, o fascismo se inspirava em diversas fontes, algumas mais distantes e perceptíveis por afirmações e palavras (Nietzsche e outros), mas outros por serem fontes reais, indo desde o nacionalismo até o sindicalismo revolucionário, passando pela social-democracia, leninismo, etc. A doutrina fascista era desenvolvida através da propaganda, educação, organizações fascistas, etc. O seu *modus operandi* tem como fonte de inspiração o sindicalismo revolucionário (e, em menor grau, leninismo e outras concepções), especialmente Georges Sorel. A ideia de Sorel é a do mito da greve geral e outras formulações que apontam para uma concepção voluntarista e não-racional para atingir a classe operária (1993). Mussolini se apropria dessa ideia e busca constituir o “mito da nação” e outros elementos complementares para arregimentar as “massas”.

⁸ “É fácil dar-se conta de que este texto, que se torna ponto de referência fundamental para a ideologia [sic] fascista, seja nas elaborações teóricas [sic] mais sofisticadas seja na divulgação catequística de fórmulas elementares, não era mera retórica de ocasião, mas representava a concentração dos mitos e das ideias amadurecidas a partir da ‘nova cultura política’: não é por acaso que um dos autores [Giovani Gentile - NV] tenha sido o filósofo que mais do que qualquer outro, na Itália, contribuiu para a ‘transformação da política’ em nível teórico, após a Grande Guerra, elaborando uma espécie de teologia política em que se inspiraram muitos intelectuais fascistas” (GENTILE, 1988, p. 46).

⁹ “As funções dessas organizações eram múltiplas, de tipo pré-militar, assistencial, recreativo e esportivo, mas com o alvo principal de socialização ideológica, de adesão aos valores do fascismo, e de inculcar a doutrina *crer, obedecer, combater*” (TRENTO, 1986, p. 47).

E o voluntarismo e apelo à ação e à vontade (que o fascismo compartilha com tendências religiosas, anarquistas e outras, por razões e sob formas distintas) aponta para o predomínio da fé ao invés da razão. “O fascismo prefere suscitar a fé mais que convencer racionalmente. Um partido sustentado pelo grande capital e cujo objetivo oculto é a defesa dos privilégios dos poderosos agiria muito mal se tentasse despertar a inteligência dos seus recrutas” (GUÉRIN, 1973, p. 97)¹⁰. Cultivar a inteligência, segundo Guérin, só seria mais prudente quando os indivíduos já estiverem “completamente fascinados”. “E o fascismo é fascinante e deixa a gente ignorante e fascinada”, já dizia a música¹¹. Depois disso, ele pode ter acesso à “verdade” (sic) e lógica. E se abre os olhos, “bastaria empregar o argumento supremo: é assim porque o chefe o disse!” (GUÉRIN, 1973, p. 97). E aqui aparece uma outra característica secundária do fascismo (que é comum ao stalinismo e nazismo), o culto à autoridade¹². Outro elemento característico da doutrina fascista é a manipulação de sentimentos, no qual o medo, o ódio, o vínculo afetivo (com a nação, por exemplo) é trabalhado para reforçar a adesão ao fascismo.

Assim, os valores fundamentais apontam para o Estado e a nação, através de um nacionalismo que buscava integrar a população no regime e de caráter expansionista/imperialista e totalitário. Para isso, era necessário cultivar a ideia de um “homem novo”, que não seria mais o individualista e sim o “homem-massa”, integrado na coletividade. Uma das necessidades especificamente humanas, ou seja, parte da essência humana, tal como Marx colocava, é a socialidade (MARX; ENGELS, 1982; VIANA, 2017) e o fascismo ataca o liberalismo e o individualismo para se apresentar como aquele que pode suprir essa necessidade. Assim, os indivíduos submetidos a uma sociedade dominada por valores e representações individualistas, e afastados de uma socialidade

¹⁰ “O mito é uma fé, é uma paixão. Não é preciso que seja uma realidade. [...]. O nosso mito é a nação, o nosso mito é a grandeza da nação!” (MUSSOLINI, apud. KONDER, 1977, p. 11).

¹¹ Engenheiros do Hawaii, “Toda forma de poder”.

¹² Após a morte de Stálin, na antiga URSS (União das Repúblicas “Socialistas” “Soviéticas”), foi denunciado o “culto da personalidade”. O culto à autoridade é um processo que tem elementos psíquicos e que Fromm discutiu ao distinguir entre autoridade racional e autoridade irracional. O culto à autoridade, no fascismo, nazismo e stalinismo, é um processo irracional em relação a uma autoridade igualmente irracional. Isso é coerente com o fascismo e com o nazismo e seu desprezo pela razão, mas é incoerente no caso do stalinismo.

satisfatória, buscavam a reintegração. Esse processo se torna ainda mais intenso nos momentos de desestabilização e crise.

No caso italiano, a situação crítica do país reforçava essa necessidade: “vítimas da tendência desagregadora que se fortalecia no interior da vida social, reduzidos a uma solidão angustiante, os indivíduos – reconhecendo sua fragilidade – ansiavam por se integrar em comunidades capazes de prolongá-los, de completá-los” (KONDER, 1977, p. 15). A promessa feita pelo socialismo não se concretizou e a decepção com a social-democracia e o leninismo abria a possibilidade para uma “terceira via”, além do liberalismo e do socialismo. Assim, “o fascismo passou a se empenhar a fundo na apresentação do seu mito da nação como algo capaz de satisfazer as exigências da vida comunitária, que os indivíduos, no quadro da sociedade capitalista, são levados a experimentar de maneira intensa, porém, frequentemente confusa” (KONDER, 1977, p. 15). Dessa forma, um sentimento humano autêntico é manipulado para servir à causa fascista, desumana.

O integralismo é uma característica essencial do fascismo, e nisso ele coincide com o nazismo, pois busca uma adesão integral dos indivíduos, o que é necessário não apenas para manter o regime totalitário, mas também para realizar sua empreitada expansionista e bélica. É por isso que para o fascismo “não tende a ter súditos passivos não-participantes, mas soldados fanáticos e ‘convictos’”, segundo Gino Germani¹³, tentando mobilizar o conjunto da população (GENTILE, 1988). É por isso que esse integralismo visa gerar o “homem novo”, massificado e subjugado ao estado fascista:

No fascismo, como dissemos mais acima, a orientação totalitária nascia de uma instituição da política e da massa que postulava a maleabilidade da natureza humana, e atribuía à política a função de plasmar as massas para criar novas realidades históricas, isto é, um Estado novo que criaria um novo homem (GENTILE, 1988, p. 44)¹⁴.

¹³ Germani atribuía essa característica ao “totalitarismo” (GENTILE, 1988).

¹⁴ Não deixa de ser curioso que alguns pseudomarxistas e stalinistas também usem a expressão “novo homem”, em visível contradição com o marxismo. Para o marxismo, a essência humana é universal e foi a sociedade de classes que criou a sua degradação e, portanto, não se trata de criar “novo homem” e sim libertar a humanidade, permitindo a concretização da natureza humana através da superação do trabalho alienado e da deformação das relações sociais, o que pressupõe abolir a sociedade de classes (no caso, a sociedade classista atual, o que significa abolir o capital e o aparato estatal e as classes em geral).

O “novo homem”, integrado no fascismo, é ativo e não meramente passivo e isso é frequente no fascismo e um dos motivos para ser qualificado como um “movimento de massas”. Assim, o indivíduo é integrado totalmente e se torna um reprodutor do fascismo. Obviamente, essa integração do indivíduo não se realizou concretamente e totalmente. Uma parte considerável da população italiana foi integrada no fascismo, embora, mesmo nessa parte, não tenha sido algo completo em todos os casos. Esse processo mostra também sua face totalitária, pois a integração ativa dos indivíduos via doutrina, fé, organizações, era totalitária, atingia toda a sociedade. Desde a infância o indivíduo era cercado por um estado totalitário:

Um dos primeiros objetivos, constantemente perseguido pelo fascismo, era doutrinar a juventude, enquadrada de 6 a 18 anos de idade nos filhos da loba, nos balilla, nos avanguardistas e, em sua versão feminina, nas pequenas italianas e nas jovens italianas. Todos esses organismos faziam parte da Opera Nazionale Balilla (ONB), criada em 1926 e mais tarde substituída pela GIL – Giovetù Italiana del Littorio, diretamente dependente do secretário do partido. A nível universitário, existiam os GUF – Grupos Universitários Fascistas (TRENTO, 1986, p. 47).

Os trabalhadores eram atingidos pelas corporações (sindicatos fascistas) e até em seu lazer:

O regime obteve maior sucesso na doutrinação através da organização recreativa para os trabalhadores, a Opera Nazionale Dopolavoro (OND), que proporcionava muitas vantagens (redução nas passagens de trem e nos espetáculos) e organizava competições esportivas, passeios fora da cidade aos domingos e turismo nos fins de semana (o sábado fascista), realizado em trens populares (TRENTO, 1986, p. 51).

A doutrina fascista era, portanto, nacionalista expansionista, integralista e totalitária. Os seus princípios fundamentais apontam para esses elementos, bem como sua forma de atuar e doutrinar. Além desses princípios fundamentais, que eram coerentes e inalteráveis, haviam outros que eram elementos contraditórios e que podiam, ao mesmo tempo, realizar críticas ao capitalismo e ser financiador e grande defensor do grande capital, bem como usar elementos do bolchevismo e criticá-lo ferozmente, entre diversas outras contradições. É por isso que o fascismo foi chamado de “ideologia eclética” (TOGLIATTI, 1978), mas apesar de se declarar “super-relativista”, e defender a “flexibilidade ideológica”, não deixava de lado a necessidade de um “princípio sagrado” (KONDER, 1977). O que mostramos aqui foram os princípios fundamentais da doutrina fascista, sendo que seus elementos complementares mudaram de acordo com as mutações políticas, a evolução histórica, o seu

fortalecimento, as conveniências políticas, o jogo de interesses e alianças para chegar ao poder, etc. Esses elementos complementares não foram abordados por não serem o cerne da doutrina e sim seus pontos negociáveis para atingir os seus objetivos e realizar seus princípios fundamentais.

O caminho trilhado até aqui apontou para a compreensão do conceito do fascismo, suas organizações e sua doutrina. No entanto, algumas questões permanecem: como foi possível o fascismo italiano? Quais suas bases sociais? Essas questões serão abordadas a partir de agora.

Origens e Bases Sociais do Fascismo

As interpretações do fascismo possuem pontos polêmicos, a saber: a) o seu processo histórico de constituição; b) quais foram suas bases sociais. Como um regime totalitário se formou em pleno século 20? O fascismo é um fenômeno específico da Itália ou um fenômeno universal? Não há como entender a gênese do fascismo sem compreender o processo histórico de seu engendramento na sociedade italiana e isso remete para várias questões. Não poderemos aprofundar e desenvolver todas essas questões aqui, mas vamos buscar efetivar uma breve síntese do processo de constituição do fascismo.

O fascismo não emerge em qualquer contexto e de qualquer forma. Não é uma doutrina que surge do nada e depois se materializa e toma conta de toda uma sociedade, bem como não é um movimento destituído de historicidade e produzido arbitrariamente. O fascismo emerge a partir de indivíduos concretos em determinado contexto social e histórico. O fascismo emergiu a partir de um processo de mutações no capitalismo mundial e da inserção específica da Itália nesse processo. O capitalismo se desenvolve a partir da sucessão de diversos regimes de acumulação buscando o objetivo de manter a reprodução ampliada do capital (VIANA, 2009). Quando um determinado regime de acumulação entra em crise, emerge outro, gerando, juntamente com isso, um novo regime de acumulação. Não poderemos desenvolver essas questões aqui, mas existem outras obras que realizam essa discussão sobre a história do capitalismo e a

sucessão dos regimes de acumulação (VIANA, 2015; VIANA, 2009; BRAGA, 2018; ORIO, 2014).

Após a crise do regime de acumulação extensivo, que viveu a turbulência dos anos 1840 e 1850 até a Comuna de Paris de 1871, emerge o regime de acumulação intensivo que vigorará até 1945. No entanto, em alguns países o processo foi diferente. Trata-se, especialmente, do caso alemão e italiano. Nesses países, um outro regime de acumulação foi instituído e o denominamos regime de acumulação bélico (VIANA, 2015). O regime de acumulação intensivo entrou em crise a partir da década de 1910 e isso foi expresso nas tentativas de revoluções proletárias (Rússia em 1917, Itália em 1919/20, Alemanha em 1918/21, Hungria em 1919) e lutas operárias radicalizadas em vários países. As derrotas do movimento operário não geraram seu fim, mas seu enfraquecimento relativo - e ele tendia a ressurgir, especialmente devido à situação de diversos países no período posterior e, mais ainda, com a crise de 1929. A Alemanha, derrotada na Primeira Guerra Mundial, e a Itália, aparentemente vitoriosa, foram os berços do regime de acumulação bélico. A contrarrevolução burocrática na Rússia e a formação do capitalismo de estado nesse país também foi visto como “ameaça comunista” e nova potência imperialista, gerando o medo da “bolchevização”.

O regime de acumulação bélico é caracterizado por um estado totalitário, nazifascista e outras características, mas seu elemento fundamental é o que alguns denominaram “economia de guerra”, um eufemismo para capitalismo de guerra. O objetivo do capitalismo de guerra, ou regime de acumulação bélico, é a retomada do ritmo de acumulação de capital e para isso precisa incentivar o capital bélico, forjar uma unidade e um regime ditatorial internamente para garantir a força de um exército para buscar uma nova partilha imperialista do mundo, etc. Esse foi o caso alemão e italiano, que, através do capitalismo de guerra, buscaram recuperar o ritmo de acumulação de capital:

A elogiada economia da Alemanha nazista com seu alto nível de atividade econômica (a produção industrial em 1938 esteve 25% acima de 1929, quando na Grã-Bretanha foi 12% inferior, e nos Estados Unidos de 28% também inferior) foi apenas uma economia de guerra. Atendeu a um duplo propósito: equipou a Alemanha para a agressão e deu lucros enormes aos capitalistas monopolistas cujo bastião era a indústria pesada (EATON, 1965, p. 272).

Assim, o regime de acumulação bélico foi instaurado na Alemanha e Itália, bem como o capital bélico avançou, posteriormente, a nível mundial com a Segunda Guerra Mundial. Por qual motivo o regime de acumulação bélico não se desenvolveu nos Estados Unidos e outros países, que encontravam dificuldades na acumulação capitalista? Nos Estados Unidos, bem como outros países imperialistas europeus, foram beneficiados com a última partilha imperialista e não existiam condições internas para uma nova aventura de guerra após a que havia ocorrido a pouco tempo. A justificativa para o belicismo seria difícil e seria mais fácil contra a Rússia, que, no entanto, já havia demonstrado ter força de resistência e aliados internos em vários países. Seria necessário, também, uma força política interna (um movimento e um partido, como o nazista e o fascista) com amplo apoio popular para conseguir isso e não havia essa condição nesses países, embora se esboçasse em alguns casos. A ascensão do nazifascismo só poderia ocorrer nos países derrotados ou em situação de humilhação (como a Itália, que ganhou mas não levou), o que poderia gerar ressentimento, ódio, grupos descontentes, etc., que geraria apoio popular e clima cultural que permitiria a emergência e consolidação de movimentos extremistas. Isso ocorreu no caso alemão e italiano. Nos limitaremos aqui ao caso italiano, devido ao nosso foco no fascismo.

A formação do regime de acumulação bélico na Itália, no entanto, não foi algo fácil¹⁵. Em primeiro lugar, o bloco dominante nem sempre consegue homogeneidade e nem todos conseguem captar as novas necessidades da classe dominante em geral. Por um lado, haviam os liberais e, por outro, os católicos, bem como no sul rural, havia uma situação diferenciada com a força dos latifundiários. O bloco progressista perdeu sua força com o passar do tempo, especialmente o PSI (Partido Socialista Italiano) e o PCI (Partido Comunista Italiano). O bloco revolucionário, que poderia ter se fortalecido com o movimento dos conselhos de fábrica, era extremamente débil na Itália. O marxismo sempre foi relativamente fraco na Itália, país onde os anarquistas – como no caso de

¹⁵ Além disso, o regime de acumulação bélico italiano foi muito inferior e muito mais fraco que o alemão. Não só o capital bélico italiano era mais frágil, como também o exército. Mussolini, inclusive, disse para Hitler que só estaria preparado para a guerra em 1942 (TRENTO, 1986). Porém, o capital bélico era beneficiado por conseguir primazia na importação de matérias-primas (GUÉRIN, 1973) e foi se fortalecendo, especialmente a partir da conquista da Etiópia, e, posteriormente, com a Segunda Guerra Mundial. O regime de acumulação bélico italiano formou-se mais lentamente e se caracterizou por ser débil e muito inferior ao caso alemão.

Malatesta – tinham mais força e o sindicalismo revolucionário (Arturo Labriola, Enrico Leone, etc.) acabou se fortalecendo. Essa situação proporcionava um bloco revolucionário débil teoricamente e extremamente fraco na militância concreta e na proximidade com o movimento operário.

Nesse contexto, a “vitória mutilada”, como foi chamado o resultado da Primeira Guerra Mundial para a Itália, gerou um processo que lançaria algumas das bases culturais do fascismo posterior, bem como gerou um contingente populacional que tendia a aderir ao futuro regime. “Os setores ligados ao chauvinismo e ao expansionismo sentiam-se frustrados, pois a Inglaterra, França, e os Estados Unidos ficaram com os maiores lucros da vitória, não permitindo ao Estado italiano a conquista de novas colônias e a dominação dos Balcãs” (DEL ROIO, p. 14).

Assim, ex-combatentes se tornaram potenciais integrantes de forças paramilitares, bem como no sul, marcado pelo latifúndio, era outro setor da sociedade que tendia a apoiar soluções mais drásticas e não eram próximos do liberalismo. No fundo, se iniciou um processo de convergência de diversos setores da sociedade italiana, e Mussolini, ex-integrante do PSI se aproveitou disso para criar os *Fasci de Combate* e abrir caminho para a formação do fascismo. A situação da sociedade italiana era marcada por dificuldades no processo de acumulação, conflitos, pobreza, entre outros aspectos, ao lado do ressentimento a respeito da “vitória mutilada” e com setores da sociedade extremamente descontentes. É nesse contexto que o descontentamento com as forças políticas tradicionais, tanto do bloco dominante (liberais, católicos) quanto do bloco progressista (PSI, PCI), vai gerando a ideia de uma “terceira via” (a debilidade do bloco revolucionário o impedia de ter um significado político e mobilizador suficiente para criticar as posições tradicionais e conseguir evitar a emergência do fascismo), e Mussolini vai canalizar essa tendência e fortalecer o fascismo.

Assim, resta saber quais são as fontes culturais e sociais do fascismo. As fontes culturais do fascismo remetem a um conjunto amplo de ideologias e doutrinas existentes antes de sua consolidação. A principal fonte doutrinária foi o nacionalismo e, no caso italiano, ela se materializou na Associação Nacionalista Italiana, beneficiada pela força do nacionalismo que era ascendente nesse país.

Salvemini não estava enganado, ao notar, em suas *Leçons d'Harvard*: “se o fascismo apresenta uma doutrina coerente, deve-o ao fato de que os fascistas retomaram o conjunto da doutrina nacionalista”. A entrada dos nacionalistas no Partido Nacional Fascista, a 26 de fevereiro de 1923, e a fusão dos “camisas negras” e dos “camisas azuis”, fadados, estes últimos, a desaparecer, nada mais fizeram, na verdade, que sancionar formalmente uma identidade objetiva, a do “nacional-fascismo” de que falava o historiador L. Salvatorelli num panfleto dessa época (PARIS, 1993, p. 26).

A Associação Nacionalista Italiana surgiu com a derrota italiana em Aduá, em 1896, surgindo em 1910, sendo que o ressentimento pela derrota e morte de aproximadamente oito mil soldados, era o principal motivador (PARIS, 1993). Um dos seus principais representantes intelectuais, o ex-sindicalista revolucionário, Enrico Corradini (jornalista, escritor, romancista, etc.), vai criar algumas das ideias-chave do nacionalismo da época que será incorporado pelo fascismo e por Mussolini. Ele foi um grande propagandista e incentivador do nacionalismo e um dos fundadores da Associação Nacionalista Italiana. Da mesma forma, ele explicitou a finalidade de tal associação:

“Da mesma maneira que o socialismo tirara o proletariado de seu sono e o tornara capaz de “ditar sua lei de classe às outras classes”, o nacionalismo, substituindo a luta de classe pela “luta das nações”, deveria, segundo Corradini, suscitar na Itália “a vontade da guerra vitoriosa” (PARIS, 1993, p. 29).

Outra fonte cultural do fascismo foi o sindicalismo revolucionário¹⁶. Se o nacionalismo traz o lema básico do fascismo e sua justificativa doutrinária, o sindicalismo revolucionário e a inspiração em Georges Sorel traz a ideia da força do voluntarismo, da importância do “mito” (no sentido soreliano da palavra), e do corporativismo para constituir o seu integralismo. Assim, de Sorel e do sindicalismo revolucionário vem o elemento irracional que se quer despertar nas “massas” e integrá-las no fascismo, assim como o corporativismo, o sindicato único fascista, teria a função de realizar esse processo e essa não seria mera adesão passiva, mas sim ativa. A ideia básica é a de que não basta aceitar o fascismo, é preciso ser fascista.

¹⁶ Não custa lembrar, em época de indigência intelectual, que o sindicalismo revolucionário não é a mesma coisa que anarcossindicalismo. São duas correntes políticas distintas, apesar de certa proximidade em alguns aspectos. A confusão entre essas duas tendências se deve ao processo de indigência cultural que atinge até intelectuais (entendendo por esse nome os especialistas no trabalho intelectual e não “pessoas inteligentes”) e supostos estudiosos e pesquisadores. O sindicalismo revolucionário tem em Sorel, na França, o seu grande representante intelectual.

Além dessas fontes, diversas outras foram assimiladas pelo movimento fascista (movimento artístico futurista, bolchevismo, etc.), mas estas duas formaram a base doutrinária fascista. As fontes sociais e as fontes culturais do fascismo se unificam, pois apontam para um mesmo caminho.

Uma questão, no entanto, ainda não foi respondida. É sobre a base social do fascismo, ou seja, seu caráter de classe. A esse respeito não há consenso e existem duas posições mais consolidadas sobre isso: aqueles que consideram que o movimento fascista é de caráter pequeno-burguês e aqueles que consideram que ele é fundamentalmente ligado ao capital financeiro. Assim, o fascismo seria, para alguns pequeno-burguês e para outros seria burguês, em sua fração reacionária ligada ao capital financeiro. Essa última tese foi desenvolvida a partir da produção de Rudolph Hilferding sobre capital financeiro, retomada por Lênin, e se tornou a posição oficial da URSS através da pena de Dimitrov (1978, p. 11): “o fascismo no Poder, camaradas, é, como acertadamente o definiu o XIII Pleno do Comitê Executivo da Internacional Comunista, a ditadura terrorista descarada dos elementos mais reacionários, mais chauvinistas e mais imperialistas do capital financeiro”.

Essa concepção vai ser reproduzida sem maiores reflexões por um grande número de pseudomarxistas de várias tendências (BARROS, 1969; DEL ROIO, 1987; KONDER, 1977). Sem dúvida, o fascismo beneficiou diversos setores do grande capital, incluindo o que se denominou “capital financeiro”. Porém, as coisas não são assim tão simples. Nem sempre o maior beneficiado é o agente de um determinado movimento político. Por outro lado, o movimento fascista teve apoio e financiamento de diversos setores do capital, mas não foi efetivado por indivíduos ou pela classe capitalista diretamente.

A outra concepção considera o fascismo como um “movimento de massas”. Nessa abordagem, o fascismo seria um “regime reacionário de massa”, cujo caráter era “pequeno-burguês” (TOGLIATTI, 1977), organizado por um partido burguês de novo tipo e uma “ideologia eclética”. A concepção trotskista se aproxima dessa abordagem, tal como coloca Mandel ao afirmar que o fascismo, segundo Leon Trotsky, é um movimento de massas efetivado pela pequena-burguesia em situação de crise, sendo atingida por esta, gerando oposição ao movimento operário. Aqui se comete o equívoco analítico de

tomar os agentes imediatos (tal como aparecem na percepção dos analistas, ou seja, como “pequena-burguesia”) como os únicos responsáveis pelo processo, apesar de, posteriormente, buscarem integrar a burguesia na análise e demonstrar seu vínculo com o fascismo.

Estas duas concepções são equivocadas por dois motivos: em primeiro lugar, são distantes do método dialético e por isso partem mais de deduções do que de informações sobre o nazifascismo; em segundo lugar, devido a isso, tentam realizar uma análise de classe, mas mostram que desconhecem a teoria marxista das classes sociais e assim realizam uma abstratificação de supostas classes ou frações de classes. O fetichismo do capital financeiro é algo que pode ser convincente politicamente, mas não se sustenta. O capital financeiro não foi o único que ganhou com a ascensão do fascismo (e do nazismo alemão), pois outros setores do capital também ganharam. A própria noção de “capital financeiro” é imprecisa e problemática.

A ideia do caráter de “massas” do fascismo tem elementos verdadeiros, mas comete vários equívocos, a começar por afirmar que é uma suposta “pequena-burguesia” o elemento que explicaria tal caráter. A ideia de uma “pequena-burguesia” é, em si, problemática e da forma como alguns colocam (MANDEL, 1976) engloba várias classes sociais ao invés de uma. Mandel, ao afirmar que a pequena-burguesia é uma “terceira classe social do capitalismo, que encontra entre o proletariado e a burguesia” (MANDEL, 1976, p. 33) se afasta completamente do marxismo e de sua teoria das classes sociais.

Para Marx, a burguesia e o proletariado são as classes fundamentais da sociedade capitalista constituídas no modo de produção capitalista. Além delas, existem, temporariamente, as classes transitórias (nobreza, etc.) que desaparecem com o passar do tempo, a de outros modos de produção (campesinato, por exemplo), e as classes improdutivas (tal como a burocracia), formando uma sociedade com várias classes sociais (VIANA, 2018b). Qual é a vantagem da concepção de Marx sobre a de Mandel? A concepção de Marx consegue fazer perceber as divisões de classes de forma mais ampla e concreta, permite identificar distintos interesses que são ofuscados com a ideia de apenas uma “terceira classe” e ver as divisões e articulações no seu interior.

Além desses problemas teórico-metodológicos (e derivado deles) há uma desconsideração pela realidade concreta. Assim, se troca a análise da realidade concreta por chavões e modelos explicativos que encaixam a realidade ao invés de expressá-la. Como explicar o caráter de classe do fascismo? A análise deve levar em consideração quais são os problemas e as soluções que os representantes intelectuais e políticos das classes sociais expressam e assim compreender o seu caráter de classe. Ao lado disso, os apoios (inclusive financeiro), os vínculos, etc., ajudam a complementar a análise.

No caso do fascismo italiano, o contingente populacional que impulsionou o fascismo foi variado e teve como principal articulador a burocracia civil, especialmente a partidária. Mussolini saiu da burocracia do PSI e depois se tornou o grande nome da burocracia do PNF. Ao lado da burocracia civil, havia outros setores da sociedade, tais como ex-combatentes, latifundiários do sul da Itália, etc. A composição social do PNF continha todas as classes sociais: burgueses, semiburgueses (pequenos proprietários e pequenos comerciantes), latifundiários, intelectuais, burocratas, operários, camponeses, etc. A hegemonia interna era da burocracia dirigente, pois era ela que definia os problemas e as soluções, mesmo tendo influências externas¹⁷.

E quais eram os problemas e as soluções apontadas pelo fascismo e, mais especificamente, o PNF? No plano discursivo, o problema era a nação e o estado e a solução era o fascismo, que retomava o valor da nação através do Estado e assim combatia o liberalismo, a democracia e o socialismo (MUSSOLINI, 1976). No plano concreto, o Estado fascista tinha como problema central a recuperação da nação italiana, tanto da acumulação capitalista quanto militarmente. A questão da nação e o apelo ao valor do império (MUSSOLINI, 1976) era a forma discursiva de manifestar o objetivo imperialista apontado pelo fascismo. Assim, a burocracia civil, e outros setores da sociedade italiana (latifundiários, semiburgueses, burgueses, etc.) e adeptos difusos de determinadas doutrinas (nacionalismo, etc.) foram as forças que iniciaram o processo de formação do fascismo, e que depois tiveram o apoio de setores da burguesia, e, assim,

¹⁷ Não deixa de ser curioso como Togliatti (1977), que se diz “marxista”, se fundamenta apenas na composição social do partido para chegar às suas conclusões.

forjaram a versão completa do fascismo enquanto expressão doutrinária nacionalista expansionista, integralista e totalitária.

Desta forma, o fascismo expressava os interesses de classe da burguesia em geral e não de frações ou setores dela, como supõe os adeptos da tese do “capital financeiro”. A “indústria pesada” apoiou o fascismo inicialmente e depois até a “indústria ligeira” que havia sido oposta, acabou cedendo ao PNF e ambas financiaram, em 1922, a Marcha sobre Roma¹⁸. O agente principal e concreto foi a burocracia, com apoio de outras classes, frações de classes e setores da sociedade, e daí seu caráter “popular” ou “de massas”. Isso mostra que o “caráter de massas” do fascismo não remete a uma “pequena-burguesia” e sim a um conjunto bem diverso no qual a semiburguesia era apenas uma pequena parte e sem maior poder e influência. Em síntese, a base social do fascismo foi a burguesia e parte da burocracia¹⁹ com apoio de diversas outras classes, frações de classes e setores da sociedade.

O caráter de classe do fascismo é, portanto, burguês, numa aliança da burocracia mais conservadora (os seus estratos superiores) com a burguesia. A burocracia que se alia com a burguesia italiana, buscando se autonomizar, é a sua tendência mais conservadora, mas que é mais corajosa e busca se tornar forte e próxima à burguesia e, por isso, realiza a superavaliação do estado e desenvolve o integralismo, que complementa os interesses burgueses em forjar uma unidade nacional beligerante a serviço do imperialismo através do integralismo e totalitarismo. Assim, o caráter de classe do fascismo é burguês, assim como diversas outras ideologias, doutrinas, etc., burguesas, e seu diferencial é que apela para uma burocracia forte (partido, mas principalmente um estado forte, integral, totalitário) para satisfazer suas necessidades.

¹⁸ “Já não é só a indústria pesada, mas também a *Banca Commerciale* que empurra Mussolini ao poder. Por isso, em outubro de 1922, os magnatas da “Confederação da Indústria” e Toplitz proporcionam os milhões necessários para organizar a “Marcha sobre Roma” (GUÉRIN, 1973, p. 48).

¹⁹ É uma parte da burocracia civil e, posteriormente, estatal (a entrada do PNF no governo aponta para fusão da burocracia partidária com a burocracia governamental), que excluía alguns setores da burocracia civil, que depois foram dizimadas, tal como a burocracia do PSI e PCI, burocracias sindicais, etc., ou seja, apenas a burocracia civil ligada ao bloco dominante permaneceu, enquanto que a burocracia ligada ao bloco progressista foi derrotada.

O estado fascista é um estado burguês que cede à burocracia estatal o poder para se tornar totalitário e integral e realizar a expansão imperialista necessária para a reprodução capitalista. Isso significa a reprodução ampliada do capital, o que é interesse coletivo da burguesia e não apenas do “capital financeiro” (se uma fração ou setor do capital é mais beneficiado em determinado momento, isso se deve a um conjunto de determinações e não uma predominância de uma parte em detrimento de outra) e seu caráter supostamente “popular” ou de “massa” tem origem no conjunto de classes, frações de classes e outros setores da sociedade que acabam apoiando o fascismo, inclusive setores das classes trabalhadoras.

Considerações finais

Iniciamos o presente artigo colocando a questão do uso e abuso do termo fascismo. Algumas vezes, alguns autores entenderam o fascismo de forma extremamente ampla, mas assim confundiram distintos fenômenos e faltaram com o necessário rigor teórico na elaboração conceitual. Porém, na luta política, o uso do termo fascismo é apenas um processo de desqualificação, acusação, criação de um inimigo imaginário, manipulação do sentimento de medo, etc.

O fascismo possui diversas características e algumas delas estão presentes em outras manifestações políticas, mas para ser fascismo é necessário que possua os elementos essenciais do fascismo. Assim, o nazismo, o stalinismo, os regimes ditatoriais na América Latina, entre diversos outros exemplos, são ditaduras, mas não são a mesma coisa que o fascismo. O nazismo é o fenômeno mais próximo do fascismo, pois surgem a partir de um mesmo contexto histórico e social e cumprindo com a mesma função histórica e por isso é possível tratar do nazifascismo, abstraindo suas diferenças. O nacionalismo é uma característica do fascismo, mas existiram várias doutrinas nacionalistas antes do fascismo, bem como depois.

Da mesma forma, querer definir o fascismo a partir de indivíduos é problemático. Aliás, Konder, novamente, alerta sobre isso ao tratar do que alguns chamaram “personalidade fascista”. Ele cita o caso de Hitler e suas afirmações sobre a intolerância

do cristianismo e da necessidade da tolerância, que seria conquistada através do nazismo e cita também o caso de Mussolini.

Se levarmos demasiadamente a sério o que esses personagens pensavam de si mesmos e procurarmos, a partir do que diziam, concluir algo sobre o sentido específico dos movimentos que cada um deles liderava, estaremos nos servindo de um método inadequado. O fascismo tem se servido de tipos humanos bastante diversos, desde tarados sexuais como Julius Streicher até zelosos funcionários que se limitavam a cumprir disciplinadamente os seus deveres (mesmo quando esses “deveres” consistiam na liquidação de três milhões de pessoas, como se viu no caso de Rudolf Hoess, comandante do campo de concentração de Auschwitz, executado em abril de 1947, que fez questão de deixar bem claro em seu testamento que nunca tinha sido “um homem de mau coração”) (KONDER, 1977, p. 98).

Assim, encerra Konder, as contradições e complexidade psíquica dos indivíduos tem importância secundária quando se quer compreender a significação da política que executavam. A amplitude do fascismo permitiu mobilizar “gente de toda espécie”. Assim, é muito mais nas tendências profundas, nas bases sociais e políticas, nas lutas e interesses de classes e em suas expressões conscientes e organizadas (os blocos sociais), que podemos entender os movimentos políticos, os partidos, etc.

O caso brasileiro atual é um exemplo do mau uso do termo fascismo, bem como do seu abuso. Sem dúvida, isso é comum na luta política, como já colocava Konder, mas é problemático. E se torna ainda mais problemático quando a maioria dos intelectuais, renunciando a qualquer compromisso com a verdade, adentram e reproduzem o discurso eleitoral irresponsavelmente. O que se esperaria dos intelectuais, especialmente aqueles que dizem querer a transformação social ou pelo menos, como ele dizem, um “mundo melhor”, é tal compromisso. O compromisso com a verdade é um elemento que salva a dignidade do intelectual, por pior que ele seja, pois mesmo que ele não chegue até a verdade, ele não se tornou um mentiroso. Uma coisa é não dar conta de chegar à verdade mesmo querendo-a, por razões políticas, valorativas, etc. Outra coisa é saber que está reproduzindo uma mentira e continuar fazendo isso. O primeiro pode voltar atrás e reconhecer seu equívoco, o segundo vai continuar reproduzindo mentiras.

Um fascismo no Brasil é algo quase impossível. O fascismo é um fenômeno que surge em momentos de crise de um regime de acumulação ou do capitalismo e nos países imperialistas. Ele é a antecâmara da guerra, uma arma do imperialismo. Logo, o

fascismo surge em países imperialistas ou potencialmente imperialistas. É sua característica ser não apenas nacionalista, mas imperialista, integral e totalitário. Na América Latina existiram ditaduras, mas não fascismo. E a razão disso é que a América Latina é composta por países de capitalismo subordinado, possuindo uma burguesia subordinada ao capital transnacional e ela não pode se livrar dele, e nem é seu interesse. Sem dúvida, pode existir discursos, grupos, etc., que se dizem fascistas ou neonazistas. No entanto, são nada mais do que fenômenos natimortos. O fascismo é um nacionalismo imperialista, expansionista, e, portanto, só pode surgir em certos países, bem como, para conseguir chegar ao poder, somente em certas condições históricas. Na sociedade brasileira, podem surgir cópias mal feitas, usos de alguns aspectos secundários da doutrina fascista, mas não o fascismo de forma integral, ou seja, no seu sentido autêntico.

Sem dúvida, o fascismo é uma forma do reacionarismo, assim como o conservantismo, o nazismo, etc. Se emerge, na sociedade brasileira, um forte conservantismo, cabe aos intelectuais que possuem compromisso com a verdade buscar compreender esse fenômeno, seu significado, suas bases sociais, suas características e tendências. Isso significa, por um lado, realizar uma análise teórica que fornece uma explicação conceitual do fenômeno e, por outro lado, efetivar uma reflexão sobre o fenômeno concreto. Isso requer, portanto, um duplo trabalho, o teórico e o analítico, o que significa a necessidade de pesquisa e esforço intelectual. Estamos nos aproximando de uma época de conflitos cada vez mais intensos, de luta de classes radicalizadas que tendem a ressurgir, bem como de crises e outros processos que tornam necessário o engajamento intelectual mais profundo e sair da indigência intelectual e da superficialidade.

Por isso, é urgente a retomada da criticidade e do não envolvimento emocional que cega os indivíduos diante da realidade. Se os intelectuais (de qualquer tendência política) se tornam meros marionetes ou reprodutores de discursos partidários, prestam um desserviço à população como um todo e até mesmo aos seus aliados, pois a cegueira pode ser útil como discurso político enganador, mas não como bússola para a própria ação política. E para aqueles que desejam a transformação social, a reprodução da

cegueira serve para reforçar a ignorância e isso reforça a tendência ao barbarismo e manipulação da população, seja por lado A ou B.

Enfim, a discussão realizada aqui sobre o fascismo, feita às pressas e imperfeitamente, para dar conta de necessidades e discursos conjunturais, buscou esclarecer e dar contribuições sobre a compreensão desse fenômeno político e ajudar na superação de equívocos terminológicos e, conseqüentemente, políticos. Entender o fascismo significa compreender a luta contra o fascismo e outras formas de conservadorismo, bem como contra outras tendências (progressistas) que dizem ser diferentes, mas não são antagônicas e sim opostas, pois estão dentro do mesmo universo, jogando o mesmo jogo e aceitando as mesmas regras, com os mesmos objetivos, a conquista do poder. Esse, no entanto, é apenas um tijolo na parede de uma casa em construção. Ela precisará de milhares de outros tijolos, o que traz a necessidade de discutir o conservadorismo e suas divisões, bem como o progressismo. Em breve vamos colocar mais tijolos nessa *casa em construção que é uma análise geral das tendências políticas existentes na sociedade moderna.*

Referências

- BARROS, Alberto da Rocha. *Que é Fascismo*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1969.
- BRAGA, Lisandro. A Teoria do Regime de Acumulação Integral. In: MAIA, Lucas; MARQUES, Edmilson. *Nildo Viana: Dialética e Contemporaneidade*. Lisboa: Chiado, 2018.
- DEL ROIO, José Luiz. *Fascismo*. São Paulo: Global, 1987.
- DIMITROV, Georgi. *A Unidade Operária contra o Fascismo*. Contagem: Aldeia Global, 1978.
- EATON, John. *Manual de Economia Política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.
- GENTILE, Emilio. Itália Fascista: Do Partido Armado ao Estado Totalitário. In: GENTILE, Emilio; FELICE, Renzo de. *Itália de Mussolini e a Origem do Fascismo*. São Paulo: Ícone, 1988.
- GUÉRIN, Daniel. *Fascismo y Gran Capital*. Madrid: Fundamentos, 1973.
- KONDER, Leandro. *Introdução ao Fascismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- MANDEL, Ernest. *Sobre o Fascismo*. Lisboa: Antídoto, 1976.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã (Feuerbach)*. 3ª Edição, São Paulo: Ciências Humanas, 1982.

- MUSSOLINI, Benito. *La Doctrina del Fascismo*. Barcelona: Editorial Bau, 1976.
- ORIO, Mateus. O desenvolvimento capitalista na sucessão de regimes de acumulação. *Ciências Humanas*. Revista da Faculdade Estácio de Sá. Goiânia SESES-Go. Vol. 02, nº 09, 126-139, Jul. 2013/Jan. 2014.
- PARIS, Robert. *As Origens do Fascismo*. São Paulo: Perspectiva, 1993.
- SOREL, Georges. *Reflexões sobre a Violência*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- TOGLIATTI, Palmiro. *Lições sobre o Fascismo*. São Paulo: Lech, 1978.
- TRENTO, Angelo. *Fascismo Italiano*. São Paulo: Ática, 1986.
- VIANA, Nildo. *A Invenção do Inimigo Imaginário*. Antítese. Revista de Marxismo e Cultura Socialista. Ano 02, num. 04, Outubro de 2007d.
- VIANA, Nildo. *A Pesquisa em Representações Cotidianas*. Lisboa: Chiado, 2015.
- VIANA, Nildo. *A Teoria das Classes Sociais em Karl Marx*. Lisboa: Chiado, 2018.
- VIANA, Nildo. *Karl Marx: A Crítica Desapiedada do Existente*. Curitiba: Prismas, 2017.
- VIANA, Nildo. *O Capitalismo na Era da Acumulação Integral*. São Paulo: Idéias e Letras, 2009.
- VIANA, Nildo. *O Modo de Pensar Burguês*. Episteme Burguesa e Episteme Marxista. Curitiba: CRV, 2018.
- VIANA, Nildo. Os ciclos dos regimes de acumulação. In: *Territorial - Caderno Eletrônico de Textos*, Vol.5, n.7, 20 de agosto de 2015. Disponível em: <https://www.cadernoterritorial.com/news/os-ciclos-dos-regimes-de-acumulacao-nildo-viana/> acesso em 30/12/2015.

A QUEM SERVE O ANTIFASCISMO?

Jaciara Veiga

Mateus Alves

Eis que ressurgem o monstro chamado fascismo e, conseqüentemente, seu produto, aquele que busca combatê-lo: o antifascismo.

Estamos sob ameaça de uma ditadura e não podemos subestimá-la, portanto, ser antifascista é urgente — clamam os defensores da democracia em “perigo”. O antifascismo volta à moda. Até mesmo aqueles que não sabem realmente do que se trata se denominam antifascistas. Muitas pessoas estão sendo rotuladas de fascistas: em especial, por aqueles que estão vendo fascismo em todo e qualquer fenômeno. O termo fascista foi despolitizado e tornou-se um chavão que frequentemente tem sido utilizado como arma na disputa política institucional, num jogo cujo objetivo nada mais é que impedir toda e qualquer forma de autonomização do proletariado, mantendo-o na dinâmica da reprodução ampliada do capital.

Nesse jogo, vale tudo. Utiliza-se da manipulação de sentimentos das classes inferiores, onde o medo, o ódio, a defesa da nação reforçam a adesão à ideia do monstro fascismo. Deste modo, somos encorajados a combater o inimigo fascista na defesa da nossa tão “igualitária” democracia. De fato, a ignorância e o medo podem nos levar à cegueira e, por conseguinte, à adesão daquilo que nem sequer sabemos definir. Sendo assim, é até possível ignorar que o interesse da classe dominante é a manutenção de sua dominação sob qualquer forma, seja em um regime político democrático ou ditatorial, bem como o que determina se a burguesia optará por uma das duas formas é a dinâmica das lutas de classes e a perda de sua hegemonia no conjunto da sociedade.

Para combater determinado fenômeno é necessário, antes de tudo, saber do que se trata o mesmo. Logo, a pergunta a ser feita é se sabemos o que estamos combatendo. Afinal de contas, o que é fascismo?

O fascismo é um movimento político, ou seja, uma expressão política de classe (ou conjunto de classes, alianças de classes etc.); é caracterizado por ser um nacionalismo expansionista, integralista e totalitário; busca um estado forte, orgânico, sustentado por uma base policlassista. Ele não é um fenômeno universal, que emerge

em qualquer contexto, sob qualquer forma; é uma forma histórica do capitalismo, não é um movimento destituído de historicidade e produzido arbitrariamente (VIANA, 2018).

O fascismo é um produto do capitalismo. Ele surge em momentos de crise de um regime de acumulação¹, nos países imperialistas ou potencialmente imperialistas, num contexto de recuo e derrotas do movimento operário. O fascismo é, portanto, uma forma política específica e determinada utilizada pela classe dominante em alguns países de capitalismo imperialista. Seu caráter de classe é burguês, assentado numa burocracia forte (partidária, mas principalmente num estado forte, integral, totalitário), que satisfaça suas necessidades.

O fascismo (enquanto movimento político e forma estatal) desapareceu. Contudo, o uso banalizado do termo no capitalismo contemporâneo é marcado pela suposta reemergência deste fenômeno. Com certeza, tal utilização não tem relação alguma com o que se passou no contexto da luta de classes na Itália durante as décadas de 1920 e 1930. Para ser fascismo necessitaria possuir seus elementos essenciais supracitados. Sendo assim, podemos dizer que o atual governo brasileiro é fascista?

De acordo com determinadas correntes de opinião² e algumas representações ilusórias³ acerca do governo Bolsonaro — que se baseiam no comportamento de um

¹ O regime de acumulação é a forma que o capitalismo assume durante o seu desenvolvimento, mantendo sua essência. É marcado por determinada forma de organização do trabalho, determinada forma estatal e determinada forma de exploração internacional, manifestando, portanto, um determinado estágio da luta de classes (VIANA, 2009; ALMEIDA, 2020).

² “As correntes de opinião são relativas a acontecimentos, processos sociais e políticos, questões polêmicas, produções culturais e ideológicas, demandas sociais” (VIANA, 2015).

³ A título de exemplo, temos o discurso de alguns representantes do bloco progressista como Fernando Haddad: “Quando superarmos a ameaça fascista e garantirmos a preservação do Estado de Direito, se dará a verdadeira disputa democrática, entre diferentes times e sonhos. Espero que sem trapaça desta vez” (BRASIL247, 2020). E também de Boulos: “Não basta assinarmos manifestos unitários, que julgo importantes, aliás, subscrevi todos. Mas a hegemonia fascista, mesmo minoritária, se afirma nas ruas. Foi assim com os Camisas Negras de Mussolini e com as milícias hitleristas. Poderia ter sido assim com os integralistas de Plínio Salgado no Brasil se os comunistas não os tivessem enxotado das ruas. Se normalizamos gente defendendo AI-5 e agredindo opositores, jornalistas e enfermeiras em praça pública, daqui a pouco não teremos condições de dar as caras” (BRASIL247, 2020). Pode-se observar tanto a manipulação de sentimentos por meio da “ameaça fascista” quanto a tentativa de canalizar as lutas do proletariado para as disputas da política institucional (“disputa democrática”).

indivíduo, no caso, o próprio Bolsonaro — estamos sim sob um governo fascista. Esse discurso tem sua origem nas eleições de 2018 onde, para surpresa e descontentamento de muitos, se deu sua vitória. Todavia, esse discurso não foi totalmente superado e voltou à tona. Apesar de o Brasil ser um país de capitalismo subordinado, sem nenhuma base imperialista, o presidente é considerado fascista, e logo, o seu governo também.

Dizer que o atual governo é fascista demonstra, de um lado, a ausência de criticidade por parte de indivíduos que desconhecem esse fenômeno e apenas reproduzem tal discurso e, por outro, o oportunismo daqueles que buscam reproduzir essa sociedade, seja lá qual for a forma, se pela via democrática ou pela via ditatorial — tanto a ditadura quanto a democracia têm como princípio o fortalecimento do Estado: “com o pretexto de nos proteger, mudam os estilos mas o objetivo é sempre o mesmo: ‘de cima para baixo’, com os ditadores, ou ‘de baixo para cima’, com os democratas, o capitalismo se mantém”(BARROT, 2015, p. 127). O governo Bolsonaro é um governo neoliberal, subordinado aos países imperialistas (VIANA, 2019). Por mais que o presidente, alguns setores do seu governo e parcelas da sociedade demonstrem desejar romper com o “estado democrático”, isso não é suficiente para afirmar que o mesmo seja fascista, faltam diversos elementos para que se configure um governo realmente fascista. Logo, um movimento que se denomina antifascista combate, na verdade, uma caricatura mal feita do fascismo.

O antifascismo não está livre da determinação dos interesses de classe, pois, nas sociedades classistas, os interesses e a consciência dos seres humanos são determinados pela sua posição (e em como enxergam sua posição) na divisão social do trabalho. Na sociedade contemporânea existem diversas classes sociais que apresentam interesses fundamentais distintos e até antagônicos que se manifestam por meio da luta de classes. Então, torna-se essencial refletir quais interesses são expressos pelo antifascismo e como a luta de classes se manifesta concretamente em seu ressurgimento no atual cenário político brasileiro.

Como já mencionado anteriormente, o governo Bolsonaro não é fascista, mas apesar disso, os antifascistas combatem o atual governo qualificando-o como tal. Esta caracterização ofusca a consciência dos indivíduos acerca da realidade, pois apresenta a mera mudança de governo como solução para a insatisfação de parte das classes

inferiores em relação às políticas estatais. E, além disso, esconde os interesses do estado pela reprodução do capitalismo. As ações do governo Bolsonaro são determinadas, em última instância, pelos interesses da burguesia em manter o próprio capitalismo. Qualquer outro governo, da mesma forma que o atual, deve efetivar políticas estatais que correspondam às necessidades da acumulação de capital. Portanto, o limite intransponível do antifascismo é a mera mudança de um governo conservantista para um governo progressista, isto é, um governo que atende algumas exigências mínimas das classes inferiores com o único objetivo de estabilizar a acumulação de capital.

Não é surpresa que parte do bloco progressista (partidos social-democratas, partidos leninistas, alguns intelectuais, etc.) (VIANA, 2015) se contorça de prazer quando conseguem apoio de parte da sociedade em torno do antifascismo, uma vez que ganham mais força política para conseguir concretizar seu principal interesse: ascender ao poder estatal. Também não é surpresa que as manifestações, textos, manifestos antifascistas sejam defendidos por alguns partidos, alguns intelectuais, e algumas organizações mobilizadoras dos movimentos sociais de tendência progressista.

No entanto, o bloco progressista necessita, em decorrência da própria fragilidade, do apoio de outros setores da sociedade para conseguir satisfazer seu próprio interesse e, ao mesmo tempo, não pode revelar toda a verdade para as classes inferiores, correndo o risco delas se rebelarem. Assim, nada mais oportuno que, em um momento de fragilidade do governo Bolsonaro, ressurgja o antifascismo que consegue enfraquecer o atual governo, e simultaneamente legitimar e reforçar o bloco progressista e suas principais ideologias como o reformismo, para enfim, ter apoio e condições de conquistar o poder estatal.

Então, se o antifascismo não é capaz de expressar os interesses fundamentais do proletariado revolucionário e, na verdade, ressurgja como expressão do oportunismo do bloco progressista, diante da conjuntura atual, para enfraquecer tão somente o governo Bolsonaro com o objetivo de trocá-lo por outro, resta-nos saber a posição dos revolucionários sobre esta questão.

Os revolucionários não se interessam pela conquista do poder estatal ou mesmo em quem o assumiu ou assumirá. Não nos interessa também quais são as políticas

estatais que se efetivarão para atender as necessidades da acumulação de capital, mantendo os trabalhadores ainda sob o julgo da exploração e dominação. O que nos interessa é a abolição total do estado simultaneamente com a abolição do modo de produção capitalista e de todas as outras formas sociais determinadas por ele, isto é, queremos a abolição total das relações sociais capitalistas em prol de uma sociedade onde as relações sociais atendam às necessidades humanas, bem como estimulem as suas potencialidades. Em outras palavras, este é o projeto autogestionário que visa uma sociedade autogerida.

A adesão ao antifascismo significaria trilhar um caminho que nos levaria em direções contrárias ao nosso destino. Significaria realizar uma série de concessões contrarrevolucionárias, que não representam um passo rumo à abolição do capitalismo e da concretização do projeto autogestionário, mas sim o oposto, significaria reforçar e legitimar ideologias como o reformismo, progressismo, estatismo etc.

Para concretizar o projeto autogestionário são necessários meios adequados, isto é, deve existir uma unidade entre meios e fins (LUXEMBURGO, 1986; LUXEMBURGO, 1991; VIANA, 2013). Então, para isso, insistimos que o fundamental é ainda a velha máxima do Manifesto Comunista: a associação dos trabalhadores visando sua autoemancipação (MARX, 1988). Dessa maneira, é necessário criticar todas as ideologias, concepções etc. que ofuscam a realidade e impedem uma consciência revolucionária. A adesão ao antifascismo é um obstáculo que impede o proletariado revolucionário de trilhar seu caminho rumo a uma sociedade autogerida.

Referências:

ALMEIDA, Felipe Mateus de. *O Regime de Acumulação Integral: retratos do capitalismo contemporâneo*. Goiânia: Edições Redelp, 2020.

BARROT, Jean. O Antifascismo é o Pior Produto do Fascismo. *Marxismo e Autogestão*, V. 02, N. 4, 2015. Disponível em: <https://redelp.net/revistas/index.php/rma/article/view/9gbarrot4/330>

BRASIL 247. Haddad defende manifestos e frentes popular e antifascista. Disponível em: <https://www.brasil247.com/poder/haddad-defende-manifestos-e-frentes-popular-e-antifascista>.

BRASIL 247. Boulos: MTST e Povo sem Medo estarão nas ruas no domingo. Disponível em: <https://www.brasil247.com/brasil/boulos-mtst-e-povo-sem-medo-estarao-nas-ruas-no-domingo>.

LUXEMBURGO, Rosa. O Que Quer a Liga Spartacus? In: LUXEMBURG, Rosa. A Revolução Russa. Petrópolis: Vozes, 1991.

LUXEMBURGO, Rosa. *Reforma Social ou Revolução?* São Paulo: Global, 1986a.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Petrópolis: Vozes, 1988.

VIANA, Nildo. O Que é Fascismo? Disponível em: <https://informecritica.blogspot.com/2018/10/o-que-e-o-fascismo.html>.

_____. *O Capitalismo na era da acumulação integral*. Aparecida: Ideias e Letras, 2009.

_____. As Representações Cotidianas e as Correntes de Opinião. *Espaço Livre*, V. 10 N. 19, 2015. Disponível em: <https://redelp.net/revistas/index.php/rel/article/view/293/227>

_____. Blocos Sociais e Lutas de Classe. *Revista Enfrentamento*, N.17, 2015. Disponível em: <https://redelp.net/revistas/index.php/enf/article/view/960/830>.

_____. Para Aonde Vai o Governo Bolsonaro. Disponível em: <https://informecritica.blogspot.com/2019/05/para-aonde-vai-o-governo-bolsonaro.html>.

_____. *Rosa Luxemburgo e a Autogestão Social*. Rio de Janeiro: Rizoma, 2013.

ANTIFASCISMO E LUTA PELA AUTOGESTÃO: UMA CONTRADIÇÃO¹

Alexandra Peixoto Viana

O antifascismo, encabeçado pelos partidos políticos da dita esquerda, causa uma polarização simplória e reducionista², necessária para a reprodução do capitalismo. Quando revolucionários optam por bradar o mesmo grito, nada fazem além de dar um tiro no próprio pé. A intenção é boa, mas não é estratégica e mostra insuficiência teórica.

Reforçar esse discurso e, como inevitável consequência, essa polarização, principalmente em contexto eleitoral, só faz com que trabalhadores e militantes: 1) tenham uma suposta ameaça fascista e, em reação, votem no “menos ruim”, iniciando enxurradas de discussões acerca do tal “voto útil” e distanciando-se cada vez mais dos princípios e objetivos revolucionários; ou 2) optem por ficar do lado dos semifascistas, reproduzindo ainda mais discursos de ódio e aumentando as chances de eleição do candidato tão repudiado pelos partidos de esquerda. Inclusive, quanto mais as pessoas debatem contra determinado candidato, maior a sua divulgação e, portanto, mais ele cresce em intenção de voto.

Além da falta de reflexão estratégica, o antifascismo expressa também insuficiência teórica. A fim de atingir a autogestão social, nossas energias devem ser sempre despendidas nesse sentido. Os meios devem apontar para os fins. Aliás, não faz sentido lutar contra o fascismo no bojo da sociedade capitalista, pois ele, se os capitalistas assim quiserem ou precisarem, aparecerá por mais que relutemos.

Afirmar que estamos sob ameaça de “golpes”, como no caso do impeachment da Dilma ou da suposta ditadura fascista que, não à toa, teóricos atrelados ao poder estatal – seja por cargos ou por interesses de classe, enquanto *intelligentsia*³ sustentada por

1 Esse texto foi originalmente redigido em 2018, no contexto das eleições presidenciais.

2 A polarização “esquerda versus direita” é simplória e reducionista uma vez que não enxerga além das estruturas de poder estatais e das relações de produção contemporâneas, intrínsecas ao modo de produção capitalista. Ou seja, apoiar partidos de esquerda não é revolucionário, pois não se propõe a mudança radical da sociedade, mas, ao contrário, a aceita e se contenta com pequenas reformas. Sobre isso, poderíamos discorrer ainda acerca da vanguarda e outros discursos partidários contrarrevolucionários.

3 *Intelligentsia* é um conceito exposto por Makháiski. Ela é caracterizada como um exército de trabalhadores intelectuais que se aproximam, por seu nível de vida, da burguesia. Não constitui um

partidos como o PT – tanto discorrem e teorizam a respeito, é reconhecer que vivemos sob um regime democrático. É evidente que não existe democracia (no sentido ideal da palavra, como “governo do povo e para o povo”) no capitalismo. As mudanças políticas que ocorrem estão sempre atreladas ao interesse da classe capitalista, ou seja, o “golpe” e ditaduras só ocorrem com seu aval e mediante sua necessidade – eles mandam nas regras do jogo e, portanto, não há e nunca houve nada de democrático nesse modo de produção.

Vale lembrar que o próprio PT já foi acusado de fascismo por anarquistas: “Pois se o ‘golpismo fascista’ significa desenvolver a militarização política, hoje o que existe de mais próximo de fascismo no Brasil é o próprio PT, que reedita leis da ditadura, prende manifestantes e mata pobres nos campos e favelas” (BLOG UNIÃO ANARQUISTA, 2015). A luta antifascista, além de seus problemas estratégicos e teóricos, torna-se redundante e tudo pode ser tido como fascismo.

Ademais, lutar contra a ameaça fantasma de ditadura não leva a um aumento da consciência de classe, como é pretendido. Ao contrário, aumenta a animosidade, pois diminui o diálogo e classifica pessoas (que podem ser apenas desinformadas ou levadas pelo que leem nas correntes de WhatsApp e Facebook) como fascistas cruéis. Na realidade, as coisas não são tão simples e essas categorizações mais atrapalham do que ajudam.

Por mais que pareça uma boa ideia, o antifascismo jamais vislumbrará algo além do capitalismo. Nesse esteio, a única forma de combater o fascismo é fortalecendo as pautas revolucionárias, estimulando o proletariado – ou seja, quem produz e tem potencial de transformar radicalmente a sociedade – a ter consciência dessa potencialidade. A luta cultural é o principal meio de atingir a mudança desejada, através do estímulo e apoio aos trabalhadores e suas associações auto-organizadas. Isso não

proletariado instruído, como quiseram afirmar alguns ideólogos, como Kautsky. A intelligentsia é responsável por propagar ideologias (falsas formas de consciência sistematizadas) que convêm ao interesse de manter os privilégios (manutenção de cargos e salários, incluindo cargos acadêmicos) e, portanto, está atrelada aos interesses de capitalistas e burocratas. Ou seja, é uma classe auxiliar da burguesia, a classe dos intelectuais. O ideal desta classe é a transferência dos meios de produção ao Estado, reduzindo a luta operária à construção de um “socialismo de Estado”, no qual fariam parte da nova burocracia e aumentariam sua parte na partilha da mais-valia global (TRAGTENBERG, 1981).

pode ser feito a partir de uma denúncia do fascismo, mediante as argumentações supracitadas.

Assim, é mais interessante e eficaz – ao invés de discursar contra um determinado candidato ou posicionamento político – discutir o Estado e suas implicações, sua função na manutenção da exploração e sua inevitável finalidade de manter os indivíduos trancafiados, calados, calejados. O voto é uma ilusão, e esse ideal sobressai ao medo de um candidato X ou Y por ser fascista – por mais que este seja, de fato, assustador.

Em suma, quanto mais denunciarmos o fascismo, mais força ganham os discursos de ódio, aumenta-se a polarização política vazia de sentido e fortalece-se o modo de produção capitalista. Toda essa animosidade entre os revolucionários não leva a lugar algum, só retardada o movimento e mantém tudo como está. Lembremos que a autocrítica é uma das nossas mais necessárias ferramentas em tempos de exacerbado egocentrismo, e a exercitemos. É preciso não esquecer do objetivo principal e final dessa luta: a emancipação humana. Para isso, não podemos nos deixar levar por modismos ideológicos ou pelo medo. Precisamos enxergar o todo.

Referências

BARROT, Jean. O antifascismo é o pior produto do fascismo. *Revista Marxismo e Autogestão*, número 4, jul./dez. de 2015.

BLOG UNIÃO ANARQUISTA. *Os presos políticos do PT*. Disponível em: <https://uniaoanarquista.files.wordpress.com/2015/02/cdp71.pdf>. Acesso em: 01 out. 2018.

MAKHAÏSKI, Jan Wacław. O Socialismo de Estado. In: TRAGTENBERG, Maurício (org.). *Marxismo Heterodoxo*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

TRAGTENBERG, Maurício (org.). *Marxismo Heterodoxo*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

O ESPANTALHO FASCISTA DOS ANTIFASCISTAS E A LUTA CONTRA AS ILUSÕES DEMOCRÁTICAS

Guilherme Bachmann¹

A questão do combate ao fascismo volta a ser pauta generalizada após inúmeros acontecimentos, o que vem acirrando os nervos de diversos setores dos blocos sociais². A pandemia e a queda da taxa de lucro médio já demonstravam a tendência de uma maior animosidade entre classes, blocos sociais, partidos etc. Este cenário gera uma tensão crescente, em especial entre o proletariado e demais classes inferiores, os quais ao longo dos sucessivos governos democráticos estão assistindo a piora cada vez maior de suas condições de vida (corrosão de direitos trabalhistas, arrocho salarial, etc.).

Como se não bastasse, num contexto marcado por tal situação desesperadora, nos deparamos com um governo cujos discursos são marcados não pela conciliação, mas pela continuidade e insistência (até suas últimas consequências) na polarização, agora entre governistas e não-governistas. Assim, a aparência comedida que tanto caracterizava a burocracia governamental parece não mais existir: o presidente não mascara seu desprezo pelas classes inferiores (sobretudo em se tratando do lumpemproletariado) e sim o escancara. Tal postura causa espanto, revolta e exalta os ânimos de indivíduos e setores influenciados pelas correntes de opinião e representações produzidas pelo capital comunicacional e pela ação do bloco progressista. Não é absurdo imaginar que se o governo moderasse o discurso a revolta seria menor, ainda que fossem mantidas as mesmas políticas.

As organizações de esquerda por todo o país retomam velhos discursos e ações já bem conhecidos pela história e cujos resultados são bem traçados. As frentes antifascistas começam a ganhar corpo no discurso político partidário brasileiro reforçadas pela ideologia burocrática. Os partidos e sindicatos uma vez mais tentam alçar-se sobre o proletariado desavisado para atingir seus objetivos. Como tantas vezes

¹ Graduando em psicologia pela Unisociesc Blumenau/SC e militante do MOVAUT (Movimento Autogestionário). E-mail: bachgui@gmail.com

² Os blocos sociais são determinadas formas mais organizadas e conscientes de parcelas de classes sociais distintas que possuem programas e interesses comuns. Gravitam em torno do conflito das duas classes fundamentais (proletariado e burguesia) mas não devem ser confundidos com as mesmas. A respeito dos blocos sociais e da dinâmica da luta de classes confira Viana (2015).

na história buscam colocar revolução e democracia no mesmo patamar, uma estratégia que em última instância sempre irá resultar em frutos positivos para a segunda em detrimento da primeira.

O objetivo deste texto é traçar um breve paralelo entre o “antifascismo” que surge hoje no Brasil em oposição a Bolsonaro e o “antifascismo” ao longo da história. Demonstrar que, ao menos para aqueles que partem da perspectiva revolucionária, não há possibilidade de unidade de ação com as frentes antifascistas, unidades democráticas, frentes de esquerda, etc. Há que se superar o sentimentalismo reinante que joga os indivíduos à defesa de sua própria escravidão.

O “antifascismo” Brasileiro

Agora novamente se fala em defender a democracia. Os social-democratas elegeram esta máxima como a salvação da humanidade, o triunfo supremo da civilização. Os leninistas a defendem como um melhor caminho para realizar sua tomada do estado. Os anarquistas cambaleiam tentando defendê-la enquanto tentam ter o mínimo de concordância com seus ideais anti-estatistas. Juntam-se todos a defender a democracia contra o “fascismo”. O antifascismo é esse agrupamento político que aglutina parcela da classe proletária e do bloco revolucionário³ para dentro de uma ação conservadora. É orquestrado e tocado pelas mesmas figuras carimbadas ao longo da história e seus resultados já são dados.

Durante a guerra civil espanhola, para citar um grande exemplo histórico de “unidade antifascista”, parte do proletariado se viu subjugado às ordens da organização “revolucionária” mais proeminente, a CNT, que sem abandonar o discurso anarquista tentava convencer seus membros e a classe operária de uma necessidade histórica de defesa da ordem democrática. O momento seria de união com a social-democracia contra o fascismo franquista. Os dirigentes anarquistas não pestanejaram em compor o governo instaurado em oposição à Espanha de Franco. Semana após semana, as

³ O bloco revolucionário é formado pelos indivíduos mais avançados do proletariado e membros de outras classes sociais (geralmente as classes desprivilegiadas) que aderem ao projeto revolucionário do proletariado. (VIANA, 2015)

organizações anarquistas, CNT e FAI (Confederação Nacional do Trabalho e Federação Anarquista Ibérica), lançariam boletins ordenando o proletariado a abandonar o front, auxiliar no estabelecimento da ordem e recuar nos seus objetivos históricos (MATTICK, 2016; GIKH, 2014).

O antifascismo é essencialmente uma aliança de diversos setores sociais com hegemonia política do bloco progressista⁴ e de suas organizações em oposição aos setores mais conservadores da sociedade. Na maioria das vezes não há fascismo a ser combatido, apenas um grupo conservador mais ou menos organizado que possui um discurso “autoritário”. O fascismo é produto de determinadas condições sociais e possui características próprias bem definidas que vão além de um simples apelo ao exército e à autoridade nacional. Fosse assim, qualquer regime minimamente autoritário poderia ser denominado de fascista. E este é de fato o significado que nos últimos tempos tem se dado a palavra:

Significando tudo e nada, a palavra foi perdendo significado a partir do momento em que os liberais de todos os países passaram a identificar todo e qualquer Estado forte como fascista. [...] O termo “fascista” é ainda menos relevante nos países capitalistas desenvolvidos, onde os partidos comunistas e socialistas pretendem desempenhar um papel central no futuro. No discurso esquerdista, Estado “fascista” é todo aquele que reage contra o movimento revolucionário. Ora, neste caso, é muito mais correto falar de Estado pura e simplesmente e deixar o fascismo fora disso (BARROT, 2015, pg. 125-126).

Não interessa o quão grosseiros são os modos de nosso presidente, nem o quanto ele exalta ditaduras formalizadas; são as características concretas das relações sociais no Brasil, como a luta de classes e a posição do país na divisão do capital internacional, que podem revelar se de fato há um regime fascista vigente ou prestes a ser instaurado. No caso brasileiro, é um cenário bem pouco provável:

Um fascismo no Brasil é algo quase impossível. O fascismo é um fenômeno que surge em momentos de crise de um regime de acumulação ou do capitalismo e nos países imperialistas. Ele é a antecâmara da guerra, uma arma do imperialismo. Logo, o fascismo surge em países imperialistas ou potencialmente imperialistas. É sua característica ser não apenas nacionalista, mas imperialista, integral e totalitário. Na América Latina existiram ditaduras,

⁴ O bloco progressista constitui-se principalmente de camadas da burocracia e intelectualidade, geralmente as inferiores, que almejam alcançar o poder de estado e tem por objetivo reformar a sociedade atual: “Esses estratos acabam tornando-se insatisfeitos com sua situação social e por isso esboçam uma autonomização, dentro dos limites permitidos pela situação de uma classe auxiliar, gerando uma posição política que não se alinha totalmente com o bloco dominante.”(VIANA,2015, pg. 24)

mas não fascismo. E a razão disso é que a América Latina é composta por países de capitalismo subordinado, possuindo uma burguesia subordinada ao capital transnacional e ela não pode se livrar dele, e nem é seu interesse (VIANA, 2018).

Ocorre no Brasil uma resistência organizada contra a fração mais conservadora do bloco dominante que encontra-se neste momento na posse do poder de estado, mais especificamente contra a figura de Jair Bolsonaro. Esse é o cenário “antifascista” brasileiro, combater politicamente o presidente eleito, seja pedindo novas eleições ou um simples *impeachment*. Tal demanda é tocada pelo bloco progressista que possui, entre outros, o interesse de retomar seu espaço na administração estatal que foi perdido desde o *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016. Trata-se, uma vez mais, de disputas internas de frações da classe burguesa e burocrática que querem fazer valer seus interesses específicos. Não há, neste horizonte, uma realização dos interesses revolucionários, não importando se estes compõem e colaboram com o antifascismo.

Não é de se espantar que grande parte da classe operária, demais classes inferiores e parcelas das classes auxiliares, como e especialmente a intelectualidade, estejam revoltadas com os dizeres e ações repulsivos do governo e do presidente. Também não surpreende que essa revolta esteja sendo direcionada para a defesa da democracia, pois o discurso democrático é o discurso da garantia de direitos, do respeito, da “*égalité fraternité liberté*”⁵. Parcelas significativas de diversas classes sociais percebem este discurso como possibilidade concreta de realização: “Hoje está ruim porque fascistas comandam o país, quando líderes democráticos assumirem as coisas irão melhorar. Quando reina a democracia, reina a liberdade”.

Junto da defesa da democracia estão as frentes democráticas e “antifascistas”, organizações políticas ou um conjunto delas que teriam o propósito de representar o interesse democrático da população. Tais frentes são compostas por organizações burocráticas, sobretudo partidos e sindicatos tutelados pelo bloco progressista. Formam um leque variado de políticos “de esquerda” e “de direita” que almejam destituir o atual governo para que possam voltar a compor os quadros do Estado. Que tais indivíduos lutem por este objetivo é plenamente compreensível e não há aí qualquer contradição.

⁵ “Igualdade, fraternidade e liberdade”. Slogan utilizado durante a revolução francesa cujo conteúdo se dá na defesa de supostos direitos universais que viriam a ser garantidos pela república, em contraposição à “tirania” dos monarcas. Trata-se, historicamente, de um discurso burguês.

Para alcançar seu objetivo, entretanto, é necessário apresentar seu interesse particular como sendo o interesse universal de toda a sociedade⁶. Clamam aos revolucionários, bem como aos lumpemproletários, proletários e demais classes inferiores que abracem a luta democrática. Imploram para que se abandonem as diferenças visando lutar contra um “inimigo comum”, pois a ameaça iminente de uma ditadura totalitária colocaria em risco os interesses de classes e blocos sociais distintos. Tal ditadura, argumentam, já teria começado. Para garantir “nossos direitos” e “nossa liberdade” precisaríamos defender com unhas e dentes as instituições democráticas:

Tal inimigo sempre é evocado para se criar tais alianças e unidades. As experiências revolucionárias, tal como a Russa, Alemã, etc., já mostraram o papel contrarrevolucionário que os militantes podem prestar ao ceder a esse tipo de falsa aliança. O que se cede são os princípios revolucionários, ficando à reboque de medidas e estratégia alheias e que emperram a hegemonia proletária no interior da intensificação da luta de classes. Nas eleições brasileiras de 2018 esse processo ficou claro, a propósito da disputa entre Jair Bolsonaro (PSL) e Fernando Haddad (PT), onde a falsa polarização burguesa aglutinou, do lado do bloco progressista, um conjunto de indivíduos e organizações anarquistas e autonomistas, que reivindicaram a unidade de esquerda com partidos liberais, socialdemocratas e leninistas para combater um suposto fascismo caso o Bolsonaro fosse eleito. Tal aliança, além de se mostrar infrutífera (já que Bolsonaro foi eleito), demonstrou a fragilidade de determinados setores do bloco revolucionário em abrir mão de seus princípios, indo à reboque não só dos interesses do bloco progressista (a qual o leninismo compõe a ala extremista deste bloco), mas da própria dinâmica institucional burguesa (democracia, conquista do Estado, etc.) (TELES, 2019, pg. 123-124).

Esta defesa não é por acaso e está atrelada ao caráter de classe das organizações que compõem tais “frentes democráticas” e “unidades antifascistas”. Em sua maioria integram o bloco progressista, embora setores do bloco dominante (em especial aqueles que foram deixados de fora do governo ou que se sentiram lesados recentemente pelo

⁶ Marx trabalha a relação de dominação de uma classe sobre outra, mas não é equivocado realizar aqui um paralelo com frações da classe dominante e suas auxiliares que disputam entre si partes específicas do poder de Estado: “Cada nova classe que toma o lugar daquela que dominava antes dela é obrigada, mesmo que seja apenas para atingir seus fins, a representar o seu interesse como sendo o interesse comum de todos os membros da sociedade ou, para exprimir as coisas no plano das ideias, essa classe é obrigada a dar aos seus pensamentos a forma de universalidade e representá-los como sendo os únicos razoáveis, os únicos universalmente válidos” (MARX, 1989, pg. 49).

mesmo⁷) e do bloco revolucionário⁸ também se encontrem orbitando tais movimentos. O importante aqui é que a hegemonia (das unidades antifascistas) é do bloco progressista, e historicamente sempre o foi. Engana-se aquele que romantiza o antifascismo como movimento de união entre comunistas e anarquistas radicais que lutam contra a ditadura em nome da “liberdade” ou da “igualdade”. Essa aparente radicalidade, que nestes momentos é tão propagandeada nos meios de comunicação “de esquerda”, não é mais do que apenas aparência. É o bloco progressista, em especial a ala moderada, que possui o papel mais forte neste processo, pois concretamente os objetivos traçados por este movimento são os objetivos de tais organizações (GIKH, 2014). No final quem sempre acaba fortalecido é o capital, seja pela manutenção da “democracia liberal” ou pela instauração de uma “ditadura” (fascista ou não).

Democracia e Burocracia

Os partidos e sindicatos formam o grosso das organizações que, ao menos no século XX e XXI, colocam a pauta da defesa da democracia como interesse geral da “classe trabalhadora”. Mais uma vez trata-se de apresentar interesses particulares como interesses universais. Os partidos e sindicatos são organizações burocráticas e, como tais, são geridos pela burocracia. A burocracia é uma classe social auxiliar⁹ específica do capitalismo que em determinadas condições históricas busca se autonomizar e constituir interesses próprios, embora esteja atualmente subordinada aos interesses da burguesia. Possui setores cujos objetivos conflitam com os da classe burguesa e do bloco

⁷ Entre tantos episódios nosso “excelentíssimo” presidente destituiu dois ministros da saúde em pela pandemia do Sars-CoV-2, por não concordarem com a recomendação sem evidências da hidroxicloroquina, rompeu com diversos apoiadores políticos de peso como o governador de São Paulo João Dória e o governador do Rio de Janeiro Wilson Witzel, além de colecionar desafetos ao longo de seu mandato com a direita mais moderada, em virtude de declarações estapafúrdias tanto de sua parte como de seus ministros.

⁸ Aqui é importante ressaltar que o bloco revolucionário não é homogêneo, possui duas alas, a proletária e a semiproletária. Segundo Viana: “A ala semiproletária possui uma formação política e intelectual na maioria dos casos incipiente, caindo muitas vezes no ecletismo, no dogmatismo doutrinário, na recusa da teoria, entre outras possibilidades. Por isso a hegemonia proletária no seu interior é parcial. No plano organizacional também é incipiente, pois muitos caem no individualismo, apesar de outros formarem grupos de jovens ou grupos políticos.” (VIANA, 2015, pg. 33) É a ala semiproletária que pode se encontrar orbitando estes movimentos.

⁹ Sobre o caráter de classe da burocracia ver (VIANA, 2018), (MAIA, 2013), entre outros.

dominante, em especial aqueles mais próximos às classes inferiores (devido ao modo de vida, renda, etc.). Os partidos e sindicatos que apresentam programas em nome da classe trabalhadora se opõem aos interesses da burguesia e conseguem fazê-lo por que, pontualmente, seus interesses de fato se opõem. Assim, enquanto majoritariamente o bloco dominante, neste momento, busca um afrouxamento da legislação trabalhista, o bloco progressista combate tal objetivo. A burocracia partidária e sindical tem muito a perder com tais reformas e apresenta o combate a estas medidas como representação dos interesses das classes trabalhadoras. Mas tais objetivos pontuais da burocracia são apenas opostos aos da burguesia, e não antagônicos¹⁰.

Quando se trata de preservar a sociedade capitalista, burguesia e burocracia mantêm uma “amizade” de longa data que só foi quebrada em momentos históricos específicos. Dessa forma não surpreende que, por exemplo, a esquerda brasileira chame a “classe trabalhadora” para manifestações de rua contra o governo, no meio de uma pandemia mundial. Precisa-se derrubar Bolsonaro, afinal, e pouco interessa aos partidos que a vida dos trabalhadores seja posta em risco ao realizar essas passeatas. Incentivam tais saídas às ruas visando não a radicalização das lutas, mas sim a troca do governo. Seu objetivo último é mera troca de posições no poder executivo do Estado. Estranhamente não ocorreu aos sindicatos e as grandes centrais sindicais chamarem os operários e demais trabalhadores a realizar greves por todo o país como forma de se proteger em meio ao avanço da crise sanitária. Cinicamente pedem ao proletariado que arrisque sua vida não por seus interesses históricos, não pela revolução, mas para que se “salve” a democracia.

¹⁰ “Dois partidos políticos, um de esquerda e outro de direita, possuem divergências quanto às melhores políticas estatais a serem executadas pelo Estado. Aqui há um momento de oposição e não de antagonismo, já que apesar das divergências, há uma convergência que é a participação da disputa na democracia burguesa e da conquista do poder do Estado. O mesmo se pode dizer sobre o bloco dominante e o bloco reformista/progressista, já que apesar da competição, dos embates e disputas (oposição), o interesse geral e fundamental é o mesmo, que é a reprodução da sociedade capitalista. Assim, oposição implica uma divergência específica em meio a uma convergência geral. Uma ideia ou ação é antagônica a outra quando ambas expressam perspectivas radicalmente distintas, inconciliáveis. Uma perspectiva que aponta para a transformação social, e que um dos seus elementos fundamentais é a abolição imediata do Estado, será radicalmente distinta daquelas perspectivas que buscam conquistar o poder do Estado (tanto partidos políticos de esquerda ou de direita). O bloco revolucionário é antagônico tanto ao bloco dominante quanto ao bloco progressista/reformista, o que implica a crítica radical a essas duas tendências. Por esse ângulo, antagonismo significa uma divergência radical simultaneamente específica e geral.” (TELES, 2019, pg. 119-120)

A democracia aparece como um valor universal, quase como uma lei natural. É apresentada como a essência da justiça social, a mais elevada forma de organização política. Atualmente, tanto o bloco progressista como uma boa parcela do bloco dominante tratam como herético todo aquele que ousar questionar tal representação. Esta espécie de fetichismo¹¹ com a democracia é, obviamente, um construto burguês.¹² A defesa da democracia reforça a hegemonia burguesa, já que historicamente ela é apenas uma forma que a classe dominante tem para gerir seus interesses.

Esquecem-se, às vezes de propósito e às vezes não, que foi na democracia norte americana que George Floyd foi publicamente assassinado. Esta mesma democracia que muito antes de Trump já causou todo tipo de dominação e violência ao redor do globo e dentro de suas fronteiras. É a democracia dos países de capitalismo imperialista que, diante das necessidades e interesses do capital bélico (em especial no caso dos EUA) promovem guerras de rapina (anos 1950 Coreia; anos 1960-70 Vietnam; anos 1980-1990 Oriente Médio e América Latina; anos 1940-1990 Guerra ‘Fria’) a fim de manter sua elevada acumulação de capital. Foi na democracia (também) que o Estado brasileiro subjugou populações indígenas, ribeirinhas e quilombolas¹³. Foi na democracia que se prendeu Rafael Braga por portar uma garrafa de pinho sol e se aprovou a chamada lei “antiterrorismo”¹⁴, que serve, basicamente, para reprimir de maneira mais eficiente os

¹¹ No sentido de que as relações reais e concretas que compõem o fenômeno da democracia são perdidos para uma percepção ilusória, no qual aspectos particulares e aparentes assumem a definição do termo. Assim a democracia ganha propriedades “mágicas”, quase que religiosas, onde suas características provêm não das relações sociais historicamente datadas pelos seres humanos, mas por uma essência própria e inerente à ela mesma. Faz-se aqui uma analogia com fetichismo da mercadoria, exposto por Marx no primeiro capítulo do *Capital*: “Não é mais nada que determinada relação social entre os próprios homens que para eles aqui assume a forma fantasmagórica de uma relação social entre coisas. Por isso, para encontrar uma analogia, temos de nos deslocar à região nebulosa do mundo da religião. Aqui, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, figuras autônomas, que mantêm relações entre si e com os homens. Isso eu chamo o fetichismo” (MARX, 1985, pg. 71).

¹² Um construto é uma “elaboração sistematizada de uma noção falsa da realidade” (VIANA, 2007). O termo tem por objetivo diferenciar-se de conceito, que seria uma expressão correta da realidade.

¹³ Destacam-se, entre tantos acontecimentos, a construção da barragem de Belo Monte e as remoções forçadas para a realização dos megaeventos esportivos (copa do mundo e olimpíadas).

¹⁴ Tanto a prisão de Rafael Braga quanto a aprovação da lei antiterrorismo curiosamente ocorreram durante o governo petista, assim como a construção de Belo Monte e as remoções forçadas

movimentos sociais que se busca criminalizar e com toda a certeza servirá para aprofundar a perseguição daqueles que ousam lutar contra o capitalismo. É na democracia que se trabalha e morre sem o direito a tomar os meios de decisão de nossas vidas. Que interesse tem o proletariado em defender a democracia? Que benefício traz ao projeto revolucionário defender as instituições burguesas? Quando se prega aos quatro ventos o evangelho da “união de esquerda” e da “frente antifascista” esconde-se o fato de que, embora alguns interesses imediatos pareçam coincidir (não é do interesse do proletariado nem dos revolucionários um regime fascista¹⁵), os objetivos concretos de tais frentes não apenas divergem daqueles dos revolucionários mas são antagônicos a eles.

Em última instância aliar-se a estas organizações é aliar-se ao projeto burguês de sociedade, pouco importa se o discurso ideológico que adotam é mais moderado e revestido de liberalismo. Pouco importa também se os membros que compõe as frentes se auto intitulam “comunistas” ou “anarquistas”. É preciso ter em mente que quando se fala em fortalecer as “instituições democráticas” se está falando em fortalecer as instituições burguesas. Quando o objetivo é defender a democracia, se está a defender a sociedade capitalista. É essa mesma sociedade que irá combater com veemência qualquer tentativa revolucionária por parte do proletariado. Da mesma forma as frentes e uniões de esquerda combatem de toda maneira qualquer postura mais radicalizada de seus membros.

Realizar a defesa da democracia burguesa é abrir mão do projeto revolucionário. Incentivar o proletariado e parte do bloco revolucionário a aderir a esta causa é trabalhar contra a superação desta sociedade, uma vez que se está trabalhando por sua manutenção. Não se trata de pensar que a classe proletária irá aderir ao projeto revolucionário em bloco de maneira imediata. Sabe-se dos limites do proletariado “em-si” (determinado pelo capital) que permanece subjugado pela ideologia burguesa,

mencionadas anteriormente. Hoje a mesma esquerda que um dia participou dessa violência de estado conclama o combate ao fascismo.

¹⁵ Importante ressaltar, novamente, que dificilmente um regime fascista se estabeleceria no Brasil, e apenas em algumas condições específicas poderia ressurgir em outros países. Normalmente, quando se fala em combater o fascismo, ou impedir o surgimento do mesmo, se está a falar de combater setores ultraconservadores ou uma forma de governo mais autoritária que a atual.

dominação e exploração de nossos tempos. Também não se trata de desconsiderar as manifestações que surgem no Brasil como meras insurgências partidárias e reformistas. No momento o que ocorre são revoltas espontâneas e organizadas sobre anseios comuns: passeatas que aglutinam os descontentes com o discurso retrógrado do presidente, demonstrações contra violência de estado por parte da população negra (que no momento pode ou não vir na esteira do “*Black Lives Matter*”), greves de setores ultraprecarizados como os entregadores de aplicativos, manifestações formais de organizações de todo o tipo contra os ataques discursivos que visam setores específicos como a população “LGBT”, os quilombolas, religiões de matrizes africanas, etc. Uma parcela significativa da sociedade está revoltada, ainda que não tenha bem em mente contra o quê. O identitarismo e o imediatismo afloram neste cenário, causando essa “diversidade” de lutas. Não se luta contra o Estado capitalista mas sim contra “o governo”, “a polícia”, “o racismo”, “a homofobia”, etc.

A posição autogestionária

No meio da turbulência política que é o cenário brasileiro atual, aliás, é difícil julgar aquele que não consegue entender contra o quê deve ficar revoltado. O governo Bolsonaro elevou o espetáculo parlamentar e político a outro nível. A vida cotidiana dos brasileiros é invadida por uma enxurrada de absurdos proferidos por todo tipo de autoridade que extrapolam os limites da “normalidade” política institucional. Tal qual um programa de televisão mal feito que apela ao ridículo para entreter os espectadores, o governo Bolsonaro explora ao máximo a audiência que a polarização partidária lhe dá ao proferir, dia após dia, asneiras das mais diversas. Fato que dá munição de sobra à esquerda para acusar o governo de fascista, uma vez que dentre os muitos absurdos ditos pelos partidários de Bolsonaro encontram-se inúmeros fragmentos de ideologias que remontam ao que há de mais atrasado nas representações ilusórias das relações sociais.

Nesse contexto ocorreram, desde o início de sua campanha presidencial, movimentações contrárias ao bolsonarismo que o elevaram a um movimento fascista. Essa movimentação, tocada pela esquerda e agora apoiada por parcelas da direita e do centro, toma o proletariado de refém em um jogo dicotômico no qual nenhum dos lados

é o seu. À esquerda querem lhe convencer (o proletário) de que o mais terrível dos fascismos instaurou-se no país e sua participação nas urnas e nas passeatas são sua arma de resistência contra a opressão. À direita martelam dia e noite que os comunistas tomaram o país e faz-se necessário combatê-los em todas as esferas, caso contrário há de se perder a propriedade pessoal, a família e a moral. O proletariado brasileiro, submetido a brutal exploração de um país de capital subordinado, encontra-se preso a esta falsa realidade em que tudo o que existe são os dirigentes de esquerda e os dirigentes de direita.

É necessário romper com esta lógica de olhar apenas o horizonte imediato, no qual tudo que se enxerga são aqueles que possuem, no momento, as ferramentas de dominação. Não há espaço para, apenas por causa das emoções que surgem diante dos absurdos do governo, abrir mão dos nossos interesses históricos, de um horizonte que aponte para outra sociedade, um horizonte revolucionário. É preciso mais do que nunca manter a crítica o mais radical possível, sem desviar para concessões reformistas. Reconhecer os limites da consciência imediata do proletariado não significa negar o potencial concreto de sua elevação em classe autodeterminada (para-si) que será sempre uma possibilidade real enquanto existir capitalismo (consequentemente enquanto houver burguesia e proletariado). Cabe àqueles que defendem um projeto revolucionário justamente radicalizar e tencionar determinados setores, auxiliar na medida do possível o desenvolvimento deste processo. Isso inclui, também, abordar seu amigo e seu colega “antifascista” e dizer com todas as letras que ele está defendendo uma pauta conservadora. Não abrir mão da crítica¹⁶ e deixar claro quais os interesses por trás da ideologia do antifascismo, que é em última instância a manutenção da sociedade burguesa.

A luta contra o capital já é uma luta “antifascista”, na medida em que o fascismo é um fenômeno do capitalismo, mas ela também é uma luta “antidemocrática”. Os que

¹⁶ O que tem sido ultimamente um problema pertinente àqueles que defendem a perspectiva revolucionária. Para evitar rompimentos e desavenças muitos evitam realizar críticas pertinentes e extremamente necessárias. O tensionamento entre as frações político partidárias tem contribuído com este processo, há hoje um certo temor de se realizar críticas contra a “esquerda” ou contra os “socialistas” justamente por que o discurso dominante os colocaria como defensores do outro lado, do “fascismo”.

buscam reduzir os conflitos sociais de classe a um antagonismo entre democracia e fascismo o fazem para impedir um avanço da consciência revolucionária do proletariado. É o capitalismo, este modo de produção que colonizou cada canto do planeta terra, que deve ser combatido e superado. As condições históricas para sua superação estão dadas, são possibilidades reais no horizonte futuro que dependem apenas das ações concretas de homens e mulheres que compõem o proletariado e o bloco revolucionário.

Há muito Marx já havia posto que: “o poder executivo do Estado moderno não passa de um comitê para gerenciar os assuntos comuns de toda a burguesia” (MARX, 1998, pg. 12). Nosso interesse não é manter este comitê nem lutar pelos assuntos comuns da burguesia. Nosso interesse é de superar por completo essa sociedade, de instaurar a autogestão social. Tal superação não irá ocorrer trocando-se os políticos e partidos que fazem a gestão do estado. Pode-se eleger quantos “comunistas” forem à presidência da república, quantos partidos “dos trabalhadores” houverem no congresso e no senado. Como bem observou Pannekoek:

A democracia política é o elemento que estes chefes se sentem como peixe em água, na qual podem participar na direção dos assuntos como porta-vozes da classe operária, na qual podem discutir e opor-se aos seus adversários no seio do parlamento, ou em torno de uma mesa de conferências. O que estes chefes aspiravam não era o controle da produção pelos trabalhadores e a expropriação ou despojo legal dos capitalistas, mas sim por colocarem-se, eles mesmos, na frente do Estado e da sociedade, a substituir os funcionários aristocratas e capitalistas (PANNEKOEK, 2010, pg. 38).

A autogestão social, o autogoverno dos produtores (MARX, 2011) ou a sociedade de produtores livremente associados (MARX, 1985), é um caminho que deverá ser trilhado pelo próprio proletariado autodeterminado, em conjunto com outras classes inferiores e indivíduos das classes dominantes que abandonam seus interesses de classe originais. É um processo de extrema radicalidade e ruptura completa com a antiga sociedade. O proletariado, ao expropriar os meios de produção e autogerir a atividade produtiva, abole as relações capitalistas de produção. Como consequência deixam de existir o Estado, a propriedade privada, a divisão social do trabalho e as próprias classes sociais. Tal é o objetivo do proletariado revolucionário: a abolição total das relações capitalistas e a instauração de uma sociedade autogerida pelos indivíduos que a compõe.

Considerações Finais

Como poderia, então, um revolucionário perder-se em defender os interesses de burocratas que discordam sobre detalhes administrativos do estado burguês? Seria possível imaginar um cenário onde essa ruptura radical com a sociedade capitalista estivesse aliada a projetos tão pobres de mudança? Como poderia o proletariado elevar-se em classe autodeterminada enquanto pede o impeachment de Bolsonaro por falta de decoro? Por não respeitar as instituições democráticas? Por não respeitar a constituição? Imagine a classe proletária realizando greves selvagens de ocupação ativa enquanto pede pelo respeito às leis burguesas. A revolução demolindo o estado enquanto luta pela permanência de ministérios, do “multipartidarismo”. Há mais de 80 anos o Grupo Comunista Internacionalista da Holanda (GIKH) já advertia:

Nenhum tipo de unidade é possível com concepções socialdemocratas, que deixam o poder nas mãos do Estado burguês, enquanto os operários vão para a guerra. Cada esquecimento leva ao retrocesso, e os pensadores revolucionários tomaram como ponto de partida a palavra de ordem: “Todo poder ao proletariado”. Quando a classe está organizada numa luta revolucionária, então acontece que se ela entregar o poder a um Governo de Frente Popular, mesmo permanecendo com as armas, todos os poderes são exercidos por tal governo (GIKH, 2014, pg. 175).

A radicalidade do projeto revolucionário não é mero detalhe que pode ser alterado hora sim hora não, como se fosse possível defender a revolução social nos fins de semana e na segunda-feira defender as instituições que a combaterão com toda força, quando ela ocorrer. Aqueles que almejam com sinceridade outra sociedade, mas que partem para defender a democracia contra o “fascismo”, para lutar por *impeachments* e candidaturas, devem ter em mente do que abrem mão ao fazê-lo. Fascismo e democracia, ou mais precisamente ditadura e democracia, são faces da mesma sociedade, a sociedade capitalista. Ambas perpetuam a ditadura burguesa¹⁷. Lutar para defender a democracia é lutar para manter a exploração capitalista, para manter o proletariado em sua condição de servidão. Lutar pela democracia (ou lutar “contra o fascismo”) é, em última instância, lutar contra a emancipação humana.

¹⁷ O termo ditadura, devido a disputa histórica em torno de seu uso, pode assumir significados distintos. Aqui está sendo usado com o significado de ditadura de classe, entendendo-se o domínio da burguesia sobre as demais classes sociais. A ditadura burguesa pode ser oculta, quando assume seu aspecto “democrático”, ou aberta, quando assume seu aspecto “autoritário”. Sobre essa questão ver Viana (2003).

Referências

- BARROT, Jean. O antifascismo é o pior produto do fascismo. *Marxismo e Autogestão*. Goiânia: ano 02, N. 04, jul./dez. 2015, pg. 125-130. Disponível em <<https://redelp.net/revistas/index.php/rma/article/view/9gbarrot4/330>> Acesso em 24/07/2020.
- GIKH, Grupo Comunista Internacionalista da Holanda. Revolução e contrarrevolução na Espanha. *Marxismo e Autogestão*. Goiânia: ano 01, N. 02, jul./dez. 2014, pg. 169-187. Disponível em <<https://redelp.net/revistas/index.php/rma/article/view/18gikh2/124>> Acesso em 15/07/2020.
- MAIA, Lucas. A burocracia escolar. In: SILVA, José Santana da; BRAGA, Lisandro; MAIA, Lucas. *Classes, Estado e Sindicalismo*. São Carlos: Pedro & João, 2013.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A guerra civil na França*. Rio de Janeiro: Boitempo, 2011.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. Martins Fontes. 1ª Ed. São Paulo, 1989.
- MARX, Karl. *O capital*. São Paulo: Nova Cultural, 2ª ed. 1985.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *O manifesto do partido comunista*. São Paulo: Cortez, 1998.
- MATTICK, Paul. “As barricadas devem ser removidas”: o fascismo de Moscou na Espanha. *Revista Enfrentamento*. Goiânia: ano 11, N. 20, jul/dez. 2016, pg. 33-40. Disponível em <<https://redelp.net/revistas/index.php/enf/article/viewFile/1008/877>> Acesso em 15/07/2020.
- PANNEKOEK, Anton. A democracia. *Revista Enfrentamento*. Goiânia, N. 08, Jan./Jul. 2010, pg. 35-40. Disponível em <https://redelp.net/revistas/index.php/enf/article/view/873/pdf_48> Acesso em 20/07/2020.
- TELES, Gabriel. Marxismo Autogestionário e Leninismo: Oposição ou Antagonismo? *Revista Enfrentamento*. Goiânia: ano 14, N. 24. 2019, pg. 117-119. Disponível em <<https://redelp.net/revistas/index.php/enf/article/view/1065/906>> Acesso em 15/07/2020.
- VIANA, Nildo. Blocos sociais e luta de classes. *Revista Enfrentamento*. Goiânia ano 10, N. 17, jan/jul 2015, pg. 07-44. Disponível em <<https://redelp.net/revistas/index.php/enf/article/view/960/830>> Acesso em 20/07/2020.
- VIANA, Nildo. *Estado, Democracia e Cidadania*. A dinâmica da luta institucional no capitalismo. Rio de Janeiro: Achiamé, 2003.
- VIANA, Nildo. *O que é fascismo?* Disponível em <<https://informecritica.blogspot.com/2018/10/o-que-e-o-fascismo.html>> Acesso em 15/07/2020.

VIANA, Nildo. O significado histórico da classe burocrática. *Revista Enfrentamento*. Goiânia: ano 13, N. 23, jan./jun. 2018. Disponível em <https://redelp.net/revistas/index.php/enf/article/download/2viana23enf/pdf_1> Acesso em 24/07/2020.

Introdução

Objetivamos com este texto debater o significado político do suposto antifascismo que começa a se delinear como agenda política no Brasil. A importância de debater tal tema deriva do fato de a consigna “antifascismo” mobilizar parcelas importantes da população, pelo menos os setores mais militantes e organizados de trabalhadores, estudantes, juventude, movimentos sociais etc. Em nome do combate a um suposto fascismo presente no governo Bolsonaro, mobiliza-se consideráveis setores da população nesta luta.

Qual o projeto de classe presente em tais mobilizações? Não me refiro à condição de classe dos que estão começando a ir às ruas com tal bandeira de luta. Refiro-me ao projeto, hegemonia de classe em tais ações. É o governo Bolsonaro um governo fascista, para justificar um movimento antifascista em seu combate? Qual o significado da emergência deste suposto antifascismo para as lutas populares no Brasil?

Um pequeno retrospecto das lutas sociais no Brasil dos anos 2000 até os dias atuais

Para avaliar o significado deste movimento antifascista que está a se consolidar no Brasil como forma de resistência ao governo Jair Bolsonaro, é importante, antes, analisar alguns aspectos das lutas populares no Brasil desde os anos 2000. Como já discutimos em outro trabalho (MAIA, 2016a), houve uma emergência das lutas autônomas no Brasil a partir da década de 2000 e estendeu-se, com certa importância, até 2013 (as grandes manifestações espontâneas de Maio de 2013), tendo ainda alguma expressão em 2014 (manifestações contra a Copa do Mundo de 2014), 2015 com ocupações de escolas e 2016 com as ocupações de escolas, universidades e institutos federais. Daí em diante, houve um retrocesso e paralisia, ficando mais restrita a pequenos grupos, não conseguindo mais ter qualquer significado no rumo das lutas que se seguiram. Em 2019, novamente grandes manifestações populares ocorreram, tendo como alvo o governo Bolsonaro e suas políticas educacionais. Apesar de certa heterogeneidade política em sua composição, com presença de setores autonomistas,

anarquistas, autogestionários etc. em seu interior, a hegemonia e controle das manifestações estava nas mãos das burocracias partidárias e sindicais.

A atual fase do capitalismo, o regime de acumulação integral (VIANA, 2009), implicou no aumento considerável da pobreza e “desigualdades sociais” nos países imperialistas (FORRESTER, 1997), (DUPAS, 1999), (PIKETTY, 2014) etc. Também, nos países de capitalismo subordinado, o mesmo processo é verificável, só que agravando problemas sociais que já eram graves (fome, violência, pobreza etc.) (CHOSSUDOVSKY, 1994), aumento do lumpemproletariado (BRAGA, 2013) etc. Este processo, contudo, acabou também suscitando processos de lutas populares por toda a parte.

Num breve lance de olhos para isto, pode-se citar, por exemplo, a emergência do movimento zapatista no México em 1994, do movimento antiglobalização no final da década de 1990 e início dos anos 2000 em vários países imperialistas (EUA, Canadá, em muitos países europeus etc.), o Movimento Piqueteiro na Argentina de meados dos anos 1990 até aproximadamente 2003, novamente o México em 2007, com o que ficou conhecido como Comuna de Oaxaca, a Primavera Árabe em 2010, Brasil 2013, até as lutas mais recentes no Equador e Chile em 2019, os Coletes Amarelos também em 2018/2019 na França etc. Este é só um apanhado superficial das várias lutas que emergiram em algumas partes do mundo durante o regime de acumulação integral.

No que toca ao Brasil, uma palavra a mais. Os zapatistas no México, o Movimento Antiglobalização foram, no final da década de 1990 e nos anos 2000, referências para lutas que pipocaram em vários países, inclusive no Brasil. Assim, emerge espontaneamente em Salvador, em 2003, o que ficou conhecida como a “Revolta do Buzu”. Realizada majoritariamente por estudantes secundaristas, esta Revolta paralisou a cidade de Salvador por vários dias, reivindicando o não aumento da tarifa de ônibus, passe livre estudantil etc. Em 2004, o mesmo ocorre em Florianópolis, mas agora, além da espontaneidade típica de qualquer grande ação popular, havia também uma articulação de vários setores militantes, que inspirando-se na “Revolta do Buzu”, coloca em andamento grandes manifestações populares, paralisando também esta cidade, impedindo que houvesse aumento da tarifa de ônibus.

No bojo do movimento antiglobalização, no Fórum Social Mundial de 2005, realizado na cidade de Porto Alegre, reúnem-se militantes de vários lugares do país, tendo como pauta a luta pelo transporte coletivo. Desta reunião, surge o Movimento Passe Livre – MPL. Seguindo então processos de organização e ação política que já vinham sendo feitos pelo Movimento Antiglobalização, como o uso da internet para realizar processos de mobilização, formas descentralizadas de organização, ação conjunta em várias cidades, mas com independência e autonomia das localidades etc. o MPL e outras organizações congêneres que começam a surgir, movimentam a cena política brasileira por algum período. Várias manifestações são realizadas no país, algumas de pouca relevância, mas outras que chegam a parar importantes áreas das cidades.

Isto prossegue até 2013, quando um elemento novo ocorre. Articulada também com outras lutas que se desenvolviam em decorrência dos impactos das obras para a Copa do Mundo que se realizaria no Brasil em 2014, e ainda colocando a questão da qualidade do transporte coletivo, e sobretudo lutando para impedir o aumento da tarifa, iniciam em abril de 2013, manifestações (convocadas sobretudo por estudantes) em Goiânia, Teresina e outras cidades. Estas manifestações, culminando geralmente com depredação de patrimônio público e privado, queima de ônibus etc. segue a mesma linha, características e *modus operandi* das que ocorriam desde a Revolta do Buzu. Prosseguem no mês de maio, aumentando em frequência e intensidade, mais cidades realizando atos, como Porto Alegre, Brasília etc. Na manifestação do dia 13 de junho em São Paulo, ocorre uma violenta repressão policial ao ato e ao invés de ocorrer arrefecimento das manifestações, pelo contrário, há uma maior adesão da população àquelas ações. A partir daí ocorre o que ficou conhecido como “Junho de 2013” no Brasil.

O país inteiro parou por algumas semanas diante das megamanifestações de rua. A pauta dos transportes foi absorvida e incorporada em mais demandas que a população trouxe às ruas (saúde, educação, segurança pública, saneamento etc.). Mas o que ganhou em amplitude, perdeu em foco e radicalidade, tendo em vista sobretudo a ação do capital comunicacional que hegemonizou as manifestações no país inteiro, retirando-lhe o caráter contestatório e mais radicalizado, dando-lhe um tom cívico e ordeiro. Fez isto separando a população em geral que estava nas ruas, dos setores mais

“extremistas” e “violentos”. Estes podendo ser agredidos, presos e reprimidos pelo aparato policial¹.

Do que nos interessa desta breve descrição, é o significado político, do ponto de vista organizacional, da ação e da concepção política desenvolvidas a partir desta década de lutas. Como destaquei em Maia (2016a), alguns termos forjados nestas lutas expressam o conteúdo político que se desejava colocar em prática.

Assim:

Os termos autônomo, independente, horizontal, apartidário (às vezes antipartidário), ação direta, combativo, espontâneo, descentralizado são uma negação clara da forma institucional de se fazer política. Estes termos expressam práticas que negam as práticas sindicais, partidárias e parlamentares. É no conteúdo destas formas que podemos encontrar um vislumbre que aponte para lutas autenticamente revolucionárias, ou seja, que tendam para uma superação global e radical da atual sociedade capitalista. Não que elas agora estejam apontando para isto, mas seu desenvolvimento, radicalização e generalização tendem para tal (MAIA, 2016a, p. 44/45).

Estes termos são, pois, expressão de um conteúdo. Este conteúdo expressa uma negação da política parlamentar, partidária, sindical. Trata-se de um esforço, construído em muitas lutas, durante vários anos de embate com estas instituições, com o estado e com setores do capital (como as empresas de transporte coletivo). Este conteúdo, expresso nestas formas de luta, prossegue ainda por algum período, reaparecendo nas ocupações de escolas em São Paulo e Goiás (2014 e 2015), nas lutas pela educação em alguns estados etc.

Contudo, até onde observamos, foram se tornando cada vez menos frequentes a partir de 2015, com o estabelecimento do processo de impeachment de Dilma Rousseff, reemergem em 2016, na luta contra a aprovação da PEC – 241/55, novamente com ocupações de escolas, Institutos Federais e Universidades. Deixando a cena política desde então².

¹ Fizemos uma detalhada análise destes acontecimentos e seu significado político em Maia (2016a). Apontamos, neste trabalho, os limites políticos que estavam já na origem e se manifestaram nos desdobramentos destes atos. Por questão de espaço e foco analítico, não faremos aqui tal discussão, remetendo o leitor para o texto indicado.

² Obviamente que houve outros processos de luta: greves de diversas categorias, ações de outros movimentos sociais etc. Contudo, não tiveram a importância e expressão nacional destas que aqui descrevemos. Também, destacamos o significado político das ações aqui indicadas, pois seu conteúdo

Estas duas décadas implicaram na reemergência das lutas autônomas no Brasil (MAIA, 2016a). Estas lutas chegaram ao nível de rompimento com as burocracias sindicais e partidárias, apontaram para críticas mais ou menos radicalizadas ao estado, ao capital, realizaram manifestações, atos políticos independentes etc. Contudo, devido à própria base social destas várias organizações, sobretudo a juventude (em sua grande maioria estudantes), não foi possível ir além, criticando, na prática, a própria relação-capital, ou seja, o modo de produção capitalista, pois, a classe operária, como classe autodeterminada não se mobilizou, realizando, no máximo, greves locais (espontâneas ou controladas pelos sindicatos e centrais sindicais).

Como se vê, no Brasil, nas duas últimas décadas, desenvolveram-se lutas autônomas de maneira mais ou menos ampla, que arrefeceram de 2016 para cá. Agora, começam a reemergir novos processos de mobilização, de manifestações etc., levantando as bandeiras do “fora Bolsonaro” e “antifascismo”. Diante disto, pode-se indagar: qual o significado, ou seja, conteúdo político, formas de organização, objetivos destas lutas “antifascistas”, que estão agora a se mobilizar?

O suposto antifascismo hoje: um retrocesso

É o governo Bolsonaro fascista? A resposta a esta pergunta nos ajuda a entender a fragilidade do antifascismo que agora começa a se movimentar no Brasil.

Vejamos a seguinte definição:

A princípio, podemos definir o fascismo como um movimento político caracterizado por ser um nacionalismo expansionista, integralista e totalitário que é expressão política e doutrinária da burguesia em aliança com a burocracia (...). Porém, é preciso compreender que, enquanto movimento político, ou seja, uma expressão política de classe (ou conjunto de classes, aliança de classes, etc.), o fascismo possui várias organizações derivadas, além da questão cultural. Assim, é preciso entender, no movimento fascista, o partido fascista, a força paramilitar fascista, o sindicalismo fascista (corporações), o estado fascista, bem como sua base intelectual, a doutrina fascista (VIANA, 2018).

Não temos condições de desenvolver satisfatoriamente aqui esta questão, mas ressaltamos que tais elementos não estão presentes, como unidade programática no

apontava para formas de organização, princípios, ações que fugiam à dinâmica institucional usual dos demais movimentos.

governo Bolsonaro. O uso, portanto, da expressão fascismo para caracterizar tal governo é equivocado ou, no mínimo, inapropriado. De fato, trata-se de um governo, cuja base ou programa político é neoliberal (e não fascista, ou seja, falta o estado fascista para consolidar um suposto fascismo ao governo Bolsonaro). Discursivamente, é um governo nacionalista (como é o fascismo). Contudo, diferentemente do fascismo, que é efetivamente nacionalista e expansionista (imperialista), o nacionalismo do governo Bolsonaro é meramente discursivo e propagandístico, pois, de fato, por exemplo, a agenda privatizante do governo, objetivando vender ao capital transnacional importantes empresas estatais demonstra que ele não é nem nacionalista, muito menos expansionista e muito menos estatista (como é verdadeiramente o fascismo).

Resta também um conjunto de elementos constituintes do fascismo: partido fascista (Bolsonaro não está em nenhum partido), embora esteja a criar um, que até agora não se efetivou; os sindicatos fascistas (o governo Bolsonaro não tem nenhum programa para integrar a classe trabalhadora, seja discursivamente, seja organizacionalmente em seu governo); organizações paramilitares que levam a cabo um programa de violência, mas não violência difusa e sim com finalidade política (em que pese exista um conjunto de fanáticos que defendem o governo e realizem atos de perseguição a opositores, mas nada institucionalizado); doutrina fascista, ou seja, um conjunto de princípios, ideias motrizes articuladas num todo estruturado que podem se configurar como programa de ação etc.

Nada disto existe no governo Bolsonaro. Ele não é, portanto, um governo fascista. Como argumenta Viana:

Um fascismo no Brasil é algo quase impossível. O fascismo é um fenômeno que surge em momentos de crise de um regime de acumulação ou do capitalismo e nos países imperialistas. Ele é a antecâmara da guerra, uma arma do imperialismo. Logo, o fascismo surge em países imperialistas ou potencialmente imperialistas. É sua característica ser não apenas nacionalista, mas imperialista, integral e totalitário. Na América Latina existiram ditaduras, mas não fascismo. E a razão disso é que a América Latina é composta por países de capitalismo subordinado, possuindo uma burguesia subordinada ao capital transnacional e ela não pode se livrar dele, e nem é seu interesse. Sem dúvida, pode existir discursos, grupos, etc., que se dizem fascistas ou neonazistas. No entanto, são nada mais do que fenômenos natimortos. O fascismo é um nacionalismo imperialista, expansionista, e, portanto, só pode surgir em certos países, bem como, para conseguir chegar ao poder, somente em certas condições históricas. Na sociedade brasileira, podem surgir cópias mal feitas, usos de alguns

aspectos secundários da doutrina fascista, mas não o fascismo de forma integral, ou seja, no seu sentido autêntico (VIANA, 2018) (grifos meus).

Pelas questões aventadas, só podemos dizer que o suposto fascismo do governo Bolsonaro nada mais é do que mero engodo. É na verdade uma adjetivação feita pela oposição ao governo com a intenção de desqualificá-lo, pois para esta dita oposição ser fascista é algo ruim. Certamente que para um fascista, ser chamado de fascista é um elogio. No máximo, o governo Bolsonaro é liberal-conservantista³, ou seja, em questões morais, religiosas etc. defende discursos conservadores e tradicionalistas, mas no âmbito político e econômico, empreende um neoliberalismo discricionário⁴, apesar de o indivíduo Bolsonaro e setores dentro do governo terem uma predileção por um governo ditatorial (o que, para ser implementado, não depende só da vontade do próprio Bolsonaro e de alguns de seus ministros). Assim, o liberal-conservantismo, as predileções autoritárias, a defesa de governos ditatoriais e da própria ditadura militar brasileira não são elementos suficientes para caracterizar o governo Bolsonaro (e muito menos o estado brasileiro) como sendo fascista⁵.

É certo que esta cópia “mal feita” do fascismo apresenta características que se assemelham a elementos do fascismo autêntico, como a questão do nacionalismo, mas feito de tal modo que mal se aproxima de uma caricatura mal desenhada (basta lembrar

³ Conservantismo é aqui empregado para qualificar a tendência política, governo, discursos etc. do espectro conservador. Conservador é tudo e todo aquele que quer conservar a sociedade tal qual é estabelecida. Mas a forma de se fazer isto é variável, criando diferentes formas de expressar o conservadorismo. A ala mais reacionária do conservadorismo se expressa no nazismo, fascismo e conservantismo. Mas há também, no espectro conservador, as tendências liberais, republicanas etc. Assim, todo conservantista é conservador, mas nem todo conservador é conservantista. E da mesma forma, todo conservantista é reacionarista, mas nem todo reacionarista é conservantista. Para mais discussões, confira: “Como combater o reacionarismo?”, de Nildo Viana, disponível em: <https://informecritica.blogspot.com/2019/05/como-combater-o-reacionarismo.html>

⁴ Para uma discussão sobre o neoliberalismo discricionário, cf. Maia (2016b) e Viana (2016).

⁵ Há, a respeito, diferentes formas de denominar o governo Bolsonaro: “totalitarismo liberal”, “fascismo”, “neofascismo” etc. Temos conhecimento do debate, mas não é nossa intenção aqui entrar nesta seara, o que alongaria demasiado nosso texto. Destes, o pior é certamente fascista, pois remete há um processo que não está dado na realidade brasileira. Os demais, apesar do esforço em diferenciar em relação ao fascismo, remete ainda a processos que não expressam propriamente a dinâmica política em processo no Brasil. Chamamos a atenção, pois, para a necessidade de se desenvolver terminologias apropriadas para revelar a especificidade dos fenômenos, pois, se há semelhanças, há também diferenças. A terminologia proposta visa, pois, dar conta de tais especificidades. Não esgota a questão, mas é, pelo menos, uma senda aberta para pesquisas posteriores.

o modo submisso como Bolsonaro e o ministro das relações exteriores se comportam perante os EUA, a agenda de privatização do ministério da economia etc. para ilustrar a caricatura de nacionalismo de Bolsonaro).

Se não se trata de fascismo, em que consiste, então, o antifascismo que se opõe ao governo Bolsonaro? Como dissemos, o termo fascismo é utilizado muito mais para adjetivar negativamente o governo do que propriamente para descrever e analisar suas proposições políticas. A verdade é que o governo não conseguiu romper com a institucionalidade estabelecida (independência dos três poderes, liberdades civis e políticas, relação com os demais partidos na Câmara e no Senado etc.). Ou seja, apesar de ele manifestamente defender um rompimento institucional dando maiores poderes ao Executivo, o fato é que isto não ocorreu e ele está subordinado a toda a dinâmica da política institucional do estado brasileiro. Se seu suposto fascismo não passa de mero engodo, o suposto antifascismo é no mínimo tragicômico.

Tragicômico, pois carrega consigo a tragédia e a comédia. É trágico por que há segmentos de oposição ao governo com sentimentos (e não mais do que sentimentos) antiautoritários, anticapitalistas, que defendem outra sociedade etc. Embora, via de regra, façam isto de modo ambíguo, contraditório e não raras vezes vacilante. É cômico, e uma comédia sem graça, porque aglutina em seu interior segmentos tão díspares como todos os partidos de oposição ao governo, torcidas organizadas (em suas chamadas tendências antifascistas), grupos e indivíduos anarquistas e autonomistas, organizações sindicais que se posicionam contrários ao governo, movimentos sociais, intelectuais progressistas etc.

Do equívoco em denominar o governo Bolsonaro como fascista deriva o outro equívoco que advém da oposição ao suposto fascismo: o antifascismo. Assim, setores autenticamente antipopulares estão a denominar o governo Bolsonaro de fascista (vide, por exemplo, a declaração de Wilson Witzel, governador do Rio de Janeiro⁶) ou então, partidos que estiveram no poder durante os governos petistas (PCdoB), que se

⁶ Lembrando que, Wilson Witzel, devido sua política de segurança pública no Rio de Janeiro, é recorrentemente chamado de fascista pela oposição. Novamente, a ideia de que fascista, nas disputas políticas, é muito mais um xingamento, um adjetivo, do que um conceito.

opuseram às consequências mais radicais das manifestações de Junho de 2013, no Brasil, por exemplo, assumem a bandeira antifascista. Está-se agora a falar exaustivamente do papel da Gaviões da Fiel e outras torcidas como sendo as principais mobilizadoras deste movimento antifascista, indo para a linha de frente no combate aos defensores de Jair Bolsonaro. Contudo, é prudente lembrar, que em 2014, esta mesma torcida se opôs às manifestações convocadas por movimentos sociais nas proximidades do Itaquerão como parte das várias lutas contra as consequências das obras da Copa de 2014⁷.

O fato é que a expressão antifascismo no Brasil vem reforçando a ideia de que o governo Bolsonaro é fascista. Ambas expressões equivocadas. Contudo, a ideia de um antifascismo remete a que se desenvolva uma frente ampla de oposição ao governo, tornando homogêneo o que é profundamente heterogêneo. Eis um grande problema da ideia de antifascismo. Liberais, trabalhistas, social-democratas, bolcheviques, anarquistas, autonomistas tendem a se unificar num bloco comum de luta. Partidos políticos, sindicatos, movimentos sociais tendem a formar um bloco unificado de organizações. Proletários, desempregados, intelectuais, capitalistas e outras classes sociais tendem a se unificar em nome da luta contra o fascismo.

A consequência disto é que:

Quer se admita ou não, o antifascismo tem sido a forma necessária para a colaboração entre trabalhadores e burgueses reformistas. O antifascismo os une afirmando representar o verdadeiro ideal da revolução burguesa, traída pelo capital. A democracia é considerada como um embrião de socialismo, já presente na sociedade capitalista. E o socialismo é representado como a plena democracia. A luta pelo socialismo consistiria em obter o máximo de direitos democráticos dentro do capitalismo. Com a ajuda do espantinho fascista, o gradualismo democrático é revitalizado (BARROT, 2015, p. 129) (grifos meus).

Este suposto antifascismo que emerge por agora no Brasil, na verdade, uma frente de oposição ao governo Bolsonaro, e tal frente é heterogênea em sua composição de classe, organizações, perspectivas políticas, interesses de classe etc. Contudo, a bandeira antifascista ofusca tal heterogeneidade e mais do que isto, submete ou subordina os interesses das classes inferiores aos da “burguesia reformista”, burocracia partidária e sindical, setores do capital que se opõem ao governo (como parte do capital

⁷ Cf. “Gaviões e Camisa 12 formam frente de defesa do estádio contra protesto”. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/05/gavioes-e-camisa-12-formam-frente-de-defesa-do-estadio-contra-protesto.html>.

comunicacional) etc. Ou seja, os interesses de classe do proletariado e demais classes inferiores (lumpemproletários, camponeses, trabalhadores do comércio e serviços, trabalhadores domésticos etc.) estão ofuscados em nome da luta contra o fascismo e em defesa da democracia.

Eis o principal significado do antifascismo (quando realmente a luta é contra o fascismo). No caso brasileiro, trata-se de um arremedo de fascismo (na verdade um governo com intenções autoritárias, que ainda não se confirmaram institucionalmente) e um antifascismo mobilizado pelos setores “democráticos”, ou melhor, o bloco reformista e alguns setores do capital (como parte do capital comunicacional⁸, por exemplo).

Em relação ao pré e pós Junho de 2013, tais manifestações antifascistas significam um retrocesso. Se naquelas lutas que se pretendiam autônomas, independentes, horizontais, apartidárias (e antipartidárias), que primavam pela ação direta, que defendiam interesses imediatos das classes inferiores (como a diminuição da tarifa de ônibus, passe livre estudantil e universal, moradia, como no caso dos atingidos pelas obras da Copa etc.), agora o que se vê é a defesa da “democracia” contra o “fascismo”. Não se trata mais de arrancar conquistas ao estado e ao capital para os trabalhadores. Ou seja, os objetivos, os interesses não são mais autenticamente das classes inferiores.

Também, no campo organizacional, a coisa é ainda mais distante dos interesses dos trabalhadores, pois os partidos retomam a cena (e estes tendem a levar a luta dos trabalhadores para disputas partidárias), os sindicatos se posicionam novamente como hegemônicos sobre os trabalhadores (basta ver as manifestações pela educação em 2019), políticos profissionais notoriamente antipopulares como Wilson Witzel, governador do Rio de Janeiro, João Dória, governador de São Paulo, etc. tentam se aproveitar, com objetivos claramente eleitoreiros da onda antifascista. Ou seja, como defende o artigo de Jean Barrot (2015): “O antifascismo é o pior produto do fascismo”. No caso brasileiro, a coisa é ainda pior, pois um fascismo caricato só pode gerar uma caricatura de antifascismo. Mas tanto em uma quanto em outra, há uma confluência: em

⁸ Basta observar o tom condescendente com que, por exemplo, as Organizações Globo tratam as manifestações que se opõem às manifestações dos apoiadores de Bolsonaro.

ambas, o capital está preservado, o estado é justificado e o proletariado e demais classes inferiores estão apaziguados e submetidos, embora geralmente não tenham consciência disto.

Nem fascismo nem antifascismo: a perspectiva proletária

Rühle (1978) afirma que a luta contra o fascismo começa pela luta contra o bolchevismo. O que é correto. Acrescentaria aqui que a luta contra o capitalismo começa pela luta contra o antifascismo. Não porque o fascismo deva ser defendido. Afastemos logo esta possível interpretação que leitores mal intencionados possam fazer de nossa reflexão. Para nós, o fascismo é tão somente uma das possíveis vias de organização do estado capitalista. A classe burguesa pode recorrer a ele se as condições históricas assim o permitirem e suas tarefas políticas assim o necessitarem. Mas ela recorre com mais frequência à democracia, podendo se utilizar também do estado de guerra, da ditadura militar ou civil etc. Para manter a acumulação de capital em níveis satisfatórios, a classe capitalista já recorreu historicamente aos mais desumanos meios políticos. Nada impede que ela recorra a este ou àquele novamente ou que no curso do processo histórico possam surgir ainda mais outros. Assim, fascismo, nazismo, ditadura militar, democracia etc. são todos meios possíveis de domínio político da burguesia sobre a classe operária e demais classes inferiores. Todos devem ser questionados de um ponto de vista proletário.

O antifascismo no Brasil, na verdade, uma frente ampla, parlamentar e extraparlamentar, que não se constituiu ainda como uma forma organizacional mais estruturada, contra o atual governo Bolsonaro, constitui-se como um movimento político não-proletário, pois emprega meios, formas de organização, bem como seu objetivo nada mais é do que a retirada de Bolsonaro (ou da chapa Bolsonaro-Mourão). Em ambas possibilidades, reconhece-se o estado e seus procedimentos institucionais como legítimos e adequados aos interesses dos trabalhadores. Caso haja impedimento da chapa e novas eleições sejam convocadas, toda a mobilização (que agora está nas ruas) será deslocada para o campo parlamentar, reacendendo o pavio eleitoral e dando sobrevida a toda sorte de partidos da oposição. Caso só Bolsonaro seja impedido, quem assume é Mourão, o vice-presidente, demonstrando-se assim, inútil, a estratégia de

retirar Bolsonaro do poder, pois o vice não significa mudanças substanciais em relação ao presidente.

Se se coloca no estrito ponto de vista deste suposto antifascismo, somente três alternativas se colocam no horizonte: a) Bolsonaro continua no poder e espera-se novas eleições (dentro disto, o medo do bloco progressista é um possível golpe de estado e rompimento institucional por parte de Bolsonaro); b) realiza-se o impedimento de Bolsonaro e Mourão assume, significando assim certa continuidade do atual projeto; c) realiza-se impedimento da chapa Bolsonaro-Mourão e novas eleições são convocadas, reativando a chama partidária-parlamentar-eleitoral, o que seria a felicidade geral do bloco progressista e de toda esta frente ampla de oposição ao atual presidente.

Impeachment, novas eleições, continuidade do atual governo (com possível rompimento institucional ou não) não interessa aos trabalhadores, não expressa nenhum projeto de classe da perspectiva proletária. Como afirmei antes, esta frente ampla (antifascista) significa um retrocesso às lutas que começaram a se desenvolver a partir da década de 2000. Se ali se apontavam possibilidades de lutas que negavam a via eleitoral, parlamentar, agora, esta parece ser a única solução. Se naquelas lutas começava-se a trilhar uma possibilidade organizativa que fosse além dos estritos limites políticos burgueses (sindicatos, partidos, parlamento, estado, eleições etc.), agora, estes estritos limites aparecem como a possibilidade real de luta, de salvação da geral da “nação” e do “povo”.

Autonomia, independência, horizontalidade, ação direta? Nada mais disso parece ser possível, real ou desejável, pois o objetivo imediato é retirar do poder o suposto fascista (um espantalho) e convocar-se novas eleições. Esta parece ser a única via realista. Até mesmo setores que estavam ativamente envolvidos com as lutas que culminaram em Junho 2013 (alguns setores do anarquismo e autonomismo) rendem-se à luta contra o suposto fascismo e colocam suas forças, energias (sem o querer e muitas vezes sem o saber) à disposição da burocracia (partidária, sindical, parlamentar) e da burguesia (capital comunicacional etc.).

A pergunta que se deve fazer é: qual forma de ação e projeto político é mais adequado à classe proletária e demais classes inferiores? Como já demonstramos, esta

frente ampla (antifascista) está do outro lado da trincheira (burocracia e burguesia). Outro projeto de classe é necessário. Interessa ao proletariado defender seus próprios interesses, seus próprios objetivos, suas próprias organizações, seus próprios métodos de luta.

Assim, interessa ao proletariado constituir suas próprias organizações (comitês de greve, comissões de fábrica, enfim, suas organizações de base, às quais ele próprio constitui e controla). É somente através destas organizações que ele pode formular, enquanto classe, outro projeto político para além da mudança de nomes à testa do estado. Isto é também válido para as demais classes inferiores (lumpemproletariado, trabalhadores dos serviços em geral, classe subalterna etc.). O que estamos dizendo é que, do ponto de vista destas classes, a constituição de um projeto político implica na constituição de um processo de luta, que passa necessariamente na constituição de suas próprias formas organizativas. Assim, para o proletariado, o desenvolvimento de sua consciência política é resultado de organização e luta política. Não há outro caminho. E as trilhas escuras que a burocracia e a burguesia indicam ao proletariado não o conduzem à realização de seus próprios interesses. São para ele becos sem saída. A senda aberta por este suposto antifascismo conduz o proletariado e demais classes inferiores ao abismo político

Da mesma forma, o bloco revolucionário, ou seja, o setor mais consciente e organizado do proletariado (sua expressão política e intelectual), deve-se fazer a mesma pergunta: qual forma de ação e projeto político é mais adequado à classe proletária e demais classes inferiores? Toda ação e projeto político que fortaleça ou crie possibilidades para que a classe operária se autonomize, constitua suas próprias organizações, para que ela se apresente como classe autodeterminada na cena política brasileira. Como já disseram Marx e Engels:

Os comunistas não formam um partido à parte, oposto aos outros partidos operários. Não tem interesses que os separam do proletariado em geral. Não formulam quaisquer princípios particulares a fim de modelar o movimento proletário (MARX & ENGELS, 1987, p. 116).

Assim, toda forma de ação que contribua para que o proletariado se constitua como classe autodeterminada, que apresente seu próprio projeto de classe, que contribua para o desenvolvimento da consciência de classe é uma atitude válida, por

menor que seja. Agora, em nome de um falso realismo, jogar os setores mais militantes da classe na luta contra um espantalho fascista, reafirmando aos trabalhadores a validade para eles da democracia, das eleições, dos partidos políticos, dos sindicatos, do estado etc. é a pior das estratégias políticas, um erro sem igual.

Portanto, não se trata de “purismo político ou ideológico”, como é comum que alguns setores mais praticistas do bloco revolucionário possa nos acusar, mas sim de reafirmar que o projeto de classe do proletariado não passa pela troca de governos, nem de regime políticos (ditadura ou democracia). Os interesses de classe do proletariado não significam a defesa do governo A ou do governo B, do partido X ou do partido Y, da democracia ou da ditadura, seja ela militar, nazista ou fascista. Estas são todas oposições que reproduzem a sociedade capitalista. Para o proletariado (e demais classes inferiores) importa a abolição das classes, do estado e do capital. E os meios para se fazer isto são o próprio desenvolvimento da luta proletária. Nem mais e nem menos⁹.

Últimas palavras

Objetivou-se com este pequeno ensaio demonstrar que a oposição que se vem constituindo na sociedade brasileira entre fascismo e antifascismo é um amontoado de equívocos. Isto não exclui que exista no interior da sociedade brasileira pequenos grupos, indivíduos etc. que se autoproclamem fascistas, neonazistas etc. e de fato defendam tais ideologias. Mas daí a defender que o governo Bolsonaro seja um governo fascista vai uma distância muito grande.

Não existe de fato um fascismo no governo brasileiro. No máximo, como apontamos, existe um governo liberal-conservantista que tem pretensões de romper com a institucionalidade democrática, estabelecendo uma ditadura com amplos poderes para o executivo. Contudo, isto ainda não se operou, sendo, nos dias de hoje, uma possibilidade. Se o estado brasileiro não é fascista, um movimento antifascista é o

⁹ O número 24 da *Revista Enfrentamento* é inteiramente dedicado à discussão da sobre *Luta de Classes e Estratégia Revolucionária* hoje. Remeto o leitor aos artigos deste número especial da Revista para aprofundamentos sobre as possibilidades da ação da classe trabalhadora, que reafirmem seus interesses de classe, suas formas de organização e ação concretas. Pode ser acessada no seguinte link: <https://redelp.net/revistas/index.php/enf/issue/view/110/showToc>.

combate a um espantalho, tal como a luta de Dom Quixote contra os moinhos de vento. No final das contas, como demonstramos, o que existe efetivamente é uma frente ampla (parlamentar e extraparlamentar) de oposição ao governo Bolsonaro, que é tão antifascista, quanto são monstros dos moinhos de vento de Dom Quixote.

Contudo, esta frente ampla mobiliza politicamente setores da população. É um movimento real e o problema é que o direcionamento da luta implicado nela é antiproletário. Assim, a luta contra o capitalismo começa pela luta contra o suposto antifascismo. Em oposição a este espantalho antifascista (que é burguês e burocrático), o bloco revolucionário deve apresentar outro projeto político que fortaleça ou contribua para que se criem organizações do proletariado (como classe autodeterminada) e demais classes inferiores. E, a partir daí, contribua com o processo de autoeducação destas classes. Ou seja, as ações do bloco revolucionário que não incentivem a auto-organização e autoeducação de classe tendem a perverter a ação política do proletariado e demais classes inferiores. Eis, pois, o sentido preciso da referida luta antifascista agora em curso no país.

Referências

BARROT, Jean. O antifascismo é o pior produto do fascismo. *Revista Marxismo e Autogestão*. Ano 02, num. 04, jul./dez. 2015.

BRAGA, Lisandro. *A classe em farrapos: acumulação integral e expansão do lumpemproletariado*. São Carlos: Pedro & João, 2013.

DUPAS, Gilberto. *Economia Global e exclusão social: pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo*. São Paulo: Paz e terra, 1999.

FORRESTER, Viviane. *O horror econômico*. São Paulo: Unesp, 1997.

MAIA, Lucas. *Nem partidos, nem sindicatos: a reemergência as lutas autônomas no Brasil*. Goiânia: Edições Redelp, 2016a.

MAIA, Lucas. A PEC 55 e o neoliberalismo discricionário no Brasil. *Revista Despierta*, Ano 03, Núm. 03, 2016b.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Cartas filosóficas & O manifesto comunista de 1848*. São Paulo: Editora Moraes, 1987.

PIKETTY, Thomas. *O capital no século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

RÜHLE, Otto. *A luta contra o fascismo começa pela luta contra bolchevismo*. In: Korsch, Karl et. al. *A contra-revolução burocrática*. Coimbra: Centelha, 1978.

VIANA, Nildo. *O capitalismo na era da acumulação integral*. São Paulo: Ideias & Letras, 2009.

VIANA, Nildo. A PEC 241/55 e as políticas de austeridade. *Revista Enfrentamento*. Goiânia: ano 11, N. 19, jan/jun. 2016.

VIANA, Nildo. O que é fascismo?. Informe e Crítica. Disponível em: <https://informecritica.blogspot.com/2018/10/o-que-e-o-fascismo.html>. Acesso em: 01/06/2018.

FASCISMO? DEMOCRACIA? COMUNISMO¹

Otorrino Perrone

A questão central que confronta o movimento operário atualmente é a sua atitude em relação à democracia, ou mais precisamente, a necessidade de defender (ou não) as instituições democráticas ameaçadas pelo fascismo, ao mesmo tempo em que este último pretende destruir as organizações proletárias.

A solução mais simples para essa questão - e para outras - não é a mais clara, pois de modo algum corresponde à realidade da luta de classes. Embora possa parecer paradoxal à primeira vista, o movimento operário só conseguirá realmente preservar suas organizações do ataque da reação, desde que mantenham intactas suas posições de combate, não as vincule ao destino da democracia e lute a batalha contra a ofensiva fascista, ao mesmo tempo em que leva adiante a luta contra o Estado democrático.

Com efeito, uma vez estabelecida a comunhão entre o movimento operário e as instituições democráticas, é dada a condição política para a ruína completa da classe trabalhadora, uma vez que o Estado democrático encontra, na contribuição das massas operárias, não uma possibilidade de vida ou de persistência, mas a condição necessária para se tornar um regime autoritário, ou o sinal de seu desaparecimento com o objetivo de ceder seu lugar para uma nova organização fascista.

Se considerarmos a situação atual, independentemente da sua ligação com as situações que a precederam e que virão depois dela, se considerarmos a posição atual dos partidos políticos sem os ligar ao papel que desempenharam no passado e ao que irão desempenhar no futuro, as circunstâncias imediatas e as forças políticas atuais do contexto histórico geral são deslocadas, o que permite que a realidade seja facilmente apresentada da mesma forma: o fascismo vai ao ataque, o proletariado está completamente interessado em defender suas liberdades e, por esta razão, é necessário estabelecer uma frente defensiva de instituições democráticas ameaçadas.

¹ Texto publicado originalmente em 1934, portanto, no auge do regime fascista na Itália. Esta tradução foi realizada por Brenda Santos e revisado por Gabriel Teles a partir da versão em inglês disponível em: <https://intransigence.org/2018/07/09/fascism-democracy-communism/>. (Nota – Revista Enfrentamento).

Pintada com um toque revolucionário, esta posição é apresentada sob o verniz de uma estratégia revolucionária fingida, ao mesmo tempo que é fundamentalmente "marxista." A partir daqui o problema é apresentado da seguinte forma: há uma incompatibilidade entre a burguesia e a democracia, conseqüentemente, o interesse do proletariado em defender as liberdades que este lhe concede naturalmente prevalece sobre os seus interesses especificamente revolucionários e a luta pela defesa das instituições democráticas torna-se assim uma luta anticapitalista!

Na base destas proposições há uma confusão evidente entre democracia, instituições democráticas, liberdades democráticas e posições da classe trabalhadora que são erroneamente chamadas de "liberdades dos trabalhadores." *Observaremos então, tanto do ponto de vista teórico, como do ponto de vista histórico, que existe uma oposição irreduzível e irreconciliável entre a democracia e as posições da classe trabalhadora*². O movimento ideológico que acompanhou a ascensão e a vitória do capitalismo situa-se e exprime-se, do ponto de vista econômico e político, com base na dissolução dos interesses e das exigências particulares dos indivíduos, das comunidades e especialmente das classes, dentro da sociedade.

Aqui a igualdade dos componentes seria possível precisamente porque os indivíduos confiam seu destino e custódia aos organismos estatais que representam os interesses da comunidade. É útil salientar que a teoria liberal e democrática supõe a dissolução de grupos, de categorias constituídas por "cidadãos", que estariam interessados em ceder espontaneamente uma parte da sua liberdade, de receber a salvaguarda da sua posição econômica e social em troca de uma compensação. Esta renúncia seria feita em benefício de um organismo capaz de regular e dirigir toda a comunidade. E enquanto as constituições burguesas proclamam os "direitos do homem" e também contêm a afirmação da "liberdade de reunião e da imprensa", elas não reconhecem agrupamentos de classes de forma alguma.

² Uma discussão mais detalhada sobre o posicionamento do Movimento Autogestionário a este respeito pode ser conferida no número especial da Revista Enfrentamento inteiramente dedicado à questão das eleições, da democracia e do voto nulo. Cf. Revista Enfrentamento Especial nº 8 no seguinte link:
<https://redelp.net/revistas/index.php/enf/issue/view/Revista%20Enfrentamento%20N%C2%BA%208>.

Esses "direitos" são considerados exclusivamente como atribuições concedidas ao "homem", ao "cidadão", ou ao "povo", que deve fazer uso deles para conceder aos organismos do Estado ou do governo acesso ao indivíduo. A condição necessária para o funcionamento do regime democrático reside, então, não no reconhecimento de grupos, seus interesses, ou seus direitos, mas na fundação do organismo indispensável para guiar a coletividade, que deve transmitir ao Estado a defesa dos interesses de cada unidade que o constitui.

A democracia é apenas um meio para impedir que os "cidadãos" recorram a outros órgãos que não os governados e controlados pelo Estado. Poderia ser objetado que a liberdade de reunião, imprensa e organização perdem todo o seu significado a partir do momento em que se torna impossível obter, por meio deles, uma determinada concessão. Aqui entramos no terreno em que a crítica marxista mostra como que, por trás da máscara democrática e liberal, a opressão de classe é realmente escondida, e que Marx tão justamente afirmou que o sinônimo de "Liberdade, Igualdade e Fraternidade" é "infantaria, cavalaria, artilharia." Pelo contrário, hoje não é tanto uma questão de demonstrar a inconsistência da base supostamente igualitária da democracia, mas de expor como eles pretendem amarrar a expansão das organizações dos trabalhadores com a defesa deste último.

Ora, como já explicamos, a condição de vida do regime democrático consiste precisamente em restringir o poder de alguns grupos, em particular em nome dos interesses dos indivíduos, bem como da sociedade. O estabelecimento de uma organização dos trabalhadores envolve diretamente um ataque à teoria da democracia e por isso é característico notar que, no atual período de degeneração do pensamento marxista, a sobreposição das duas Internacionais (a dos traidores e a dos futuros traidores) ocorre precisamente com base na defesa da democracia, da qual derivaria a possibilidade de existência, e até mesmo de desenvolvimento, das organizações operárias.

Do ponto de vista histórico, a contradição entre a "democracia" e as organizações operárias manifesta-se de forma bastante sangrenta.

O capitalismo inglês foi fundado no século XVII, mas foi muito mais tarde que os cartistas arrebataram o direito da classe trabalhadora de se organizar pela força da luta. Em todos os países, os trabalhadores obteriam essa conquista apenas com base em movimentos fortes que estavam continuamente sujeitos à repressão sangrenta dos estados democráticos. É bastante claro que antes da guerra, e mais especificamente até os primeiros anos do nosso século, movimentos de massa destinados a estabelecer organismos independentes da classe trabalhadora foram liderados por partidos socialistas para a conquista de direitos que concederiam aos trabalhadores o acesso às funções de governo ou Estado.

Certamente, esta questão foi calorosamente debatida dentro do movimento operário; sua expressão mais conclusiva é encontrada acima de tudo na teoria reformista que, sob a bandeira da penetração gradual do proletariado na fortaleza do inimigo, na verdade, permitiu que este último - e 1914 representa a conclusão deste balanço de revisão marxista³ e traição - corrompesse e submetesse aos seus próprios interesses toda a classe trabalhadora.

Na luta contra o que é habitualmente ridicularizado como "bordiguismo", argumenta-se muitas vezes, por razões controversas (que são geralmente as razões de emaranhamento e confusão), que este ou aquele movimento tinha como objetivo a conquista do sufrágio universal, ou esta ou aquela exigência democrática. Esta forma de interpretar a história é muito semelhante à que consiste em explicar os acontecimentos, não determinando a sua causa em função das classes antagônicas e os interesses específicos que eles realmente apresentam, mas simplesmente baseando-se nas iniciais inscritas nas bandeiras que acenavam acima das massas em movimento.

³ A referência aqui é à Social-democracia alemã, que, no parlamento alemão, votou em bloco a favor dos créditos de guerra, que permitiria ao Estado alemão empenhar recursos nos esforços de guerra. Os deputados do SPD – Partido Social-democrata alemão (na sigla em alemão) – votaram favoráveis aos gastos do Estado alemão na Primeira Guerra Mundial, um conflito caracteristicamente imperialista. Faz-se exceção a somente dois deputados: Otho Rühle e Karl Liebknecht. O SPD a esta época era cindido em três correntes: centro (representado por Karl Kautsky), direita (representado por Edward Bernstein) e esquerda (representado por nomes como Rosa Luxemburg, Otho Rühle, Anton Pannekoek, Karl Liebknecht etc.). Após este episódio, a ala esquerda sai em bloco, dando origem ao que ficou conhecido como “socialismo radical” e este durante as décadas de 1920 e 1930 vai dar origem a inúmeras tendências: espartaquismo, comunismo de conselhos etc.

Esta interpretação, que por outro lado tem apenas um valor puramente acrobático com a qual as pessoas pretensiosas que povoam o movimento operário estão satisfeitas, desaparece imediatamente se o problema é colocado em termos realistas. Com efeito, o movimento operário não pode ser compreendido senão no decurso da sua ascensão rumo à libertação do proletariado. Se, pelo contrário, o colocássemos no caminho oposto, que levaria os trabalhadores a conquistar o direito de acesso às funções governamentais ou estatais, nos colocaríamos diretamente no mesmo caminho que levou à traição da classe trabalhadora.

Em qualquer caso, os movimentos que tinham como objetivo a conquista do direito de voto poderiam realizar essa luta e de forma duradoura, porque no final, estavam longe de dismantlar o sistema democrático. Eles não fizeram nada além de introduzir o próprio movimento operário em seu próprio jogo. As ações miseráveis dos trabalhadores que subiram aos postos do governo são bem conhecidas: os Eberts, Scheidemanns, Hendersons, etc., demonstraram claramente qual é o mecanismo democrático e a capacidade que ele tem para desencadear a mais implacável repressão contrarrevolucionária.

O que diz respeito às posições de classe conquistadas pelos trabalhadores é completamente diferente. Aqui nenhuma compatibilidade com o Estado democrático é possível; pelo contrário, a oposição irreconciliável que reflete o antagonismo das classes é acentuada, aguçada e amplificada, e a “vitória” dos trabalhadores será alcançada graças à política dos líderes contrarrevolucionários.

Estes últimos distorcem o esforço feito pelos trabalhadores para criar suas organizações de classe, o que só pode ser fruto de uma luta impiedosa contra o Estado democrático. O triunfo proletário só é possível nessa direção. *Quando as massas trabalhadoras são seduzidas pela política dos líderes oportunistas, elas acabam sendo arrastadas para o pântano democrático.* Lá eles não são mais do que um simples peão de um mecanismo que se torna muito mais democrático, uma vez que consegue anular todas as formações de classe que representam um obstáculo ao seu funcionamento.

O Estado democrático que opera este mecanismo vai fazê-lo funcionar "igualmente" apenas na condição de ter antes dele, não categorias econômicas

antagônicas agrupadas em organismos diferentes, mas "cidadãos" iguais uns aos outros, que se reconhecem como sendo de posição social semelhante, para percorrer juntos os múltiplos caminhos a que têm acesso após o exercício do poder democrático.

Criticar o princípio democrático com o objetivo de demonstrar que a igualdade eleitoral não é mais do que uma ficção que obscurece os abismos que separam as classes na sociedade burguesa excede o objetivo deste artigo. O que nos interessa aqui é poder mostrar que existe uma oposição irreconciliável entre o sistema democrático e as posições da classe trabalhadora. Cada vez que os trabalhadores foram capazes de impor - através de lutas heroicas e sacrificando suas próprias vidas - suas demandas de classe sobre o capitalismo, eles têm produzido um sério golpe para a democracia, um golpe do tipo que só o capitalismo pode reivindicar.

Pelo contrário, o proletariado encontra a razão da sua missão histórica denunciando a mentira do princípio democrático na sua própria natureza e na necessidade de suprimir as diferenças de classes e as próprias classes. No final do caminho percorrido pelo proletariado através da luta de classes, não há regime democrático puro, porque o princípio em que a sociedade comunista se baseará é o da não-existência de um poder estatal que dirige a sociedade, enquanto a democracia é absolutamente inspirada por ela. Em sua expressão mais liberal, ele se esforça continuamente para excluir os explorados que se atrevem a defender seus interesses com a ajuda de suas organizações, em vez de permanecer submisso às instituições democráticas criadas com o único objetivo de manter a exploração de classe.

Tendo colocado o problema da democracia em seu quadro normal - não vemos realmente como seria possível para os marxistas fazê-lo - é possível entender os acontecimentos na Itália e na Alemanha, bem como as situações vividas atualmente pelo proletariado em diferentes países e, em particular, na França. *À primeira vista, o dilema em que eles situam esses eventos consiste na oposição "fascismo/ democracia", ou, para usar termos comuns, "fascismo/ antifascismo".*

Estes estrategistas "marxistas" dirão, para cúmulo, que a antítese continua a ser a existência de duas classes fundamentalmente opostas, mas que o proletariado tem a vantagem de aproveitar a oportunidade que lhe é oferecida e de se apresentar como a

principal figura na defesa da democracia e na luta antifascista. Já salientámos a confusão entre democracia e posições dos trabalhadores que está na base desta política.

Agora precisamos explicar por que a frente para a defesa da democracia na Itália - como na Alemanha - não representou, em última análise, mais do que uma condição necessária para a vitória do fascismo. Pois o que é indevidamente chamado de "golpe de Estado fascista" é apenas, no final, uma transferência de poder, mais ou menos pacífica, de um governo democrático para o novo governo fascista. Na Itália, um governo composto por representantes do antifascismo democrático cede lugar a um ministério liderado pelos fascistas, que terá uma maioria segura neste parlamento antifascista e democrático, quando, no entanto, os fascistas não tinham mais do que um grupo parlamentar de quarenta representantes de quinhentos deputados.

Na Alemanha, o antifascista Von Schleicher dá lugar a Hitler, chamado, por outro lado, por outro antifascista, Hindenburg, o escolhido das forças democráticas e social-democratas. Na Itália e na Alemanha, na época da transformação da sociedade capitalista em fascismo, a democracia não se retira imediatamente da cena política, mas mantém uma posição política de primeira ordem: com efeito, se permanecer no governo, não é com o objetivo de representar dentro de si um ponto de reunião para evitar as situações a que uma vitória fascista levará, mas para permitir o triunfo de Mussolini e Hitler. Na Itália, além disso, após a marcha sobre Roma, e por vários meses, em cima disso, um governo de coalizão foi formado, e em que os fascistas foram uma parte em colaboração com os cristão-democratas, e até mesmo Mussolini renunciou à ideia de ter representantes da socialdemocracia na liderança das organizações sindicais.

Os acontecimentos atuais na França, onde a perspectiva fascista não representa a única solução capitalista para a situação, e onde o "pacto de ação" entre socialistas e centristas fez da classe trabalhadora o principal elemento na defesa da democracia, vai acabar esclarecendo a controvérsia teórica em que a nossa fração está contra as outras organizações que buscam representar a classe operária. A condição necessária para a derrota do fascismo, e que supostamente consiste no reagrupamento dos partidos que atuam dentro da classe trabalhadora em uma frente unida levantando a bandeira para a defesa da democracia, condição esta que não existia na Itália ou na Alemanha, é completamente cumprida na França.

Agora, em nossa opinião, o fato de que o proletariado francês foi descarrilado de seu terreno de classe e estimulado como tem sido, por centristas e socialistas, na estrada que hoje o imobiliza e amanhã lhe entregará o capitalismo, prenuncia a vitória indubitável do inimigo. Vitória no duplo sentido de ser forçado a recorrer ao fascismo, ou a uma transformação do Estado atual em um Estado no qual o governo vai gradualmente absorver as funções legislativas fundamentais e onde as organizações dos trabalhadores devem desistir de sua independência e permitir o controle do Estado em troca de sua "ascensão" à categoria de instituições consultivas de garantia.

Quando se diz que a situação atual já não permite ao capitalismo manter uma forma de organização social análoga ou idêntica à existente no período histórico ascendente da burguesia, não faz mais do que confirmar uma verdade evidente e indiscutível. Mas é também uma verificação de fatos que não é específico da questão da democracia, mas é geral e aplica-se igualmente à situação econômica e a todas as outras manifestações sociais, políticas, culturais, etc.

Isso serve para provar que o hoje não é o ontem, que existem atualmente fenômenos sociais que não apareceram de forma alguma no passado. Não chamaríamos a atenção para esta afirmação banal se não fossem as conclusões políticas, que são, no mínimo, estranhas, que implica: as classes sociais já não são reconhecidas pelo modo de produção que estabelecem, mas pela forma de organização política e social com que se dotam. *O capital é, portanto, uma classe democrática necessariamente oposta ao fascismo, que é uma ressurreição das oligarquias feudais. Caso contrário, o capitalismo não pode mais ser o capitalismo, a partir do momento em que deixa de ser democrático, e o problema consiste em assassinar o demônio fascista usando o próprio capitalismo.* Ou, já que o capitalismo hoje está interessado em abandonar a democracia, nós só temos que colocá-lo de volta no trilho, retomando os textos da constituição e as leis, e nós assim, quebraremos a transformação do capitalismo para fascismo e ainda abriremos o caminho que leva à vitória proletária.

Em última análise, a ofensiva fascista iria forçar-nos temporariamente a colocar o nosso programa revolucionário sob quarentena, a fim de defender as instituições democráticas ameaçadas de extinção, e depois retomar a luta abrangente contra esta mesma democracia que, graças a esta interrupção, ter-nos-ia permitido montar uma

armadilha contra o capitalismo. Uma vez que o perigo foi eliminado, a democracia poderia ser crucificada novamente.

A simples enunciação das conclusões políticas derivadas da verificação da diferença entre duas épocas capitalistas - a ascendente e a descendente - permite-nos ver o estado de decomposição e corrupção dos partidos e grupos que afirmam estar do lado do proletariado no período atual.

Os dois períodos históricos considerados separadamente podem diferir, e realmente diferem, mas para chegar à conclusão de que há uma incompatibilidade entre o capitalismo e a democracia, ou entre o capitalismo e o fascismo, devemos considerar a democracia e o fascismo não tanto quanto formas sociais de organização, mas de classes ou seria necessário admitir que a partir de agora a teoria da luta de classes não é mais verdadeira e que estamos testemunhando uma batalha que vai colocar a democracia contra o capitalismo, ou fascismo contra o proletariado.

Mas os acontecimentos na Itália e na Alemanha estão lá para nos mostrar que o fascismo não é nada mais do que o instrumento de repressão sangrenta contra o proletariado, ao serviço do capitalismo, que vê Mussolini proclamar a santidade da propriedade privada sobre os escombros das instituições de classe que os trabalhadores tinham fundado para dirigir sua luta contra a apropriação burguesa do produto de seu trabalho.

Mas a teoria da luta de classes é verificada, mais uma vez, nas experiências cruéis da Itália e da Alemanha. A aparência do movimento fascista não modifica a antítese do capitalismo/proletariado, substituindo-o pelo capitalismo/democracia ou pelo fascismo/proletariado. Na evolução do capitalismo decadente, chega um momento em que este é forçado a empreender outro caminho diferente daquele que percorreu em sua fase ascendente.

Antes que pudesse combater o seu inimigo mortal, o proletariado, apresentando a sua perspectiva como a de uma maioria progressista com o mesmo destino até que alcançou a sua libertação e, com este objetivo, abriu as portas das instituições democráticas, aceitando os chamados representantes dos trabalhadores, que se tornaram agentes da burguesia na medida em que vieram a encadernar as organizações

dos trabalhadores no âmbito do Estado democrático. *Hoje - depois da Guerra de 1914 e da Revolução Russa - o problema para o capitalismo é dispersar, com violência e repressão, qualquer foco proletário que possa estar relacionado com o movimento de classe.*

No fundo, a explicação da diferença de atitude entre o proletariado italiano e o alemão em face da ofensiva fascista, a resistência heroica do primeiro para defender até o último tijolo das instituições dos trabalhadores e do colapso do último, logo que o governo Hitler-Papen-Hindenburg foi formado, depende unicamente do fato de que na Itália o proletariado fundou - auxiliado por nossa corrente - o organismo que poderia levar à vitória, enquanto na Alemanha o Partido Comunista, quebrado pela base em Halle pela fusão com os independentes de esquerda, experimentou uma série de etapas no curso das múltiplas convulsões da esquerda e da extrema esquerda, que marcam os sucessivos passos em frente na corrupção e decomposição de um partido proletário alemão que em 1919 e 1920 tinha escrito páginas de glória e heroísmo⁴.

Mesmo se o capitalismo passa à ofensiva contra as instituições democráticas e as organizações que afirmam apoiá-las, mesmo que ele assassine personalidades políticas pertencentes a partidos democráticos do exército ou do próprio Partido Nazista (como 30 de junho na Alemanha), isso não significa que deve haver tantas antíteses como pode haver oposições (fascismo/militar, fascismo/cristianismo, fascismo/democracia). Estes

⁴ Aqui apresenta-se um limite claro da corrente bordiguista, sobretudo neste momento histórico em que o texto é escrito: o não rompimento com as organizações partidárias. Ao afirmar que a ascensão do movimento operário na Alemanha no período de 1919/1920 deve-se à atividade de algum partido configura-se em grave erro. Na verdade, a revolução alemã abriu um cisma enorme entre os interesses de classe do proletariado e os partidos políticos que atuaram em seu seio (Partido Social-democrata Alemão, Partido Comunista Alemão, Partido Comunista Independente etc.). A criação dos conselhos operários, como organizações independentes do proletariado, expressa, ao nível organizacional, este cisma entre organizações operárias por um lado e organizações partidárias e sindicais por outro. Assim, não foi o partido X ou Y que levou a cabo o processo de revolução na Alemanha. Na verdade, a ação destes partidos teve efeito muito mais paralisante e repressivo do que propriamente de fazer avançar o movimento revolucionário da classe operária. Para mais informações, sugerimos os seguintes textos: BRICIANER, Serge. *Anton Pannekoek y los consejos obreros*. Barcelona: Anagrama, 1976; KORSCH, Karl. *Sobre la teoria y la practica de los marxistas*. Salamanca: Ágora, 1979; GORTER, Herman. *Carta aberta ao camarada Lênin*. In: TRAGTEMBERG, Maurício (org.). *Marxismo heterodoxo*. São Paulo: Brasiliense, 1981; AUTHIER, Denis. *A esquerda alemã (1918-1921) – “doença infantil” ou revolução?*. Lisboa: Afrontamento, 1975; GUILLERM, Alain e BOURDET, Yvon. *Autogestão: uma mudança radical*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976; MAIA, Lucas. *Comunismo de conselhos e autogestão social*. Rio de Janeiro: Rizoma, 2018; MAIA, Lucas. *As revoluções russa e alemã: a questão do estado, dos partidos, dos sindicatos e dos conselhos operários*. Revista Enfrentamento. Goiânia: ano 12, N. 22, jul/dez. 2017; VIANA, Nildo. *Sobre a história e significado do comunismo de conselhos*. Goiânia: Edições Enfrentamento, 2020. (Nota – RE)

fatos só provam a extrema complexidade da situação atual, sua natureza espasmódica, e não ameaçam de forma alguma a teoria da luta de classes.

A teoria marxista não apresenta a luta do proletariado/burguesia na sociedade capitalista como um conflito mecânico, ao ponto de que qualquer manifestação social pode e deve estar ligada a um ou outro extremo do dilema. Além da antítese da burguesia/proletariado, o único motor da história atual, Marx demonstrou os fundamentos e o curso muito contraditório do capitalismo, a tal ponto que o capitalismo não pode existir em harmonia, mesmo depois que o proletariado deixou de existir (como é o caso na situação atual como resultado da ação do centrismo e das traições social-democratas) como uma classe que tenta quebrar a ordem capitalista e estabelecer a nova sociedade.

Na atualidade, o capitalismo pode ter amputado temporariamente a única força potencial da sociedade, o proletariado, mas, tanto na esfera econômica quanto na política, as bases contraditórias do seu regime não deixam de determinar a oposição irreconciliável dos monopólios, dos Estados, das forças políticas que agem no interesse da conservação da sua sociedade, em particular o contraste entre fascismo e democracia.

Basicamente, a dicotomia de guerra/revolução significa que uma vez que o estabelecimento de uma nova sociedade tenha sido descartada como uma solução para a situação atual, uma era de tranquilidade social não aparecerá de todo, mas toda a sociedade capitalista (incluindo os trabalhadores) caminhará para a catástrofe, resultado das contradições inerentes a esta sociedade. O problema a resolver não é atribuir ao proletariado tantas atitudes políticas como há oposições na situação, ligando-o a tal monopólio, tal estado, a tal força política, contra aqueles que se lhe opõem, *mas para manter a independência da organização do proletariado na luta contra todas as expressões econômicas e políticas do inimigo de classe no mundo.*

A transformação da sociedade capitalista em fascismo, a oposição e o conflito entre os fatores de ambos os regimes não devem de modo algum alterar a fisionomia específica do proletariado. Como assinalamos em várias ocasiões, as bases

programáticas proletárias de hoje devem ser as mesmas que Lenine publicou⁵, com o seu trabalho como uma fração, antes da guerra e contra os oportunistas de todos os matizes. *Contra o Estado democrático, a classe operária deve manter uma posição de luta e pela sua destruição. Não deve entrar nela para conquistar posições que supostamente permitam a construção gradual de uma sociedade socialista*; os revisionistas que defenderam esta posição, transformaram o proletariado em vítima das contradições do mundo capitalista, em bucha de canhão em 1914.

Hoje, quando as situações forçam o capitalismo a proceder com uma transformação orgânica do seu poder, do Estado, o problema permanece o mesmo, isto é, a destruição e introdução do proletariado no Estado inimigo para salvaguardar as suas instituições democráticas, que coloca a classe trabalhadora à mercê do capitalismo; e onde este não deve recorrer ao fascismo, ele mais uma vez a torna vítima de conflitos interimperialistas e da nova guerra.

A dicotomia marxista entre proletariado/capitalismo não significa que os comunistas em todas as situações devem levantar a questão da Revolução, mas que em qualquer circunstância o proletariado deve ser agrupado em torno de suas posições de classe. *A questão da insurreição pode surgir quando as condições históricas para a luta revolucionária existem, e nas outras situações será obrigado a promover um programa mais limitado de demandas, mas sempre em uma base de classe*⁶. A questão do poder só surge na sua forma integral e se faltam as premissas históricas necessárias para pôr em marcha

⁵ A corrente bordiguista apresenta algumas tendências. Uma delas ainda se alicerça, apesar das críticas, nas bases ideológicas do leninismo. Daí deriva seu não rompimento com as organizações partidárias. Perrone insere-se claramente dentro desta tendência do bordiguismo, daí a fraqueza de seu texto. Defender as “bases programáticas” tal como Lênin articulou consiste exatamente em defender a submissão do movimento da classe operária aos líderes e chefes partidários. Os textos indicados na nota anterior apresentam uma volumosa crítica ao leninismo e seus derivados (stalinismo, trotskysmo, maoísmo etc.). Outras tendências do bordiguismo rompem com o leninismo, tal como se vê, por exemplo, nos trabalhos de Denis Authier, Jean Barrot etc. Para um estudo mais detalhado do bordiguismo, indicamos: BOURRINET, Philippe. *La izquierda comunista de Italia (1919-1999) – história de la corriente “bordiguista”*. Disponível em: <http://www.left-dis.nl>. Para uma análise mais sintética e crítica: MAIA, Lucas. *Comunismo de conselhos e autogestão social*. Rio de Janeiro: Rizoma, 2018. (Nota – RE)

⁶ Aqui convém registrar nossa concordância com este ponto de vista. O central, portanto, é alinhar a luta contra o fascismo (quando este é uma ameaça real) com os interesses, métodos de luta, organizações da classe operária. Deste modo, para o proletariado, a questão não é democracia contra fascismo, mas sim, movimento da classe operária contra capitalismo. (Nota – RE)

a insurreição, esta questão não se coloca. Os slogans a serem apresentados, então, corresponderão às exigências elementares que dizem respeito às condições de vida dos trabalhadores do ponto de vista da defesa dos salários, das instituições proletárias e das posições conquistadas (direito de organização, de imprensa, de reunião, de manifestação, etc.).

A ofensiva fascista encontra sua razão de ser em uma situação econômica que exclui qualquer possibilidade de erro, e que assume que o capitalismo deve aniquilar todas as organizações dos trabalhadores. Neste momento, a defesa das demandas da classe trabalhadora ameaça diretamente o regime capitalista, e a eclosão de greves defensivas só pode ser situada no curso da Revolução comunista. Em tal situação - como já dissemos - os partidos e organizações democráticos e social-democratas desempenham um papel de liderança, mas em favor do capitalismo e contra o proletariado, na linha que leva à vitória fascista e não na linha que leva à defesa ou ao triunfo do proletariado.

Este último será mobilizado na defesa da democracia para que não lute por reivindicações parciais. Os social-democratas alemães apelam aos trabalhadores para que abandonem a defesa de seus interesses de classe, de modo a não ameaçar o governo do "mal menor" de Brüning; Bauer fez o mesmo para Dollfuss entre março de 1933 e fevereiro de 1934; o "Pacto de Ação" entre socialistas e centristas na França é realizado porque ele contém (uma cláusula inspirada pelos princípios de Zyromski's) a luta pelas liberdades democráticas, excluindo greves para as demandas econômicas.

Trotsky dedicou um capítulo de seus documentos sobre a revolução alemã para demonstrar que a greve geral deixou de ser a arma de defesa da classe trabalhadora. A luta pela democracia é uma manobra de distração poderosa para separar os trabalhadores de seu terreno de classe e anexá-los aos movimentos contraditórios do estado em sua metamorfose da democracia ao estado fascista. *A dicotomia fascismo/antifascismo, assim, age no interesse exclusivo do inimigo; antifascismo e democracia sedam os trabalhadores para que os fascistas possam espetá-los; atordoam o proletariado para que não possam ver seu próprio terreno de classe.*

Estas são as posições centrais que os proletários da Itália e da Alemanha traçaram com o seu sangue. O capitalismo mundial pode preparar a guerra mundial porque os trabalhadores de outros países não se inspiram nessas ideias programáticas. A nossa fração, inspirada nestes princípios programáticos, continua a sua luta pela revolução italiana, pela revolução internacional.

ARTIGOS

ORIGEM E SIGNIFICADO DO SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO

Nildo Viana*

A sociedade contemporânea é marcada pelo barbarismo cultural. E estamos caminhando para a selvageria, para retomar metaforicamente Engels, caso a tendência dominante não seja revertida. Assim, a confusão terminológica é um dos problemas menores numa sociedade na qual alguns defendem a ideia de que a terra é plana, em pleno século 21. Porém, apesar de ser um problema menor comparado com outras manifestações de barbarismo cultural, não deixa de ser um problema grave e que precisa ser atacado de frente.

Os termos são usados de forma irresponsável e irrefletida, retirando o seu vínculo com a história e a sociedade, a sua origem e significado originais, etc. Esse é o caso de termos como “conselhismo”¹, por exemplo. Mas, infelizmente, esse é apenas um caso entre milhares. Outro exemplo, que é o tema do presente artigo, é o sindicalismo revolucionário. Seja por falta de pesquisa, desonestidade, oportunismo, reprodução acrítica de autores e artigos, o verdadeiro significado do sindicalismo revolucionário vem sendo deturpado e apropriado² por outras tendências, o que revela o barbarismo cultural contemporâneo. O nosso objetivo aqui é lutar contra esse barbarismo cultural e retomar o verdadeiro significado do sindicalismo revolucionário.

O que é o Sindicalismo Revolucionário?

O que é o sindicalismo revolucionário? Hoje, com o predomínio do paradigma subjetivista (VIANA, 2019) e com o relativismo e ignorância que tende a se generalizar, o significado dos termos, inclusive históricos, são obliterados e, infelizmente, isso acontece com uma diversidade deles, incluindo o sindicalismo revolucionário. Sem

* Sociólogo, filósofo e marxista autogestionário.

¹ A respeito desse caso específico, cf. Viana, 2015.

² Aqui o termo “apropriação” se distingue do termo “assimilação”. Quando há assimilação, o assimilador reconhece o significado do que é assimilado, mas adequa elementos à uma nova concepção. Quando há apropriação, aí já temos a forma furtiva do roubo, que anula o que foi apropriado, tornando-o uma propriedade do apropriador.

dúvida, existe um entrelaçamento entre anarquismo e sindicalismo revolucionário, mas é necessário ir além da aparência e perceber a historicidade (indivíduos que tinham uma posição e influência da outra, que mudam de um para outro, etc., mas não se deve confundir os indivíduos e suas idiossincrasias e mutações doutrinárias com as correntes políticas e intelectuais em sua coerência e significado).

O sindicalismo revolucionário é distinto do anarcossindicalismo, é uma tendência autônoma e original que começa a emergir nos últimos anos do século 19 e início do século 20. A confusão entre ambos tem como uma de suas determinações o esforço do anarquista Gaston Leval para inventar que Bakunin é o “fundador do sindicalismo revolucionário”, título de seu livreto, no qual afirma:

O verdadeiro fundador do sindicalismo revolucionário foi Bakunin. Eis o que ignoram em demasia, ou que silenciam não sei por qual motivo, pois, nas construções teóricas e táticas quanto ao objetivo e às tarefas históricas do sindicalismo, Bakunin contribuiu com um conjunto de pensamentos de uma riqueza e um dinamismo que não só não foram superados, como jamais foram iguados por qualquer outro pensador (LEVAL, 2007, p. 19).

O tom apologético é facilmente perceptível, bem como o exagero da suposta contribuição de Bakunin ao “sindicalismo revolucionário”. O objetivo de Leval é realizar uma apropriação anarquista (a partir de Bakunin) do sindicalismo revolucionário. Voltaremos ao problema da origem do sindicalismo revolucionário adiante, pois, agora, vamos apenas tratar do que é o sindicalismo revolucionário. O sindicalismo revolucionário é um movimento político caracterizado pela síntese entre uma determinada concepção sindicalista, a sindicalista revolucionária, e ação sindical. A concepção sindicalista revolucionária, que tem em Sorel o seu principal representante intelectual, aponta para alguns princípios fundamentais, entre os quais a ideia da luta de classes³ e a de que os sindicatos devem ser órgãos autônomos de luta do proletariado no sentido da transformação social.

Os movimentos políticos são extensões dos movimentos de classes sociais. Isso pode ser melhor entendido se observamos que sem movimentos de classes, dificilmente surgem movimentos políticos ou então estes são pequenos grupos marginais com pouca presença na sociedade civil. Os

³ “O sindicalismo revolucionário encara, à hora presente, o que há no marxismo de verdadeiro, de profundamente original, de superior a todas as fórmulas: a saber, que a luta de classes é o alfa e ômega do socialismo; que não é um conceito sociológico para uso dos sábios, senão o aspecto ideológico de uma guerra social empreendida pelo proletariado contra os chefes de indústria; que o sindicato é o instrumento da guerra social” (SOREL, 2020, p. 36).

movimentos políticos são organizações que expressam os interesses de uma classe social, de forma implícita ou explícita. Isso significa que devemos distinguir entre o fenômeno real e sua autoimagem. Um movimento político pode dizer que expressa os interesses do proletariado, mas isso é apenas o discurso e não a realidade, pois ele pode expressar outra classe social (GOMES, 2019, p. 51-52).

Assim, segundo Gomes, podemos distinguir entre movimentos políticos amplos e movimentos políticos restritos. Um movimento político pode ser entendido em sentido amplo, tal como quando tratamos de “movimento socialista”, “movimento fascista”⁴, e em sentido estrito, quando é alguma organização específica, como um grupo chamado “Unidade Socialista” na cidade de São Paulo. O sindicalismo revolucionário é um movimento político em sentido amplo, possuindo distintas concepções no seu interior sobre questões menores⁵. A concepção sindicalista revolucionária encerra alguns princípios fundamentais, extraídos do marxismo, do anarquismo e das lutas operárias e ações sindicais. O sindicalismo revolucionário se fundamenta na ideia de autonomia sindical, pois, para tal concepção, os sindicatos são organizações operárias que devem ser livres e independentes de outras organizações (partidos políticos, fundamentalmente), atuar no seu campo próprio de luta (econômica, o que exclui a luta da política institucional, tal como a parlamentar e, junto com isso, a recusa da democracia burguesa, partidos, governos, etc.) e que são responsáveis pela revolução social e que teria como estratégias fundamentais a ação direta e a greve proletária.

Assim, podemos expressar os princípios do sindicalismo revolucionário, assim resumidos: a) a luta de classes como princípio básico, e, tal como em Marx, o “motor da história”; b) o sindicato como organização própria do proletariado e meio para efetivação da revolução dos trabalhadores; c) recusa e negação da política, do estado, dos partidos, do parlamentarismo, das concepções burguesas; d) a ação direta como

⁴ É preciso também deixar claro que movimentos políticos se distinguem de movimentos sociais, pois o primeiro remete a classes sociais e o segundo a grupos sociais (GOMES, 2019; VIANA, 2016).

⁵ “As concepções, teses e poder de convicção específicos dessa tradição foram expressos, em um grande número de países, na forma de organizações específicas. Porque, apesar de todas as suas variações nacionais e regionais, o sindicalismo revolucionário é um movimento internacional” (LINDEN; THORPE, 1992, p. 3). Sem dúvida, esses autores exageram no número de organizações por partirem de uma definição ampla de sindicalismo revolucionário (LINDEN, 1998).

meio de luta proletária; e) a greve geral como elemento estratégico fundamental⁶. A ação sindical é a prática concreta que os sindicalistas revolucionários exerceram efetivamente e que deve ser analisada historicamente, buscando colocar em prática tais princípios.

Dessa definição de sindicalismo revolucionário, fica claro várias semelhanças com o anarquismo, bem como com o marxismo (o autêntico e não o pseudomarxismo). As semelhanças com o anarquismo permitem o vínculo com o anarcossindicalismo ou com a doutrina anarquista em nível mais geral. Porém, há uma diferenciação entre estas duas tendências. A confusão entre ambos é incentivada por tais semelhanças e pelo vínculo entre anarquistas e sindicalismo revolucionário, sendo que há a passagem, em alguns indivíduos, de uma a outra posição, bem como atuação conjunta em determinado contexto. Porém, independente disso, o sindicalismo revolucionário, reconhecendo tanto as contribuições de Marx quanto dos anarquistas (especialmente Proudhon), se colocava de forma externa e distinta em relação ao anarquismo e mostrava, explicitamente, sua proximidade com o marxismo. Portanto, o primeiro passo para mostrar as diferenças entre sindicalismo revolucionário e anarquismo (e anarcossindicalismo, tal como alguns colocam hoje) é o discurso dos próprios sindicalistas revolucionários em relação a esta última tendência, seja criticando-a, seja ressaltando as diferenças.

Poderíamos citar três representantes principais do sindicalismo revolucionário: Hubert Lagardelle, Arturo Labriola e Georges Sorel. Começemos por Lagardelle. “Dos três autores citados [Georges Sorel, Hubert Lagardelle ou Édouard Beliche – NV], parece que é Hubert Lagardelle, se acreditarmos em Gaëtan Pirou, que tem mais ligações tanto com o meio intelectual quanto com o militante [do sindicalismo revolucionário – NV]” (PEREIRA, 2013, s/p). Assim, Lagardelle é o principal sintetizador da concepção sindicalista revolucionária e da ação sindical. Lagardelle é explícito em sua recusa do anarquismo, mesmo considerando que tenha certos méritos, e não lhe poupa críticas:

O socialismo anarquista, apesar das suas audaciosas revoltas, não mostrou ter uma concepção clara das classes e da luta de classe. Desconhecendo as

⁶ Outras estratégias são derivadas desses elementos fundamentais, tais como a sabotagem, boicote, etc. (POUGET, 1920; GRIFFUELHES, 2020; SÉVERAC, 2020).

questões da economia, dirigiu-se indistintamente a todos os homens e esforçou-se principalmente em realizar a reforma individual, pelo processo ilusório da educação literária, racionalista e científica. Mas a negação sentimental e abstrata do princípio da autoridade e do Estado, é incapaz de diminuir a força de opressão de todos os poderes coercitivos, que só podem ser eliminados pela obra concreta do proletariado revolucionário. Deste modo aconteceu que muitos anarquistas, embriagados com a cultura ideológica e cheios de superstição dos livros, se alimentavam, sem darem por isso, com a substância intelectual da burguesia, ligando-se pela comunhão de ideias a um meio social, de que estavam separados pela energia da ação (LAGARDELLE, 1909a, p. 7).

Lagardelle, no entanto, escreve um breve texto que sucede a esse (que era um preâmbulo aos textos dos expositores na Conferência Internacional do sindicalismo revolucionária em 1907, na França, contando com as exposições de Arturo Labriola, Robert Michels, Boris Kritchewsky e Victor Griffuelhes, adeptos do sindicalismo revolucionário na Itália, Alemanha, Rússia e França, respectivamente), como apêndice à publicação das conferências, justamente para diferenciar sindicalismo (revolucionário) e anarquismo. Nesse texto, Lagardelle diz que as diferenças entre anarquismo e sindicalismo revolucionário não haviam sido expostas, pois este processo de esclarecimento só se iniciou quando os órgãos anarquistas começaram a atacar o sindicalismo revolucionário (o “novo movimento”)⁷.

Lagardelle cita o artigo do anarquista M. Pierrot no jornal *Os Tempos Novos* (*Les Temps Nouveaux*), no qual tinha a pretensão de provar que anarquismo e sindicalismo são a mesma coisa e que, portanto, se os sindicalistas revolucionários não eram anarquistas, então não poderiam ser sindicalistas⁸. Lagardelle cita a resposta que ele

⁷ Em muitas passagens os sindicalistas revolucionários (ativistas e intelectuais) fazem referências a si mesmos como “novo movimento” e, principalmente, “nova escola”. A ideia aqui é se separar do anarquismo e do “marxismo” decomposto, expresso pela social-democracia e pelas tendências reformistas e parlamentaristas em geral.

⁸ Obviamente, esse é um argumento ridículo e sem nenhuma fundamentação histórica ou qualquer outra. Os sindicatos surgem antes do anarquismo na Inglaterra, e na França surgem e subsistem sem anarquismo. Ora, os indivíduos que atuam nos sindicatos são sindicalistas e, por conseguinte, não há tal relação com anarquismo, que somente numa concepção dogmática e sectária poderia se apresentar uma confusão entre duas coisas extremamente distintas. Talvez a afirmação seja menos ridícula se se entender por “sindicalista” o sindicalismo revolucionário. Isso é possível, pois o próprio Lagardelle realiza tal confusão e tanto é que o título do seu texto é “sindicalismo e anarquismo” e durante o texto ele não afirma a expressão “sindicalismo revolucionário”. É por isso que ele, como veremos, usa pré-sindicalismo para explicar o sindicalismo anterior ao invés de “pré-sindicalismo revolucionário” (LAGARDELLE, 1909b). Porém, Pierrot usa os três termos, o que significa que sindicalismo é transformado em sinônimo de anarquismo, afirmação sem fundamento e sentido.

forneceu ao *Les Temps Nouveaux* através de uma carta e para tal cita o sindicalista revolucionário Victor Griffuelhes e sua descrição da história do sindicalismo, apontando que antes de 1900 o que existia era um pré-sindicalismo. E para tanto afirma que a CGT – Confederação Geral do Trabalho, central sindical na qual se aglutinavam os sindicalistas revolucionários franceses, anteriormente era composta por anarquistas, guesdistas⁹, blanquistas, allemanistas¹⁰ e outros. Ele apresenta várias diferenças entre anarquistas e sindicalistas revolucionários, tal como o antiparlamentarismo dos anarquistas e o extraparlamentarismo do sindicalismo revolucionário, entre outras (que retomaremos adiante ao tratar da origem histórica do sindicalismo revolucionário).

O fundamental da diferença entre anarquistas e sindicalistas revolucionários, no entanto, reside na relação com os sindicatos e sindicalismo. O ponto fundamental de distinção e oposição é a ideia de autonomia sindical. O sindicalismo revolucionário coloca a necessidade de autonomia, autossuficiência e independência dos sindicatos e do sindicalismo. E Lagardelle cita a fórmula ou palavra de ordem presente no Congresso de Amiens: *o sindicalismo é autossuficiente!* E conclui citando Latapie, um dos secretários da União Federal da Metalurgia:

Aqui tem-se falado como se não houvesse senão socialistas e anarquistas. Esqueceram-se de que o que aqui há é sindicalistas! O sindicalismo é uma teoria social nova. O sindicalismo não é só ação reformadora cotidiana; as repercussões da ação sindical indicam a necessidade de uma ação para a completa transformação social. Desta maneira fazemos política, não eleitoral, mas política no sentido lato da palavra. É preciso que os congressistas se pronunciem sobre ela, declarando que esta doutrina é independente do socialismo e do anarquismo (apud. LAGARDELLE, 1909b, p. 77).

Lagardelle acrescenta alguns acontecimentos que mostram essa diferenciação na prática, tal como Broutchoux, nesse mesmo congresso, ter buscado “assimilar o anarquismo ao sindicalismo”, e “não teve a aprovação do seu próprio sindicato” (LAGARDELLE, 1909, p. 78) e a recusa da CGT ao convite para participar no Congresso anarquista de Amsterdã. Além disso, os “anarquistas não querem se confundir com os sindicalistas” e isto pode ser explicitado em três pontos básicos: 1º) os anarquistas mais

⁹ Adeptos de Jules Guesde, líder do Partido Operário Francês.

¹⁰ Allemanistas eram os adeptos da corrente do sindicalista Jean Allemane, um ex-comunardo que muitas vezes assumia posições independentes e sindicalistas e, em outras oportunidades, proximidade com os parlamentaristas e partidos políticos.

autorizados buscam a retomada de grupos anarquistas dissolvidos no sindicalismo por considerarem a ação sindicalista muito limitada; 2º) Kropotkin e outros anarquistas, de passado ou tendência patriótica, censuraram o sindicalismo revolucionário por seu antipatriotismo; 3º) a afirmação do anarcossindicalista Charles Benoit, em *Le Temps Nouveaux*, revela a divergência fundamental, pois explicita que para os anarquistas o sindicalismo não é autossuficiente:

Não é evidente que o sindicalismo não pode ser tudo e que os anarquistas podem e devem atuar fora dele, depois de terem atuado dentro dele? Se atualmente, na França, o comunismo anarquista parece estagnado, isso é devido, creio, a que um grande número de camaradas limita a sua ação ao sindicalismo: sejamos mais alguma coisa do que sindicalistas (Apud. LAGARDELLE, 1909b, p. 78).

Arturo Labriola, que era um dos mais importantes representantes do sindicalismo revolucionário, se opunha ao anarquismo. Em debate em que Turati, do Partido Socialista Italiano, acusa o sindicalismo revolucionário de “anarquismo”¹¹, Labriola o refuta e aponta as diferenças entre estas concepções¹². Porém, segundo Marucco, Labriola evita esse golpe e mina tal acusação a partir de um discurso incisivo e eficaz, que se inicia com a afirmação segundo a qual “*anarquistas não somos*” e apresenta uma série de motivos consistentes para “*dissipar qualquer lenda a esse respeito*”:

¹¹ “A acusação de anarquismo contra a corrente sindicalista revolucionária é a pedra angular do conflito no Congresso entre Turati e Labriola. A estratégia seguida pelo líder reformista para marginalizar a corrente da oposição, que agora parece forte e perigosa, é acusá-lo de anarquismo na assembleia de delegados socialistas. O projeto de Turati não é desprovido de habilidade e previsão, pois é acionado quando os sindicalistas revolucionários afirmam se apresentar como uma corrente constituída e compacta, com sua bagagem ideológica própria, seu próprio discurso programático, em uma declarada linha de ruptura com os princípios e métodos do discurso majoritário do partido” (MARUCCO, 1970, p. 161).

¹² A historiadora Dora Marucco cita este debate e afirma: “A convergência entre as duas correntes é, portanto, mais formal do que substancial, baseada em um certo culto ao heroísmo, no sentido de revolução, na recusa de negociações, da democracia política e, acima de tudo, do parlamentarismo. Mas, em um nível mais substancial, o acordo não ocorre, tanto que as metas serão diferentes. Spadolini também reconhece isso quando escreve: ‘A concordância entre sindicalismo e anarquismo, com a qual é comum o anseio quase religioso por uma ativação, por uma capacitação do proletariado (este é o problema da ‘capacidade’ já sentida por Proudhon, isto é, da classe não como um dado objetivo e heterônomo, mas como uma conquista autônoma da consciência) de fato termina no ponto em que o primeiro focaliza sua concepção de novas relações humanas no “sindicato”, no núcleo sindical, cujo valor apostólico e eficácia exalta a função agonística e libertadora, e a segunda, em vez disso, na pessoa, no ego, no indivíduo, onde residem todas as possibilidades de redenção e superação da servidão social e espiritual” (MARUCCO, 1970, p. 66). No entanto, esse último argumento se aplica mais ao caso do anarco-individualismo do que ao anarquismo em geral, embora o individualismo tenha ressonância em outras tendências anarquistas.

Por que, para nós, a revolução não é um ato de vontade agindo por um capricho, mas uma previsão histórica, baseada na observação das lutas das classes, que enfrentam o impacto decisivo: nós também não somos [anarquistas – NV] porque concebemos a luta política em todas as suas formas e entendemos a necessidade e a oportunidade de fazer uso dos dispositivos parlamentares e administrativos, e também não somos [anarquistas – NV] porque reconhecemos a condição e a necessidade contingente da sociedade capitalista e ainda vemos bem longe o resultado e a chegada do processo que leva a prenunciada produção comunista (Apud. MARUCCO, 1970, p. 162).

Por fim, podemos apontar a posição de Georges Sorel, o principal representante intelectual do sindicalismo revolucionário. Sorel evidencia a existência de uma “enorme diferença que existe entre a nova escola e o anarquismo que floresceu há uns vinte anos em Paris” (1993, p. 37). Sorel se autodeclara e afirma o mesmo em relação ao sindicalismo revolucionário como “marxista”.

A nova escola que se diz marxista, sindicalista e revolucionária, se declarou favorável à ideia de greve geral, desde que pôde ter uma consciência clara do verdadeiro sentido de sua doutrina, das consequências de sua atividade ou de sua originalidade própria. Ela foi levada a romper com as antigas capelas oficiais, utopistas e políticas, que têm horror à greve geral, e a entrar no movimento próprio do proletariado revolucionário – que há muito tempo faz da adesão à greve geral o teste pelo qual o socialismo dos trabalhadores se distingue do dos revolucionários amadores (SOREL, 1993, p. 101).

Assim, os sindicalistas revolucionários se declaram não anarquistas e não poupam críticas ao anarquismo, inclusive com a acusação de utopismo. E aqui, em relação ao utopismo, podemos perceber que eles se opõem ao anarquismo também por ter uma concepção pragmatista, como já se observou (PEREIRA, 2012). Embora o anarquismo tenha momentos de pragmatismo, quando ele é coerente com seu projeto político, é utopista. A crítica sindicalista revolucionária ao anarquismo, seja o daqueles que não se aproximam dos sindicatos, seja daqueles que militam nos sindicatos, os anarquistas sindicalistas (e seria necessário distinguir estes dos sindicalistas anarquistas e anarcossindicalistas), aponta para a recusa da autonomia sindical. O sindicalismo revolucionário conseguiu influenciar alguns anarquistas, mas ainda assim recusava o anarquismo. Isso se tornava mais forte devido à existência daqueles representantes do anarquismo que se opunham ao “sindicalismo revolucionário”¹³. Mesmo os anarquistas

¹³ O debate entre Pierre Monatte e Errico Malatesta explicita as duas posições dos anarquistas diante do sindicalismo revolucionário. Por um lado, Monatte (1981) apoia o sindicalismo revolucionário e pretende “anarquizá-lo”, que é o que se deduz de sua proposta da entrada massiva dos anarquistas nos sindicatos; por outro, Malatesta apontando os limites do sindicalismo (1981). Podemos dizer que o debate entre Monatte e Malatesta abre caminho para o posterior desenvolvimento do anarcossindicalismo, embora antecidos por Pelloutier. São duas tendências: uma dando um peso

simpatizantes do sindicalismo revolucionário não abandonavam o anarquismo, o que entrava em contradição com a aceitação, tal como se vê em Monatte (1981) de que o sindicalismo é autossuficiente.

Por outro lado, temos a relação do sindicalismo revolucionário com o marxismo, o que o distancia do anarquismo. A linguagem sindicalista revolucionária é predominantemente marxista e somente na tática emergem termos cuja origem remonta a tradição anarquista¹⁴. Já citamos Sorel e sua afirmação que o sindicalismo revolucionário é marxista. E, sem dúvida, o sindicalismo revolucionário retomou alguns elementos do marxismo, o que permite comparar Marx e o que eles denominavam “nova escola” (BERTH, 2020).

Assim, é perceptível que o sindicalismo revolucionário não se considerava anarquista, que era submetido à crítica, e se vinculava discursiva e intencionalmente muito mais ao marxismo (o que era mais forte ainda no caso italiano, devido ao vínculo original com o Partido Socialista Italiano). Mas, além de depoimento e análise dos próprios sindicalistas revolucionários, podemos também citar a posição de alguns historiadores a respeito da relação entre sindicalismo revolucionário e anarquismo.

Uma grande quantidade de historiadores aponta para a diferenciação entre as duas correntes. Vamos citar apenas alguns. Esse é o caso de Dora Marucco, historiadora e autora de *Arturo Labriola e il sindacalismo rivoluzionario in Italia* (*Arturo Labriola e o Sindicalismo Revolucionário na Itália*). Ela cita passagens de Arturo Labriola e outros

maior ao sindicalismo (Monatte) e outra enfatizando mais o anarquismo (Malatesta), que podemos denominar sindicalismo anarquista e anarquismo sindicalista, precursores do anarcossindicalismo, que emerge com Besnard (1988) e outros.

¹⁴ Esse é o caso da “ação direta” e “greve geral”, que não são monopólios do anarquismo – e basta ver o uso do comunista conselheiro, Anton Pannekoek (1977), da expressão “ação direta” para se ver isso – e muito menos “greve geral” – e o uso de Rosa Luxemburgo (1979) mostra isso também –, mas os usos pioneiros, ao que tudo indica (e isso mereceria uma pesquisa mais profunda, inclusive para ver até que ponto a origem é realmente anarquista ou emerge no próprio bojo das lutas operárias e depois seria de uso comum pelos anarquistas), seria dos anarquistas. Da mesma forma, seria necessário analisar termos com significados semelhantes, mas não nos propomos a realizar esse trabalho histórico aqui. É preciso, no entanto, destacar que o uso tradicionalmente anarquista de determinados termos não emerge acompanhado por uma reflexão mais profunda sobre os mesmos, tal como também ocorre com o sindicalismo revolucionário, com a exceção relativa de Georges Sorel, que oferece uma reflexão filosófica sobre a terminologia usada por essa tendência, mas ainda assim com problemas, como veremos adiante.

autores (como o já citado Spadolini na nota 12) nesse sentido. Esse é o caso de L. Valiani, historiador e autor de *Questioni di storia del socialismo* (*Questões da História do Socialismo*), que defende a autonomia do sindicalismo revolucionário em relação ao anarquismo.

De muitas maneiras, não apenas a realidade prática, mas também a ideologia, posteriormente desenvolvidas no sindicalismo revolucionário, eram de origem diferente do anarquismo. Por mais irracionais que fossem suas premissas e desenvolvimentos futuros, tanto positivas que também estavam contidas nessa ideologia, isso se deveu à influência do marxismo, do Marx, um tanto casualmente “revisado” por Sorel e Lagardelle, mas, em resumo, ainda sempre o reconhecimento de algumas de suas descobertas, ou seja, que a luta efetiva pelo socialismo é condicionada pelos desenvolvimentos da economia industrial, isto é, pelas forças produtivas que entram em conflito com as formas econômicas e jurídicas de produção, que se tornaram anacrônicas; que é uma luta de classes, na qual o poder e a capacidade da classe trabalhadora e sua inteligência do processo histórico decidem: que não na propaganda da “humanidade” ou “liberdade” ou redenção (particularmente querida pelos anarquistas), mas na consolidação da organização dos trabalhadores e sua rigorosa disciplina é a chave para o sucesso” (Apud. MARUCCO, 1970, p. 165).

E possível perceber que outros historiadores possuem visão diferente, seja de forma consciente ou não. A forma consciente é quando o historiador sabe dos debates da época e das diferentes interpretações e, apesar disso, ainda sustenta que o sindicalismo revolucionário é uma manifestação do anarquismo ou a mesma coisa que o anarcossindicalismo (por mais anacrônico que seja isso). Esse é o caso de Linden e Thorpe, que justificam sua posição ao diferenciar o sentido amplo e o sentido restrito de “sindicalismo revolucionário” e optar pelo primeiro. Ora, uma tal opção é problemática, pois se existe uma tendência política denominada como “sindicalismo revolucionário”, convivendo com diversas outras tendências sindicais e não sindicais próximas, como anarquismo, anarquismo sindicalista, blanquismo, allemanismo, guesdismo, marxismo, etc., então não há esclarecimento e sim obscurecimento.

O ideal, para tratar do amplo espectro de correntes sindicais e políticas, é adotar uma terminologia igualmente ampla. Assim, a opção poderia ter sido por sindicalismo radical para agrupar as tendências sindicais que se autoproclamam “revolucionárias” (sindicalistas anarquistas, sindicalistas revolucionárias, etc.) e sindicalismo reformista e, ainda, conservador (tal como o sindicalismo cristão). Optar pelo uso de sindicalismo revolucionário para todas essas posições significa abolir uma corrente que existiu efetivamente e desaparece ao ter seu nome específico diluído num termo geral para

todas as correntes sindicalistas radicais. Ou, para evitar isso, esses autores deveriam ter “batizado” o sindicalismo revolucionário (“em sentido estrito”) com outro nome que o diferenciaria das demais tendências sindicais radicais. No entanto, não fazem isso e se contentam com esse procedimento que risca da história a mais importante corrente sindical do início do século 20 na França e na Itália, com ramificações em vários outros países.

Em síntese, o sindicalismo revolucionário é uma corrente específica que emergiu e se consolidou e o esclarecimento conceitual aponta para sua especificidade, bem como complementamos com a diferenciação em relação ao anarquismo.

A Formação do Sindicalismo Revolucionário

Uma vez explicitado o que é o sindicalismo revolucionário, podemos agora tratar de sua origem. O sindicalismo revolucionário surge, segundo alguns, a partir da Carta de Amiens¹⁵, produzida em 1906, embora alguns indiquem 1900 e outros 1905. Contudo, a Carta de Amiens de 1906 expressa a hegemonia do sindicalismo revolucionário no interior da CGT, que, sem dúvida, foi instaurada antes dessa data. Por conseguinte, podemos dizer que o sindicalismo revolucionário foi precedido por um sindicalismo independente que conviveu com o que era atrelado aos partidos políticos e suas tendências e que começou a emergir a partir de 1900 e se consolidou em 1906, tendo desenvolvimento e desdobramentos a partir dessa época.

Portanto, para entender a formação do sindicalismo revolucionário é necessário entender as mudanças do sindicalismo na França a partir do final dos anos 1800. Uma das principais mudanças é a ação de Ferdinand Pelloutier e as Bolsas de Trabalho¹⁶. Além do

¹⁵ Produzida no âmbito do 9º Congresso Nacional da CGT – Confederação Geral do Trabalho da França.

¹⁶ Gaston Leval cita Sorel, representante filosófico do sindicalismo revolucionário, e o acusa de recusar a contribuição anarquista, reduzindo os anarquistas a “introdutores da violência”, mas não conseguindo fugir da necessidade de prestar homenagem a Pelloutier. Segundo Leval: “era-lhe necessário, portanto, prestar homenagem a Fernand Pelloutier; ora, este último, anarquista desde 1894, secretário desde 1895 da Federação das Bolsas de Trabalho, das quais foi o incansável apóstolo, havia trazido ao movimento sindical outra coisa que o emprego da força. Outros também, dentre os quais Yvetot, Pouget, Delessale, Dumoulin, até mesmo Jouhaux, e centenas de militantes obscuros que passaram pelo anarquismo, depois insuflaram ao movimento sindical francês um grande número de ideias fundamentais que iria, em seguida, reunir em um corpo de doutrina denominado sindicalismo. Se, na sequência, uma parte deles cessou de ser o que havia sido, a culpa não cabe às ideias, mas à lassidão de uns, à fraqueza ou ao arrivismo dos outros” (LEVAL, 2007, p. 21-22). Leval expressa apenas a putrefação do anarquismo, que abandona, nesse autor, o compromisso com a ética

trabalho de Pelloutier, a CGT passa a contar com várias tendências no seu interior, como os vinculados à social-democracia (sua ala declarada “revolucionária”, como Jules Guesde, os guesdistas, e sua ala considera reformista, ligada a Jean Jaurès), bem como allemanistas, blanquistas, etc. A partir do final dos anos 1800 se destaca a presença de anarquistas e outros sindicalistas que não tinham vinculação com a social-democracia (em suas diversas tendências, na época confundida com o “marxismo”) e os representantes desta última. Um sindicalismo radical começa a emergir com a junção de anarquistas e independentes, bem como alguns elementos mais radicais do guesdismo e allemanismo, e vai ser o movimento precursor do sindicalismo revolucionário. Lagardelle aponta para esse processo de formação do sindicalismo revolucionário:

Os fatos que me permitiram classificar o sindicalismo [revolucionário – NV] de *movimento novo*, são os mesmos que nos mostram que este é diferente do pré-sindicalismo de 1894 a 1900 e do anarquismo. Estes fatos são os seguintes: 1º) O movimento sindical, de resto muito fraco, que constituiu o pré-sindicalismo, era a um tempo allemanista, partidário da greve geral e anarquista antiparlamentar. Ora, o sindicalismo [revolucionário – NV] não é allemanista, tanto sob o ponto de vista da greve geral, como da noção de partido político; e o extraparlamentarismo da CGT não é idêntico ao antiparlamentarismo do anarquismo. Além disso, os sindicatos colaboraram em 1899 com o governo no Triunfo da República, o que fariam eles hoje? 2º) a obra de Pelloutier, de que Sorel muitas vezes tem recordado a grandeza, terminava numa contradição, pondo, na base das instituições sindicais, as subvenções dos poderes públicos... o sindicalismo [revolucionário – NV] é antissubvencionista; 3º) A propaganda do *Père Peinard*¹⁷ – que muitas vezes pôs em evidência o valor revolucionário do sindicato – foi principalmente antieleitoral. A atual atividade sindicalista de Pouget indica a que ponto o novo movimento se preocupa com a agitação abstencionista¹⁸; 4º) O folheto de 1898 do Grupo de Estudantes

e a verdade. Além da apologia dos anarquistas (quando o indivíduo é anarquista, merece todos os elogios, “incansável apóstolo”, tal como se fosse um santo, e, quando abandona o anarquismo, são expressões da “lassidão”, “fraqueza” ou “arrivismo”) há a demonização dos ex-anarquistas, o que não deixa de ser revelador do seu caráter semirreligioso e dogmático, que se vê tanto nos termos utilizados (“apóstolo”, por exemplo) quanto no maniqueísmo interpretativo. De resto, a sua tentativa de tornar Bakunin o fundador do sindicalismo revolucionário só convence os espíritos acríticos, pois ele toma escritos deste pensador a respeito de outras formas organizacionais e da AIT – Associação Internacional dos Trabalhadores, que não era um sindicato ou central sindical, sendo que os sindicalistas eram uma parte de um conjunto mais vasto de uma organização de classe e não de categoria profissional, tal como são os sindicatos. E sua tentativa, tal como se vê na sua afirmação de que os anarquistas que teriam insuflado o sindicalismo de ideias fundamentais que desembocaria na doutrina sindicalista revolucionária é parte dessa tentativa de apropriação. Em que pese algumas ideias anarquistas tenham tido ressonância no sindicalismo revolucionário, não foi a sua principal e, muito menos, única fonte de inspiração.

¹⁷ *Le Père Peinard* é um jornal semanário, originalmente anarquista, fundado em 1889, por Émile Pouget.

¹⁸ Émile Pouget (1860-1931) se tornou um anarquista no final da década de 1870, que foi alterando sua concepção, passando a defender a entrada de anarquistas nos sindicatos, até se tornar um sindicalista

socialistas revolucionários internacionalistas, convida anarquistas a entrar para os sindicatos, porque os sindicatos são excelentes meios para a propaganda anarquista. O POF¹⁹ também dizia que os sindicatos eram campo propício para a propaganda guesdista; 5º) Esse folheto pseudossindicalista foi, de resto, censurado pelos anarquistas. Kropotkin, depois de o ter lido, recusou-se a escrever-lhe o prefácio, dando a razão desse fato, numa carta que Pierrot não pode recusar-se a publicar... seria para ele a melhor maneira de me confundir (LAGARDELLE, 1909b, p. 76-77).

Aqui temos a narrativa de Lagardelle, segundo a qual o período anterior ao 9º Congresso da CGT foi um momento caracterizado por um pré-sindicalismo revolucionário. Esse período coincide com a época anterior da CGT, na qual havia várias tendências e que a partir da Carta de Amiens, se torna hegemonicamente sindicalista revolucionária. Assim, o sindicalismo revolucionário emerge a partir das várias tendências sindicais existentes, especialmente as independentes – que desembocam posteriormente no sindicalismo revolucionário, tal como a de Pouget e vários outros. Os sindicalistas revolucionários vão se fortalecendo no interior da CGT até conseguirem a maioria. Nesse sentido, é importante entender o conteúdo da Carta de Amiens, bem como o processo que permitiu a hegemonia sindicalista revolucionária na CGT.

A conhecida “Carta de Amiens” foi um artigo²⁰, de número 02, aprovado no 9º Congresso, realizado em 1906, e aprovado por 830 votos a favor, 08 contra e 01 abstenção²¹, cujo conteúdo é o seguinte:

independente em 1894, para, finalmente, em 1904, ser um dos pioneiros do sindicalismo revolucionário. A sua atuação foi principalmente sindical e propagandística, sendo que além de fundador do *Père Peinard*, fundou outros jornais e participou de outros, especialmente *A Voz do Povo*, da CGT, entre outras publicações. Uma breve biografia de Pouget pode ser vista no site francês *Dicionário dos Anarquistas*: <https://maitron.fr/spip.php?article155495>

¹⁹ POF é a sigla de Partido Operário Francês, inicialmente Partido Operário (durante o seu primeiro ano de existência), considerado “marxista”, que existiu na França de 1882 a 1902, e foi fundado por Jules Guesde e Paul Lafargue (genro de Marx). Após isso realiza fusões com outras organizações e tendências, como a dos blanquistas e depois Jean Jaurés. Esse partido fundado por Guesde e Lafargue se fundamentava num “marxismo muito peculiar”, como disse Engels, unindo as ideias de Marx com outras concepções, tais como a de Blanqui e Rousseau, o que fez Marx declarar: “Se alguma coisa é certa, é que eu mesmo não sou marxista” (VIANA, 2020).

²⁰ Redigida pelos sindicalistas revolucionários Victor Griffuelhes, Émile Pouget e pela Federação Têxtil.

²¹ Isso não quer dizer que todos eram sindicalistas revolucionários, pois a CGT ainda aglutinava no seu interior diversas tendências. Além dos sindicalistas revolucionários, hegemônicos nesse momento, os anarquistas e reformistas votaram a favor desse artigo por questões táticas, pois os reformistas queriam impedir a força da SFIO (seção francesa da internacional dos trabalhadores, que nasceu em 1905 com a fusão entre as várias correntes socialistas francesas, incluindo a POF – Partido Operário Francês – de Guesde e Lafargue, o PSR – Partido Socialista Revolucionário – de Blanqui e Vaillant e o

O Congresso Confederal de Amiens confirma o artigo 2º, constitutivo da CGT:

A CGT aglutina, à margem de toda escola política, a todos os trabalhadores conscientes da luta que é preciso travar pela desaparecimento do salariado e patronato.

O Congresso considera que esta declaração é um reconhecimento da luta de classes que opõe, no terreno econômico, os trabalhadores em relação a todas as formas de exploração e opressão, tanto material quanto moral, postas em prática pela classe capitalista contra a classe operária.

O Congresso esclarece, através dos pontos seguintes, esta afirmação teórica:

No trabalho reivindicativo cotidiano, o sindicalismo persegue a coordenação dos esforços operários, o aumento do bem estar dos trabalhadores pela realização de melhorias imediatas, tais como a diminuição das horas de trabalho, aumento dos salários, etc.

Porém, esta tarefa não é mais que uma parte do trabalho do sindicalismo: ela prepara a emancipação integral que só pode realizar-se através da expropriação capitalista; preconiza como meio de ação a greve geral e considera que o sindicato, hoje em dia grupo de resistência, será, no futuro, núcleo da produção e da distribuição, base da reorganização social.

O Congresso declara que esta dupla tarefa, a cotidiana e a do futuro, decorre da situação de assalariados que pesa sobre a classe operária e torna, independentemente de suas opiniões e inclinações políticas, um dever de pertencer ao agrupamento essencial que é o sindicato.

Consequentemente, naquilo que concerne aos indivíduos, o Congresso afirma a inteira liberdade para o associado, de participar, fora do grupamento corporativo, em qualquer das formas de luta que correspondam a sua concepção filosófica ou política, limitando-se a exigir-lhe, em reciprocidade, não introduzir no sindicato as opiniões que professa fora do mesmo.

No que concerne às organizações, o Congresso decide que, com o objetivo de que o sindicalismo alcance seu máximo de efetividade, a ação econômica deve exercer-se diretamente contra o patronato, não possuindo as organizações confederadas, como grupamentos sindicais, que preocupar-se com os partidos e as seitas que, por fora e à margem, possa buscar, em absoluta liberdade, a transformação social (apud. MARQUES, 2020).

A Carta de Amiens, portanto, assumiu um caráter sindicalista revolucionário devido a hegemonia dessa corrente e a situação particular das lutas políticas na França, na qual a criação da SFIO, que pretendia tornar a CGT sua correia de transmissão, reforçou as proposições do sindicalismo revolucionário, ou seja, a autonomia sindical. Porém, além das lutas políticas do momento, outros elementos explicam a vitória sindicalista revolucionária. A sua conquista da hegemonia, por sua radicalidade que entra em contradição com os sindicatos, mesmo nessa época, na qual a burocratização e

PS – Partido Socialista, de Jean Jaurès), bem como o proselitismo anarquista, e os anarquistas compactuavam com o primeiro objetivo. Isso explica a quase unanimidade do documento que, a partir de 2008, ficaria conhecido como *A Carta de Amiens*.

mercantilização dessas organizações eram bem menores do que no futuro, a começar pelo período após a Primeira Guerra Mundial e que, na Europa, atinge o seu ápice após a Segunda Guerra Mundial, necessita ser explicada.

O primeiro ponto é a emergência do revisionismo social-democrata, que na Alemanha tinha Bernstein como grande nome e, na França, Jean Jaurès, apesar das diferenças de posições entre ambos. O revisionismo nos partidos social-democratas foi impulsionado por dois processos complementares: a relativa estabilidade capitalista conquistada com a consolidação do regime de acumulação intensivo, por um lado, e a burocratização de partidos e sindicatos que emerge nesse momento e vai se aprofundando com o passar do tempo. Em 1899, Bernstein (1997) publica *Premissas do Socialismo e Tarefas da Social-Democracia*, que no Brasil ganhou o título de *Socialismo Evolucionário*, reunindo artigos publicados na revista do Partido Social-Democrata, no qual contestava Marx e defendia a tese de que havia um processo de desenvolvimento do capitalismo que caminhava no sentido de melhorar a situação da classe operária, bem como ampliava a democratização. Segundo ele, esses elementos apontavam para a possibilidade e tendência de uma transição gradual e pacífica para a sociedade socialista.

As ideias de Bernstein, nesse contexto do capitalismo, pareceram convincentes. Por um lado, a relativa estabilidade reforçava o argumento de Bernstein contra algumas teses de Marx²², como a questão da pauperização, bem como o ritmo de acumulação de capital que permitiu melhorias salariais e maior renda para parte da população, parecia confirmar a posição bernsteiniana de evolução positiva do capitalismo. Por outro lado, a burocratização dos partidos, especialmente dos social-democratas, e sua possibilidade de conseguir espaços no parlamento, inclusive criando um grupo parlamentar, e o crescimento eleitoral, reforçavam a sua ideia de ver positivamente o parlamentarismo,

²² Algumas das concepções de Marx eram mal interpretadas por ele, outras eram refutadas a partir de sofismas e um pobre empirismo, sem percepção mais profunda do modo de produção capitalista. Rosa Luxemburgo (1986) apresentou uma crítica a tal obra em seu livro *Reforma ou Revolução?*

bem como criava fortes interesses favoráveis ao eleitoralismo e abandono do discurso revolucionário²³.

No caso francês, a situação era diferente, mas havia muitos pontos semelhantes. A relativa estabilidade capitalista e a burocratização e seus derivados ideológicos apareceram sob distintas formas. A CGT não contava apenas com anarquistas e sindicalistas independentes, mas também com guesdistas (ala supostamente revolucionária), jauresistas, allemanistas, blanquistas, etc. No caso francês, um diferencial é a existência de mais de um partido supostamente “operário” e outro são as distintas posições políticas nas organizações partidárias, indo dos mais radicais aos mais moderados.

Esse contexto começa a mudar a partir de 1903. Já em 1902 emergia movimentos grevistas em vários lugares, tais como na Rússia. As greves na Bélgica, em 1902, por sua vez, vão gerar todo um debate entre, de um lado, Rosa Luxemburgo (1978a; 1978b), enquanto social-democrata dissidente, e, de outro, Vandervelde (1978), Presidente da Segunda Internacional²⁴, contra a ideia de greve geral²⁵. A Revolução Russa de 1905, um amplo movimento grevista que gera a emergência dos soviets – conselhos operários – como nova forma organizacional²⁶, acaba tendo ressonância no movimento socialista internacional. Assim, ocorre um processo de ascensão das lutas operárias e o sindicalismo revolucionário emerge como resposta de setores do proletariado e sindicalistas contra a situação, no momento em que se inicia um processo de desestabilização do regime de acumulação intensivo e que se aprofundará

²³ Como todos sabem, o discurso revolucionário é ineficaz eleitoralmente (VIANA, 2014), e seria um paradoxo se ele funcionasse nesse sentido. O discurso eleitoral deve ser moderado, policlassista, etc. (VIANA, 2014).

²⁴ Que se pretendia herdeira da Primeira Internacional (AIT), reunindo partidos social-democratas e hegemonicamente reformista.

²⁵ Alguns anos mais tarde há uma retomada desse debate, dessa vez entre o social-democrata dissidente Anton Pannekoek (1978), a favor do o movimento grevista, e Kautsky (1978), expressão da social-democracia “ortodoxa” e hegemônica, contra a greve geral.

²⁶ Na Europa, como se observa em textos de sindicalistas e intelectuais, há uma confusão entre soviets e sindicatos, duas formas organizacionais distintas. Isso pode ser visto tanto no sindicalista russo Boris Kritchewsky (1909) quanto em Rosa Luxemburgo (1979), sendo que nenhum dos dois citam os soviets e ambos falam de sindicatos que não tiveram importância na Revolução Russa de 1905.

posteriormente, a partir de 1914, e que vai ter desdobramentos nos anos posteriores com as tentativas de revoluções proletárias inacabadas (Rússia, Alemanha, Hungria, Itália) e o entreguerras, até chegar ao nazifascismo e Segunda Guerra Mundial.

O contexto histórico explica esse processo de emergência do sindicalismo revolucionário na França. Lagardelle aponta a mutação na CGT, no qual vários ativistas se tornam sindicalistas revolucionários. Um processo semelhante ocorre no caso italiano. O sindicalismo revolucionário italiano emerge a partir de dissidentes do PSI – Partido Socialista Italiano, o que mostra a distância ainda maior em relação ao anarquismo no caso francês. Sem dúvida, o contexto internacional e o movimento grevista nos demais países teve um peso na formação de um setor mais radical no meio ativista italiano. As greves na Itália também, certamente, reforçaram o processo de radicalização de ativistas do PSI. “Deve-se dizer que, entre 1902 e o começo de 1903, produzem-se em Turim, depois em Florença, Torre Annunziata e Roma, greves gerais de origem econômica – portanto, muito diferentes da célebre greve geral pela defesa da liberdade de associação operária que ocorreu em Gênova, em 1900” (ANTONIOLI, 2004, p. 191-192). O PSI seguia uma linha reformista, tal como era comum nos partidos social-democratas europeus, e, da mesma forma, conviviam com setores dissidentes. É dessa dissidência que emerge os futuros representantes do sindicalismo revolucionário:

Enquanto na França o sindicalismo parece ser o produto da ação de militantes provenientes de diferentes horizontes políticos, na Itália, os sindicalistas são, para utilizar uma expressão de Robert Michels, “carne e sangue do Partido Socialista”. O movimento sindicalista revolucionário começou sua atividade no interior do PSI: ele é fundado sobre a aversão pela linha reformista da maioria de Turati, que a política liberal do Ministério Zanardelli-Giolitti levou da oposição ao consenso parlamentar (ANTONIOLI, 2004, p. 194).

No caso italiano, o vínculo do PSI com os sindicatos era forte e a oposição interna no partido também se fazia sentir nos sindicatos, que são mais complexos que as disputas partidárias por existirem tendências extrapartidárias. Parte do sindicalismo revolucionário advém das dissidências internas, tal como é o caso de alguns dos seus principais representantes, Arturo Labriola, Enrico Leone e Alcestes de Ambris (MELEGARI, 1992, p. 57-58). A formação do sindicalismo revolucionário na Itália está intimamente ligada a essa dissidência e vai se radicalizando com o passar do tempo. O *Jornal Avanguardia Socialista (Vanguardia Socialista)* dirigido por Arturo Labriola, vai ter

grande importância nesse contexto, inclusive pelas publicações de artigos de Georges Sorel, o principal representante intelectual do sindicalismo revolucionário.

Em 1903, são lançadas as bases da teoria sindicalista revolucionária; uma primeira tentativa de síntese foi feita em 1904, quando Labriola publicou *Reforma Social e Revolução*. Foi a primeira tentativa de uma apresentação ordenada e precisa do projeto político, que já podia ser definido como sindicalista, desenvolvido dentro do grupo de “*Avanguardia Socialista*”. Apesar de deficiente e incompleto em alguns aspectos fundamentais do sindicalismo revolucionário, *Reforma Social e Revolução* já continham alguns temas básicos da teoria sindicalista, juntamente com uma abordagem do marxismo ao estilo Soreliano; por exemplo, o papel do sindicato dos trabalhadores foi exaltado no movimento proletário como organização representativa dos interesses coletivos do proletariado, em oposição ao parlamento, órgão por excelência da classe burguesa, e ferramenta fundamental para a revolução social. Além disso, a visão da luta de classes como luta política já estava presente: a revolução ocorreria destruindo o Estado e substituindo-o pelos órgãos próprios da classe trabalhadora. Um capítulo foi dedicado à concepção de violência em Marx; é interessante notar como Labriola afirmou, antecipando Sorel nesta questão, que a revolução só poderia ser violenta e o resultado da ação direta do proletariado (MELEGARI, 1992, p. 57-58).

As publicações de artigos de Sorel, a produção intelectual própria de Arturo Labriola e outros, abriram caminho para a formação do sindicalismo revolucionário italiano. A sua força no interior dos sindicatos foi crescendo paulatinamente:

Na realidade, ele [o sindicalismo revolucionário – NV] já havia se disseminado muito rapidamente em nível sindical entre 1904 e 1905, a partir de Milão, Veneza e Mântua, para chegar à Ligúria (Gênova, Sanpierrez, Sestri Ponente e Savona). Os sindicalistas obtiveram sucessos também em Turim. Raízes profundas são plantadas em Emilia, Bolonha, Parma, Piacenza, nas províncias de Módena e Ferrara. Carrara, além do mais, é um caso particular, em razão da presença maciça dos anarquistas. Mesmo no centro-sul, os sindicalistas chegam a bons resultados: em Nápoles, Roma, Terni e Puglia. A influência sindicalista é menor nas federações de ofício, à exceção daquela dos ferroviários, onde os sindicalistas constituem uma força particular tanto na organização denominada Riscatto quanto no Sindicato dos condutores de locomotiva. Também não se deve negligenciar a penetração da ação direta entre os trabalhadores do mar, os vidraceiros, os metalúrgicos, dos canteiros navais e nos centros siderúrgicos de nova cepa, bem como entre os mineiros da ilha de Elba e Valdano (ANTONIOLI, 2004, p. 195).

Assim, o sindicalismo revolucionário na Itália emerge num período semelhante ao do francês e influenciado por ele. A sua hegemonia na USI (União Sindical Italiana) mostra sua força, pelo menos até a Primeira Guerra Mundial, bem como suas publicações, com destaque para *Avanguardia Socialista*. Em outros países, no mesmo período, com maior ou menor força, surgirão tendências sindicalistas revolucionárias²⁷.

²⁷ Seria necessária uma pesquisa mais aprofundada para delimitar se todas as tendências que os historiadores afirmam ser sindicalistas revolucionárias o são realmente. Esse processo é ainda mais

Porém, o sindicalismo revolucionário foi mais forte e desenvolvido na França e Itália, e foi a tendência francesa que exerceu maior influência mundial. Por isso, nos limitamos a estes dois casos.

Porém, é preciso acrescentar que a formação do sindicalismo revolucionário significa a emergência de sindicatos e ações sindicais, por um lado, e a produção intelectual, por outro. A nossa análise mostrou, no caso da CGT e USI, um amplo movimento sindical que releva a ação sindicalista revolucionária. Além disso, houve também uma produção intelectual sindicalista revolucionária. A ação sindicalista revolucionária era efetivada pelos ativistas sindicais. A produção intelectual era efetivada, em uma parte, por alguns dos ativistas sindicais e, outra parte, por intelectuais afiliados ao sindicalismo revolucionário. No primeiro caso, temos Lagardelle, Pouget, Griffuelhes, entre diversos outros, e, no segundo caso, Georges Sorel e Robert Michels, além do caso misto de Arturo Labriola.

A respeito da produção intelectual dos ativistas do sindicalismo revolucionário já expusemos alguns aspectos quanto citamos Lagardelle e Pouget. Porém, o grande representante intelectual do sindicalismo revolucionário foi Georges Sorel, por mais que alguns historiadores tentem retirar sua importância, bem como alguns anarquistas. A importância de Sorel é simultaneamente intelectual e prática. Ela é intelectual por causa que ele estruturou uma concepção sindicalista revolucionária em nível filosófico²⁸.

complicado quando alguns historiadores usam o termo "sindicalismo revolucionário" englobando todas as tendências radicais (LINDEN; THORPE, 1992). Esse é o caso dos IWW (Operários Industriais do Mundo), nos Estados Unidos. Sem dúvida, existem proximidades, mas para saber se este faz parte da corrente sindicalista revolucionária é necessário uma pesquisa e análise mais profunda, a qual não poderemos realizar no presente texto.

²⁸ Robert Michels (1981) esboçou uma expressão sociológica do sindicalismo revolucionário, tal como se pode perceber em sua obra de crítica aos partidos políticos, apesar de suas ambiguidades e afastamento relativo dessa corrente no momento em que escreve tal obra, especialmente na edição revisada. O vínculo de Michels com o sindicalismo revolucionário, ao que tudo indica, foi mais fraco e breve. Michels produziu mais de 800 obras e sobre uma grande variedade de temas, mas sua única obra de grande reconhecimento foi *Sociologia dos Partidos Políticos*. Como ativista, passou pela social-democracia alemã, tornou-se dissidente, apoiou o sindicalismo revolucionário e, depois que se aproximou da ideologia elitista de Mosca e Pareto, autores que teve contato ao trabalhar em universidades italianas, foi ficando cada vez mais conservador até realizar sua aproximação com o fascismo.

Sorel, através de um conjunto de artigos publicados em *Mouvement Socialiste* (*Movimento Socialista*), revista sindicalista revolucionária editada por Lagardelle, que depois serão publicados na forma de livro, com o título *Reflexões Sobre Violência*, aponta para uma concepção filosófica que busca fundamentar o sindicalismo revolucionário. Sorel, que já havia escrito sobre Sócrates, Proudhon, Marx, Aristóteles, Vico e economia, aborda, nessa obra, a questão da violência proletária. A partir da ideia marxista de luta de classes, de acordo com a interpretação soreliana, ele discute a questão da violência e seu papel na luta proletária, bem como, nesse contexto, aborda várias questões correlatas, incluindo a crítica ao parlamentarismo (e seus representantes ideológicos, como Kautsky e Jaurès), a greve geral, o significado do mito na luta política, etc. Os elementos fundamentais dessa obra remetem para a sua defesa da violência proletária e da revolução, crítica ao parlamentarismo e democracia e defesa da estratégia da greve geral e da ideia desta como “mito mobilizador”.

Reflexões Sobre a Violência oferece uma fundamentação filosófica para o sindicalismo revolucionário e a tradução para o italiano e sua publicação por Arturo Labriola é importante para entender a importância de Sorel não só para o movimento sindicalista revolucionário francês, mas também para o que se desenvolveu na Itália. Essa fundamentação filosófica recorre a autores como Marx, Proudhon, Nietzsche e Bergson, entre outros. Essa mistura eclética gerou uma concepção que partia de ideias marxistas, presentes nos ativistas do sindicalismo revolucionário, como a ideia de luta de classes como fundamental e da necessidade da autonomia do proletariado, o que expressava em sua luta sindical, para chegar a questões mais filosóficas (embora com objetivos práticos) como a importância da moral e do mito na luta dos trabalhadores, justificando a ideia de greve geral como base da luta pela revolução. Porém, a discussão sobre mito e moral já tem outras bases que se distanciam, pela forma como é feita, do marxismo, se aproximando mais das concepções irracionistas e voluntaristas inspiradas em Nietzsche e Bergson. A crítica do reformismo do socialismo parlamentar e sua contraposição ao sindicalismo revolucionário é um dos principais aspectos de sua obra:

Diante desse socialismo ruidoso, tagarela e mentiroso, que é explorado pelos ambiciosos de toda espécie, que diverte alguns farsantes e os decadentes admiram, se ergue o sindicalismo revolucionário ao contrário para nada deixar na indecisão; o pensamento aqui é expresso honestamente, sem exageros de apreço nem subentendidos; não se procura mais diluir as doutrinas num rio de

comentários confusos. O sindicalismo procura empregar meios de expressão que projetam plena luz sobre as coisas, as colocam perfeitamente no lugar que sua natureza lhes designa e acusam todo o valor das forças colocadas em jogo. Em vez de atenuar as oposições, será preciso, para se viver a orientação sindicalista, destacá-las; será preciso dar um aspecto tão sólido quanto possível aos grupos que lutam entre si; enfim os movimentos das massas revoltadas serão representados de tal maneira que a alma dos revoltados recebam uma impressão totalmente dominadora (SOREL, 1993, p. 103).

Sorel continua e apela para os sentimentos e a ideia de greve geral:

A linguagem não pode bastar para produzir tais resultados de maneira segura; é preciso apelar para conjuntos de imagens capazes de evocar *em bloco e apenas pela intuição*, antes de qualquer análise refletida, a massa dos sentimentos que correspondem às diversas manifestações da guerra empreendida pelo socialismo contra a sociedade moderna. Os sindicalistas resolvem perfeitamente esse problema concentrando todo o socialismo no drama da greve geral; não há desta forma mais nenhum lugar para a conciliação dos contrários na babel de palavras por parte dos *cientistas oficiais*; tudo é bem planejado, de modo que não possa haver senão uma interpretação possível do socialismo. Esse método tem todas as vantagens que o conhecimento total sobre a análise apresenta, conforme a doutrina de Bergson; e talvez não se possa citar muitos exemplos capazes de mostrar de maneira tão perfeita o valor das doutrinas do célebre professor (SOREL, 1993, p. 103-104).

A adesão de Sorel ao sindicalismo revolucionário o reforçou intelectualmente e aumentou sua presença nos meios intelectualizados. A história posterior do sindicalismo revolucionário terá em sua obra *Reflexões Sobre a Violência* a sua herança mais duradoura e sua expressão mais sedimentada. Desta forma, podemos dizer que o sindicalismo revolucionário emergiu nos primeiros anos do século 19 e se consolidou em 1906 na França e em 1907 na Itália, ano do seu auge e da publicação da primeira edição do livro de Sorel (republicação de artigos em forma de livro) e se manteve vivo durante alguns anos, se enfraquecendo drasticamente a partir de 1914, com a cisão na social-democracia que faz emergir o chamado “socialismo radical” (conjunto de tendências, organizações e ideias dissidentes dos partidos social-democratas que formam novos partidos ou organizações), apoio à guerra (o que inclusive será feito por Arturo Labriola, tal como diversos partidos social-democratas), e a própria Primeira Guerra Mundial, que gera além de novas divisões políticas, enfraquecimento relativo do movimento operário, que só vai se reerguer com o final da guerra, com as tentativas de revoluções proletárias, que marcam o ressurgimento dos conselhos operários (os soviets) e mostram o caráter ultrapassado dos sindicatos, que assumem posições conservadoras e geralmente contra os conselhos e a revolução proletária. Os resquícios do sindicalismo revolucionário, pelo

menos no caso francês e italiano, dois países envolvidos diretamente na guerra, são demasiadamente débeis e logo desaparecem nesses países.

Sindicalismo Revolucionário e Marxismo

Definimos, anteriormente, o sindicalismo revolucionário como um movimento político fundado na ideia da autonomia sindical e elementos derivados. E, para superar a confusão que muitos estabeleceram com o anarquismo, diferenciamos as duas concepções. Nesse processo, colocamos que os sindicalistas revolucionários faziam referências ao marxismo e grande parte de suas ideias eram inspiradas em Marx, bem como muitos se autodeclaravam marxistas (citamos, nesse sentido, Lagardelle e Sorel, mas era o caso também de outros, como Arturo Labriola). Por outro lado, a exposição que realizamos das ideias sindicalistas revolucionárias, como foco na luta de classes, na luta proletária, entre outros elementos, demonstram proximidade com as ideias marxistas. A partir disso alguns leitores podem concluir que o sindicalismo revolucionário é uma corrente do marxismo.

Porém, ao contrário de alguns anarquistas que querem se apropriar do sindicalismo revolucionário, o marxismo só integra no seu interior aquilo que realmente pertence a ele. Esse não é o caso do sindicalismo revolucionário. Para uma análise marxista do marxismo não são as palavras e autodeclaração que valem e sim o conteúdo real das ideias e ações. É por isso que, numa abordagem marxista, é possível identificar um pseudomarxismo, tal como a social-democracia e o bolchevismo. Os discursos e autodeclaração são integradas na análise, mas são submetidas a um processo analítico crítico que aponta para a sua compreensão no interior da totalidade na qual surgem e estão inseridos.

Assim, para concluir essa análise do sindicalismo revolucionário, é fundamental compará-lo, agora, com o marxismo. Sem dúvida, existem coincidências. Para o materialismo histórico, a história é a história das lutas de classes (MARX; ENGELS, 1988), bem como o proletariado é o agente do processo revolucionário, que gera a sociedade autogerida (“comunista”). Os sindicalistas revolucionários dizem a mesma coisa. Porém, falta-lhe a base teórica. Os sindicalistas revolucionários entenderam a ideia de luta de classes e de luta operária de forma superficial e assim usaram a linguagem (forma) marxista sem o seu significado (conteúdo). E isso aparece com a constante redução da

luta de classes à luta entre burgueses e proletários (embora, às vezes, apareçam os intelectuais, geralmente de forma negativa). O representante filosófico do sindicalismo revolucionário, Georges Sorel, por exemplo, faz essa mesma denúncia²⁹, mas, ao mesmo tempo, além de não desfazer o equívoco em falar de grupos ricos e grupos pobres, não explicita o real significado da luta de classes (e das classes sociais) para o marxismo.

A ideia de luta operária tem o mesmo destino. E, curiosamente, os sindicalistas revolucionários em várias oportunidades criticam os anarquistas por não abordarem as lutas econômicas e eles mesmos revelam uma constante ausência de tal discussão, não ultrapassando o chavão que é falar de “luta econômica”. Desta forma, o sindicalismo revolucionário usa alguns termos da linguagem marxista, mas superficialmente e mais como chavões. Mesmo naqueles que avançam, não há precisão e nem grande aprofundamento. Isso é derivado da inexistência de uma teoria na corrente sindicalista revolucionária. Lagardelle não gerou nenhum aprofundamento intelectual e nem mesmo demonstra acesso mais desenvolvido em relação ao marxismo. Os demais, em sua maioria, são ainda mais limitados. Arturo Labriola não é exceção e nem mesmos os intelectuais que abraçaram o sindicalismo revolucionário, Robert Michels e Georges Sorel, avançaram na compreensão do marxismo.

Michels (1981) se aproxima, num aspecto mais específico, de uma teoria dos partidos políticos, mas seu ecletismo, expresso em sua proximidade com as concepções de Weber e dos seus colegas da ideologia elitista, Mosca e Pareto, não ajuda. Embora ele consiga revelar aspectos reais dos partidos políticos, como a força da burocracia através de sua ideia de “lei de ferro da oligarquia”, apresenta uma concepção limitada, como pode ser vista em sua ideia problemática sobre a “incapacidade das massas” (e sua aproximação com a ideologia elitista já anuncia o seu abandono do sindicalismo

²⁹ “Essa idolatria das palavras exerce um papel importante na história de todas as ideologias; a conservação de uma linguagem marxista por pessoas que se tornaram completamente estranhas ao pensamento de Marx constitui uma grande infelicidade para o marxismo. O termo ‘luta de classes’, por exemplo, é empregado de maneira mais abusiva; enquanto não lhe for dado um sentido perfeitamente preciso, será necessário renunciar a fazer uma exposição razoável do socialismo” (SOREL, 1993, p. 50). E em vão o leitor de Sorel buscará tal precisão, pois não a encontrará em sua obra. Assim, a denúncia se aplica ao denunciador.

revolucionário, presente parcialmente na obra). Sorel também cai no ecletismo e, além disso, não ultrapassa o nível de uma filosofia limitada, abstratificada.

Assim, no plano formal, marxismo e sindicalismo revolucionário estão próximos na linguagem, mas nos demais elementos formais estão bem distantes. O marxismo se constitui como uma teoria, gerando uma verdadeira episteme, enquanto o sindicalismo revolucionário fica ao nível de uma doutrina, cujos princípios fundamentais remetem a ideias marxistas, mas que são transformadas em princípios, bem como são esvaziadas em seu significado mais profundo. A expressão filosófica do sindicalismo revolucionário através de Sorel, fica entre elementos teóricos e ideológicos, bem como elementos doutrinários, num ecletismo de ideias e formas.

No plano substancial, ou seja, do conteúdo, há, aparentemente, maior proximidade, pois o sindicalismo revolucionário não só reconhece a luta de classes como aponta para a ideia de autoemancipação proletária e não é sem motivo que muitos deles repetem o texto da AIT³⁰, escrito por Marx: “a emancipação da classe operária é obra da própria classe operária”. Esse seria, sem dúvida, um forte argumento para considerar o sindicalismo revolucionário como uma corrente do marxismo.

Ledo engano. E o motivo disso se dá no passo seguinte do sindicalismo revolucionário e que é o seu princípio doutrinário fundamental: essa autoemancipação do proletariado ocorre através dos sindicatos. Marx, antes de todo o processo de burocratização e mercantilização dos sindicatos, já apontava para que essas organizações são instituições da sociedade capitalista e sua função seria negociar o valor da força de trabalho (MARX; ENGELS, 1980), ou seja, não ultrapassam o salariato³¹. Além disso, o próprio Marx considerava, numa época de menor burocratização e mercantilização dos sindicatos, que a classe operária criaria outra forma organizacional

³⁰ O que gera outro pretexto para alguns anarquistas quererem vincular sindicalismo revolucionário e anarquismo, abstraído que a AIT não era anarquista, mesmo tendo anarquistas no seu interior, e que tal expressão é de Marx.

³¹ Os sindicalistas revolucionários, contraditoriamente, pregam que o sindicato deve abolir o salariato, um discurso pouco realista, embora possa ser explicado pelo contexto histórico: a ascensão do movimento grevista e de tendências radicais, mas que conviviam com outras organizações sindicais reformistas ou conservadoras, bem como essas atuavam no interior das organizações que os sindicalistas revolucionários tinham hegemonia – e que perderam logo depois com a nova mudança conjuntural.

para sua autoemancipação, pois eles “não gozarão muito tempo do privilégio de serem as únicas organizações da classe operária. Ao lado ou acima dos sindicatos de cada ramo da indústria surgirá uma união geral, uma organização política da classe operária em conjunto” (MARX; ENGELS, 1980, p. 43). Essa constatação de Marx foi desenvolvida por vários outros marxistas que produziram numa época em que a burocratização dos sindicatos era bem mais elevada, tal como Rühle (1975) e Pannekoek (1977) e depois, com a ampliação ainda maior desse processo, diversos outros marxistas.

Porém, na época da consolidação do sindicalismo revolucionário, as críticas endereçadas aos sindicatos ainda eram relativamente moderadas, no sentido de criticar sua ala mais moderada, sua burocratização inicial, a formação de uma aristocracia operária nos sindicatos, a influência social-democrata, etc. Porém, Marx e nenhum marxista colocou o sindicato como o agente do processo revolucionário ou como “a” forma de auto-organização do proletariado na sua luta por autoemancipação. Os sindicatos, no máximo, eram vistos como organizações que poderiam contribuir com a luta. E um outro limite do sindicalismo revolucionário emerge, gerando, nesse contexto, uma nova divergência com o marxismo, que é o economicismo desta concepção. Ao abandonar a luta política e se refugiar tão-somente na luta econômica, cai no economicismo e não percebe que ela é parte da luta, mas não pode englobar toda a luta, que ocorre em todos os lugares e que a luta pela autogestão (ou “comunismo”) é totalizante e significa a superação da supremacia da “economia”.

Por outro lado, nesse contexto histórico, os sindicatos já estão burocratizados, bem como criaram interesses próprios, o que os sindicalistas revolucionários deveriam ter percebido, inclusive em seus embates nos meios sindicais. Os sindicatos não podem ser as organizações revolucionárias que gerarão a nova sociedade, pois são instituições da sociedade capitalista e, uma vez consolidados, através da burocratização, são não só incapazes de efetivar esse processo – e não só pela burocratização e mercantilização, mas também por sua forma organizacional que reproduz a divisão social do trabalho – e a percepção do primeiro aspecto já era uma conquista do marxismo. Nesse aspecto, há diferenças, mas elas não podem ser superestimadas devido ao contexto histórico, pois a crítica radical aos sindicatos, bem como a ampliação de sua burocratização, ocorrerá nos anos posteriores.

Por fim, a diferença no modo de pensar. O sindicalismo revolucionário, com sua redução da luta operária à luta sindical, bem como à “luta econômica” se aproxima muito mais do reducionismo da episteme burguesa do que da episteme marxista, que parte da determinação fundamental e múltiplas determinações numa abordagem totalizante. O reducionismo na concepção gera um reducionismo da ação. E a expressão filosófica do sindicalismo revolucionário, através da obra de Georges Sorel, reproduz esse reducionismo e ainda acrescenta o obreirismo e o voluntarismo. O obreirismo anda lado a lado com a ideia do sindicato como a organização revolucionária. Nesse sentido, o sindicalismo revolucionário é um precursor do autonomismo que emergirá após a Segunda Guerra Mundial. Outro problema derivado é o voluntarismo. O voluntarismo, que nos ativistas sindicais aparece com a vontade de ação dos sindicalistas³², e que alguns retomam de Sorel, é outro aspecto divergente. Assim, a economia, que os sindicalistas revolucionários cobram dos anarquistas, bem como diversos outros aspectos da realidade, tal como a hegemonia burguesa e o peso das ideias dominantes sobre os operários, entre outros, também desaparecem. A ênfase nos sentimentos, “mito” e “moral” de Sorel, por sua vez, aponta para um avanço em relação ao pseudomarxismo iluminista e racionalista, mas ao mesmo tempo é um retrocesso a um pseudomarxismo romântico e “sentimentalista”. A aproximação posterior de Robert Michels, Arturo Labriola e Georges Sorel (esse de forma ambígua e com declarações contra e a favor) com o fascismo aponta para essa coincidência intelectual com elementos constitutivos da episteme burguesa, bem como pelo fato de ter sido uma das fontes inspiradoras dessa concepção burguesa reacionária (VIANA, 2018), especialmente em sua versão italiana.

Em síntese, o sindicalismo revolucionário não poderia ser considerado marxismo, mas, no máximo, um semimarxismo, pois misturado ecleticamente com outras concepções (quando mais desenvolvido intelectualmente), e sem um desenvolvimento teórico (no âmbito do ativismo sindical).

³² Existem várias passagens nas quais o sindicato é chamado de “escola de vontade” (POUGET, 1910).

Considerações Finais

O objetivo do presente artigo foi apresentar a origem e o significado do sindicalismo revolucionário, e, no interior desse processo, mostrar a especificidade dessa corrente e sua distinção em relação ao anarquismo, bem como, num segundo momento, em relação ao marxismo. Numa época de barbarismo cultural, de subjetivismo, de substituição da pesquisa e reflexão por informações superficiais e opinião, é fundamental a reconstituição histórica da sociedade moderna e dos fenômenos particulares que existiram no seu interior, tal como é o caso do sindicalismo revolucionário. Ao deixar claro que o elemento definidor do sindicalismo revolucionário é a autonomia sindical, fica clara sua especificidade. Porém, novos elementos precisam ser acrescentados, como, por exemplo, as demais tendências consideradas sindicalistas revolucionárias, bem como é necessário estudos sobre fenômenos semelhantes, tal como o anarcossindicalismo. Porém, o presente artigo, como um primeiro passo no sentido de resgatar o verdadeiro significado do sindicalismo revolucionário, atingiu o seu objetivo.

Referências

- ANTONIOLI, Maurizio. A USI. O sindicalismo Revolucionário Italiano. In: COLOMBO, Eduardo. *História do Movimento Operário Revolucionário*. São Paulo: Imaginário, 2004.
- BERNSTEIN, Eduard. *Socialismo Evolucionário*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- BERTH, Édouard. Marx e o Sindicalismo Revolucionário. In: MARQUES, Carlos Henrique (org.). *O Sindicalismo Revolucionário*. Goiânia: Edições Redelp, 2020.
- BESNARD, Pierre. *Os Sindicatos Operários e a Revolução Social*. Vol. 1. Brasília, Novos Tempos, 1988.
- GOMES, Marcus. Movimentos Sociais e Movimentos Políticos. *Movimentos Sociais*. Vol. 04, num. 06, jan./jun. 2019.
- GRIFFUELHES, Victor. O Sindicalismo Revolucionário. In: MARQUES, Carlos Henrique (org.). *O Sindicalismo Revolucionário*. Goiânia: Edições Redelp, 2020.
- KAUTSKY, Karl. La Acción de Masas. In: KAUTSKY, Karl; PANNEKOEK, Anton. *Debate Sobre la Huelga de Masas*. Segunda Parte. 2ª Edição, México: Ediciones Pasado y Presente, 1978.

KRITCHEWSKY, Boris. O Sindicalismo e o Socialismo na Rússia. In: LAGARDELLE, Hubert e outros. *Sindicalismo e Socialismo*. Lisboa: José Bastos, 1909.

LAGARDELLE, Hubert. Preâmbulo. In: LAGARDELLE, Hubert e outros. *Sindicalismo e Socialismo*. Lisboa: José Bastos, 1909a.

LAGARDELLE, Hubert. Sindicalismo e Anarquismo. In: LAGARDELLE, Hubert e outros. *Sindicalismo e Socialismo*. Lisboa: José Bastos, 1909b.

LEVAL, Gaston. *Bakunin, Fundador do Sindicalismo Revolucionário*. São Paulo: Faísca, 2007.

LINDEN, Marcel van der. Second thoughts on revolutionary syndicalism. *Labour History Review*. Vol. 63, num. 2, 1998.

LINDEN; Marcel van der; THORPE, Wayne. Essor et déclin du syndicalisme révolutionnaire. *Le Mouvement Social*, nº 159, abril-junho, 1992.

LUXEMBURGO, Rosa. *Greve de Massas, Partido e Sindicatos*. São Paulo: Kairós, 1979.

LUXEMBURGO, Rosa. La Causa de la Derrota. PARVUS e outros. *Debate Sobre la Huelga de Masas*. Segunda Parte. 2ª Edição, México, Ediciones Pasado y Presente, 1978.

LUXEMBURGO, Rosa. *Reforma Social ou Revolução?* São Paulo: Global, 1986.

LUXEMBURGO, Rosa. Y por Tercera Vez el Experimento Belga. PARVUS e outros. *Debate Sobre la Huelga de Masas*. Segunda Parte. 2ª Edição, México, Ediciones Pasado y Presente, 1978.

MALATESTA, Errico. Sindicalismo: A Crítica de um Anarquista. In: WOODCOCK, George (org.). *Os Grandes Escritos Anarquistas*. Porto Alegre: L&PM, 1981.

MARQUES, Carlos Henrique. A Carta de Amiens e o Sindicalismo Revolucionário. In: MARQUES, Carlos Henrique (org.). *O Sindicalismo Revolucionário*. Goiânia: Edições Redelp, 2020.

MARUCCO, Dora. *Arturo Labriola e il Sindacalismo Rivoluzionario in Italia*. Turim: Einaudi, 1970.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Petrópolis: Vozes, 1988.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Sindicalismo*. São Paulo: Ched, 1980.

MELEGARI, Luca. Nascita e Affermazione del Sindacalismo Rivoluzionario in Italia 1902-1904. *Scienza & Politica*. V. 4, N. 6, 1992.

MICHELS, Robert. *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília: Edunb, 1981.

MONATTE, Pierre. Em defesa do sindicalismo. In: WOODCOCK, George (org.). *Os Grandes Escritos Anarquistas*. Porto Alegre: L&PM, 1981.

PANNEKOEK, Anton. Acciones de Masa y Revolución. In: KAUTSKY, Karl; PANNEKOEK, Anton. *Debate Sobre la Huelga de Masas*. Segunda Parte. 2ª Edição, México: Ediciones Pasado y Presente, 1978.

PANNEKOEK, Anton. *Los Consejos Obreros*. Madrid: Zero, 1977.

PEREIRA, Irène. “L'esprit pragmatiste du syndicalisme révolutionnaire”. *Dissidences* [Online], 5 | 2013, Online since 27 May 2012, connection on 18 March 2020. URL : <http://preo.u-bourgogne.fr/dissidences/index.php?id=313>

POUGET, Émile. *Le Syndicat*. Nancy: Reveil Ouvrier, 1910.

POUGET, Émile. *Les Bases du Syndicalisme*. Paris: La Guerre Sociale, 1920.

RÜHLE, Otto. *Da Revolução Burguesa à Revolução Proletária*. Porto: Publicações Escorpião, 1975.

SÉVERAC, J-B. A Ideologia Sindicalista. In: MARQUES, Carlos Henrique (org.). *O Sindicalismo Revolucionário*. Goiânia: Edições Redelp, 2020.

SOREL, Georges. O Sindicalismo Revolucionário. In: MARQUES, Carlos Henrique (org.). *O Sindicalismo Revolucionário*. Goiânia: Edições Redelp, 2020.

SOREL, Georges. *Reflexões sobre a Violência*. Petrópolis: Vozes, 1993.

VANDERVELDE, Emile. Una vez más el Experimento Belga. PARVUS e outros. *Debate Sobre la Huelga de Masas*. Segunda Parte. 2ª Edição, México: Ediciones Pasado y Presente, 1978.

VIANA, Nildo. *Hegemonia Burguesa e Renovações Hegemônicas*. Curitiba: CRV, 2019.

VIANA, Nildo. Marx não é Marxista. Uma Crítica ao Pseudomarxismo Francês. Disponível em: <https://informecritica.blogspot.com/2020/03/marx-nao-e-marxista-critica-do.html> acesso em 20/03/2020.

VIANA, Nildo. Movimentos Sociais e Movimentos de Classes: Semelhanças e Diferenças. *Revista Espaço Livre*, v. 11, n. 22, 2016.

VIANA, Nildo. Notas sobre a História e Significado do Comunismo de Conselhos. *Marxismo e Autogestão*, v. 02, num. 04, 2015.

VIANA, Nildo. O Que é o Fascismo? *Marxismo e Autogestão*, vol. 05, num. 09, jan./jun. de 2018.

VIANA, Nildo. *O que São Partidos Políticos*. Brasília: Kíron, 2014.

STÁLIN E A DEFORMAÇÃO DO MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO

Mateus Alves¹

Karl Marx é o inaugurador do materialismo histórico-dialético, e isto foi possível graças, para além de seu esforço intelectual, ao proletariado e sua luta. O método dialético é um recurso heurístico (KORSH, 1977) que possibilita a expressão da realidade sem reducionismos, e o materialismo histórico é a teoria da história que nos fornece conceitos que possibilitam enriquecer análises sobre sociedades, história das sociedades etc. Tanto o método dialético quanto o materialismo histórico são expressões da perspectiva do proletariado.

No entanto, há uma disputa, que se fundamenta nas lutas de classes e na luta cultural, em torno da concepção do que é o materialismo histórico-dialético. Por isso, Marx é um dos autores mais deformados da história, resultado direto da luta cultural da burguesia e de suas classes auxiliares (classe intelectual e burocracia) contra o proletariado. Uma dessas deformações, que será alvo de nosso estudo, foi realizada por Stálin em sua obra “Sobre o Materialismo Dialético e o Materialismo Histórico” (2014).

O presente artigo busca destrinchar esta obra de Stálin demonstrando sua deformação e recuo quanto ao pensamento de Marx. Para isso seguiremos o seguinte itinerário: exposição da concepção de Stálin, crítica à concepção de Stálin evidenciando a contradição com o marxismo e, por último, retiraremos o véu dos interesses de classe de Stálin revelando seu verdadeiro interesse em sua deformação.

Stálin e o “Materialismo Dialético”

Em seu livreto, Stálin começa explicando o que seria “Materialismo Dialético”. A própria forma como ele escreve revela o seu formalismo, que mais parece um manual, mas a escolha de começar a explicação pelo “Materialismo Dialético” não é por acaso, pois cria uma autonomia em relação a este, como se tivesse surgido do nada e estivesse livre da determinação dos interesses de classe. Para ele, o “Materialismo Dialético” divide-se em método dialético e materialismo filosófico (materialismo filosófico +

¹ Militante do Movimento Autogestionário — Núcleo Goiás. E-mail: mateusalexandre02@hotmail.com

método dialético = materialismo dialético). Cada um desses possui leis da natureza e da matéria que podem ser generalizadas para a “vida social”.

O método dialético, segundo o russo, é o completo oposto da metafísica e se caracteriza por quatro leis essenciais: *a) não se pode analisar um fenômeno da natureza fora das condições que os rodeiam. Tem-se que ligar o fenômeno analisado aos fenômenos que os condicionam; b) a natureza sempre está mudando, não é imóvel; c) o desenvolvimento é a transformação da quantidade em qualidade; d) o desenvolvimento é perpassado pelas lutas dos opostos* (STÁLIN, 2014).

Por conseguinte, Stálin afirma que “não é difícil compreender a enorme importância da generalização dos princípios do método dialético ao estudo da vida social” (STÁLIN, 2014, p.5), mostrando-nos como aplicar cada lei do método dialético à análise dos fenômenos sociais. Começemos pela primeira lei:

Se não existem fenômenos isolados no mundo, se todos os fenômenos estão ligados entre si e se condicionam mutuamente, torna-se claro que qualquer regime social e qualquer movimento social na história deve ser avaliado não do ponto de vista da «justiça eterna» ou de qualquer outra ideia preconcebida, como fazem muitas vezes os historiadores, mas do ponto de vista das condições que geraram esse regime e esse movimento social e às quais estão ligados (STÁLIN, 2014, p.6).

E mais adiante afirma:

Tudo depende das condições, do lugar e do tempo. É evidente que sem esta concepção histórica dos fenômenos sociais a existência e o desenvolvimento da ciência histórica são impossíveis, uma vez que só uma tal concepção impede a ciência histórica de se transformar num caos de acontecimentos fortuitos e num amontoado de erros ridículos (STÁLIN, 2014, p.6).

Segundo Stálin os “regimes sociais” devem ser julgados a partir das condições dadas historicamente. “Tudo depende das condições, do lugar e do tempo”, assim, ele afirma que o “regime escravagista é, nas condições atuais, um disparate absurdo e antinatural. Porém, nas condições do regime comunitário primitivo em decomposição, o regime escravagista é um fenômeno perfeitamente compreensível e natural” (STÁLIN, 2014, p.6). Seguindo para a segunda lei:

Se a passagem das mudanças quantitativas lentas às mudanças qualitativas rápidas e bruscas constitui uma lei do desenvolvimento, então é claro que as transformações revolucionárias realizadas pelas classes oprimidas constituem um fenômeno absolutamente natural e inevitável (STÁLIN, 2014, p. 6).

Sendo, portanto, a mudança de um “regime social” para outro algo natural e inevitável. A mudança do “regime social” capitalista para o socialismo é uma mudança qualitativa.

Na terceira lei, têm-se as lutas dos opostos:

Se o desenvolvimento se efetua por via da revelação das contradições internas, por via da confrontação de forças opostas que estão na base destas contradições com vista à sua superação, então é claro que a luta de classes do proletariado constitui um fenômeno perfeitamente natural e inevitável (STÁLIN, 2014, p. 7).

As mudanças perpassam as “lutas entre opostos” e, por isso, ele considera que as lutas de classes é algo natural e inevitável, já que sempre existirão opostos que se digladiarão. Essas são as leis do método dialético segundo Stálin.

Por fim, resta-nos expor o pensamento de Stálin sobre a outra parte que constitui o “materialismo dialético” – o materialismo filosófico marxista. Esse, por sua vez, também é constituído por leis fundamentais: *a) conexão e condicionamento recíproco dos fenômenos; b) a matéria é primária e a consciência secundária (a consciência é reflexo da matéria); c) o mundo e suas leis são inteiramente cognoscíveis* (STÁLIN, 2014).

Vejamos como Stálin aplica as leis de seu “Materialismo Filosófico”:

Se a conexão dos fenômenos naturais e o seu condicionamento recíproco são leis do desenvolvimento da natureza, então a conexão e o condicionamento recíproco dos fenômenos da vida social são também, não uma causalidade, mas leis do desenvolvimento da sociedade (STÁLIN, 2014, p. 10).

Aqui, na primeira lei, mais uma vez é feita uma generalização da chamada “lei da natureza” para a análise dos fenômenos sociais.

Na segunda lei, o autor russo afirma que a verdade das “leis da vida social” é tão objetiva quanto as “leis da natureza” e, para desvendá-las basta analisá-las com o rigor de um cientista.

Se o mundo é cognoscível e o nosso conhecimento das leis do desenvolvimento da natureza é fidedigno e tem o valor de verdade objetiva, então a vida social, o desenvolvimento da sociedade é igualmente cognoscível e os dados da ciência sobre as leis do desenvolvimento da sociedade são fidedignos e têm o valor de verdades objetivas (STÁLIN, 2014, p. 10).

Na terceira e última lei é dito que a “vida material” determina com primazia a consciência, sendo, portanto, a segunda apenas um reflexo da primeira.

Se a natureza, o ser, o mundo material, é primária, enquanto a consciência, o pensamento, é secundária, derivada, se o mundo material constitui uma realidade objetiva, existindo independentemente da consciência das pessoas, enquanto a consciência é um reflexo desta realidade objetiva, então a vida material da sociedade, o seu ser, é igualmente primária e a sua vida espiritual é secundária, derivada; a vida material da sociedade é uma realidade objetiva, existindo independentemente da vontade das pessoas, enquanto a vida espiritual da sociedade é o reflexo desta realidade objetiva, o reflexo do ser (STÁLIN, 2014, p. 11).

Essa é, resumidamente, a concepção de Stálin sobre o “materialismo dialético”, e que será posteriormente alvo de nossas críticas. No entanto, faz-se necessário antes expor sua concepção sobre o materialismo histórico.

Stálin e o Materialismo Histórico

Stálin considera que o materialismo histórico é a “aplicação das teses do materialismo dialético ao estudo da vida da sociedade e dos seus fenômenos ao estudo da sociedade e da sua história” (Stálin, 2014, p. 1). Então, o materialismo histórico passa também a ter leis, mas essas são derivadas das leis do “materialismo dialético”.

A primeira lei é, segundo ele, a resposta a uma pergunta: qual “a força principal no sistema das condições materiais de vida da sociedade que determina a fisionomia da sociedade, o carácter do regime social, o desenvolvimento da sociedade de um regime social para outro?”. E ele responde dizendo que

O materialismo histórico considera que tal força é o modo de obtenção dos meios de existência necessários à vida das pessoas, o modo de produção dos bens materiais, dos alimentos, do vestuário, do calçado, da habitação, dos combustíveis, dos instrumentos de produção, etc., necessários para que a sociedade possa viver e desenvolver-se (STÁLIN, 2014, p. 16).

Sendo assim, o que caracteriza um “regime social” é o modo no qual os seres humanos reproduzem sua vida material, e esta forma específica de obter seus meios de existência, por si só, é a força que também determina o desenvolvimento do próprio “regime social” e também da passagem de um “regime social” para outro.

Na segunda lei, Stálin afirma que a história da sociedade e as sociedades possuem leis, e essas leis podem ser descobertas, não pelas ideias das pessoas ou pelos atos e ações de algum ser humano, mas sim por meio do estudo da “economia”.

A primeira especificidade da produção consiste no facto de nunca ficar durante um longo período no mesmo ponto, e de se encontrar em estado de

permanente mudança e desenvolvimento, sendo que estas mudanças no modo de produção provocam inevitavelmente a mudança de todo o regime social, das ideias sociais, das opiniões e instituições políticas, provocam a reorganização de todo o sistema político e social. Nos diferentes degraus do desenvolvimento, as pessoas utilizam diferentes modos de produção ou, em termos grosseiros, levam diferentes tipos de vida. O regime comunitário primitivo tinha o seu modo de produção, o escravagismo tinha outro, o feudalismo – um terceiro, e assim por diante. Nesta conformidade também o regime social, as pessoas, a sua vida espiritual, as suas opiniões e instituições políticas são diferentes. Tal o modo de produção de uma sociedade, tal é no essencial a própria sociedade, tais são as suas ideias e teorias, as suas opiniões e instituições políticas. Ou, em termos grosseiros, tal o modo de vida das pessoas, tal é o seu modo de pensar (STÁLIN, 2014, p. 16).

E mais adiante,

Quer dizer que a história do desenvolvimento social é ao mesmo tempo a história dos próprios produtores de bens materiais, a história das massas trabalhadoras, que são as forças principais do processo de produção e as que efetuam a produção dos bens materiais necessários à existência da sociedade. Quer dizer que a ciência histórica, se pretende ser uma verdadeira ciência, não pode mais reduzir a história do desenvolvimento social aos atos dos reis e chefes militares, aos atos dos «conquistadores» e «usurpadores» dos estados, mas deve, antes de mais, ocupar-se da história das massas trabalhadoras, da história dos povos. Quer dizer que a chave para o estudo das leis da história da sociedade deve ser procurada, não na mente das pessoas, nas opiniões e ideias da sociedade, mas no modo de produção praticado pela sociedade em cada período histórico, na economia da sociedade. Quer dizer que a tarefa primordial da ciência histórica é o estudo e a descoberta das leis da produção, das leis do desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção, das leis do desenvolvimento econômicos da sociedade (STÁLIN, 2014, p.16).

A última lei do materialismo histórico é a de que:

A segunda especificidade da produção consiste no facto de as suas mudanças e o seu desenvolvimento se iniciarem sempre a partir das mudanças e do desenvolvimento das forças produtivas, antes de mais, das mudanças e do desenvolvimento dos instrumentos de produção. As forças produtivas constituem, portanto, o elemento mais dinâmico e mais revolucionário da produção. Primeiro mudam e desenvolvem-se as forças produtivas da sociedade, depois, em conformidade com essas mudanças e em correspondência com elas, alteram-se as relações de produção das pessoas, as suas relações econômicas (STÁLIN, 2014, p.17).

E,

Em correspondência com as mudanças e o desenvolvimento das forças produtivas da sociedade ao longo da história, alteraram-se e desenvolveram-se também as relações de produção entre os homens, as suas relações econômicas. A história conhece cinco tipos fundamentais de relações de produção: o comunismo primitivo, o escravagismo, o feudalismo, o capitalismo e o socialismo (STÁLIN, 2014, p.18).

O desenvolvimento das forças produtivas, sobretudo dos (sic) meios de produção, gera mudanças de um “regime social” para outro sempre superior ao

anterior. Stálin acredita que as forças produtivas são a determinação fundamental de um modo de produção e do processo de mudança de um modo de produção a outro.

Finalmente, depois da exposição da concepção de Stálin sobre o materialismo dialético e histórico, podemos dedicar-nos a criticar a mesma.

Crítica à Concepção de Stálin Sobre o Materialismo Histórico

Para realizar a crítica a Stálin é necessário também expor a concepção de Marx sobre o materialismo histórico-dialético. A razão desta necessidade se fundamenta no fato do autor alemão ter sido o primeiro a desenvolver tal método e teoria, e no fato de Stálin, mesmo que poucas vezes, citar Marx para fundamentar suas concepções, reivindicando para si o marxismo. Porém, expor toda a concepção de Marx sobre o materialismo histórico-dialético tomaria um espaço que não temos. Então, nos limitaremos a expor o pensamento de Marx suficiente para explicitar o antagonismo entre as duas concepções — a marxista e a stalinista. Contudo, acreditamos ser necessário esclarecer que o materialismo histórico não é um conjunto de leis, princípios e dogmas como quer Stálin, mas uma teoria que expressa uma parte específica da realidade – a história, e a sociedade – fornecendo um conjunto de conceitos que enriquece, quando usados como ponto de partida, análises de diversos fenômenos sociais, que tem em seu fundamento premissas reais que podem ser constatadas na realidade.

Depois desse esclarecimento inicial, podemos voltar à nossa crítica que, por sua vez, iniciará pela discussão entre ser e consciência. Essa discussão não está presente no materialismo histórico de Stálin, e sim em sua concepção de materialismo filosófico que é parte do “materialismo dialético”. Para ele a consciência é reflexo da matéria. O que é antagônico ao pensamento de Marx, pois para o pensador alemão há uma unidade entre ser e consciência, “a consciência não pode ser outra coisa senão o ser consciente” (MARX, 2007, p. 94). São os seres humanos que produzem suas próprias ideias, a partir do modo de produção que o ser consciente está inserido. Marx afirma que “não é a consciência do homem que lhe determina o ser, mas, inversamente, o seu ser social que

lhe determina a consciência” (MARX, 2007, p. 94) e isso pode causar confusões se não perceber o caráter ativo da consciência.

Logo,

Esta abordagem não deve servir de pretexto para se pensar que Marx não levava em consideração o caráter ativo da consciência. Sem dúvida, a consciência é o ser consciente, mas o ser consciente é o ser humano e este possui desejos, interesses, modo de vida etc., e se relaciona com o mundo de forma ativa. Por conseguinte, a consciência não é, tal como na ideologia leninista, mero reflexo da realidade. A consciência possui um caráter social e é expressão das relações que o indivíduo possui com os outros indivíduos e com o meio ambiente. Mas, além de ser expressão, ela também é projeção, ou seja, ela não apenas expressa o que existe como apresenta uma visão do existente que pode ir no sentido de lhe aceitar ou negar, mas, principalmente, a consciência também diz o que deve ser, ou seja, apresenta-se como uma ética, uma norma de conduta, e ao mesmo tempo, uma manifestação de desejos e significados produzidos no contexto da divisão social do trabalho, o que produz antagonismo e projetos diferentes no interior de uma mesma sociedade (VIANA, 2007, p.14).

A empreitada de Stálin é retirar os seres humanos das relações sociais que estes estão inseridos, isolando-os. Para ele, os seres humanos não existem, e o que há são relações entre “coisas”. E somente assim poderíamos pensar que a consciência é mero reflexo da realidade, retirando dela seu caráter ativo. Na verdade, a consciência dos seres humanos pode gerar ações, normas de condutas que interferem na realidade. Se alguém acredita que, por exemplo, é dotado do poder de voar, ele poderá pular de um prédio e morrer. A consciência também é capaz de projetar como deveria ser a realidade, colocando uma finalidade nas ações humanas para que o projeto se torne realidade concreta, um exemplo é o projeto autogestionário que expressa uma realidade ainda não-existente. O interessante é notar que Stálin retira da sua análise os seres humanos, reais e concretos, que possuem necessidades, desejos, interesses, modo de vida etc. e realiza a separação do ser de sua consciência, tornando-se possível a ideologia do reflexo.

Outra lei do materialismo histórico na concepção de Stálin, alvo de nossas críticas a partir de agora, é a ideia de que o desenvolvimento das forças produtivas, sobretudo dos instrumentos de produção, levaria a uma transformação no “regime social”². Isto

² Stalin usa este termo em vez de modo de produção, que seria mais adequado, doravante iremos utilizar o conceito de “modo de produção”.

retiraria a essência do materialismo histórico na perspectiva marxista, e para entender isso é necessário retomar o conceito de modo de produção.

O modo de produção é a forma como os seres humanos de uma determinada sociedade produzem os produtos necessários para a manutenção de sua existência através dos meios de produção disponíveis em um momento histórico específico. Para efetivar essa produção os seres humanos devem cooperar utilizando seus esforços físicos e mentais (força de trabalho) utilizando instrumentos que auxiliariam na produção e distribuição. Esse é o conceito de forças produtivas (força de trabalho e meios de produção) que Stálin faz referência, mas nunca o define. É verdade que os meios de produção são desenvolvidos no decorrer do tempo, mas podemos nos questionar como isso ocorre, e aí reside o erro do russo. As forças produtivas (instrumentos de trabalho, força de trabalho etc.) não se desenvolvem por si mesmas, não possuem um desenvolvimento autônomo. Uma máquina a vapor não se transforma, por si só, em uma máquina elétrica. Então, como ocorre esse desenvolvimento? Para Stálin este desenvolvimento é autônomo, natural e inevitável. E para Marx? Podemos conferir isso com o resumo do materialismo histórico feito por Marx:

O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu de fio condutor aos meus estudos, pode resumir-se assim: na produção social da sua vida, os homens contraem determinadas relações necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, pelo contrário, o seu ser social é que determina a sua consciência. Ao chegar a uma determinada fase de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade se chocam com as relações de produção existentes, ou, o que não é senão a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais se desenvolveram até ali. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações se convertem em obstáculos a elas. E se abre, assim, uma época de revolução social. Ao mudar a base econômica, revoluciona-se, mais ou menos rapidamente, toda a imensa superestrutura erigida sobre ela. Quando se estudam essas revoluções, é preciso distinguir sempre entre as mudanças materiais ocorridas nas condições econômicas de produção e que podem ser apreciadas com a exatidão própria das ciências naturais, e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, numa palavra, as formas ideológicas em que os homens adquirem consciência desse conflito e lutam para resolvê-lo. E do mesmo modo que não podemos julgar um indivíduo pelo que ele pensa de si mesmo, não podemos tampouco julgar estas épocas de revolução pela sua consciência, mas, pelo contrário, é necessário explicar esta consciência pelas contradições da vida material, pelo

conflito existente entre as forças produtivas sociais e as relações de produção. Nenhuma formação social desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela contém, e jamais aparecem relações de produção novas e mais altas antes de amadurecerem no seio da própria sociedade antiga as condições materiais para a sua existência. Por isso, a humanidade se propõe sempre apenas os objetivos que pode alcançar, pois, bem vistas as coisas, vemos sempre, que esses objetivos só brotam quando já existem ou, pelo menos, estão em gestação as condições materiais para a sua realização. A grandes traços podemos designar como outras tantas épocas de progresso, na formação econômica da sociedade, o modo de produção asiático, o antigo, o feudal e o moderno burguês. As relações burguesas de produção são a última forma antagônica do processo social de produção, antagônica, não no sentido de um antagonismo individual, mas de um antagonismo que provém das condições sociais de vida dos indivíduos. As forças produtivas, porém, que se desenvolvem no seio da sociedade burguesa criam, ao mesmo tempo, as condições materiais para a solução desse antagonismo. Com esta formação social se encerra, portanto, a pré-história da sociedade humana. (MARX, 1983, p. 24-25)

Na citação acima, há implicitamente o princípio fundamental do materialismo histórico: o conceito de “relações de produção” — que nas sociedades de classe são lutas de classes. E podemos perceber, com uma leitura atenta, que Marx não é um determinista “econômico” ou “tecnológico”, pois não retira de sua análise os seres humanos, fazendo referência às relações que os seres humanos constituem no processo de produção.

O determinismo tecnológico de Stálin advém do “esquecimento” deste conceito fundamental que também constitui e é determinação fundamental de um modo de produção — as relações de produção. As relações de produção são as relações de trabalho que em sociedades classistas são relações entre classes sociais. No modo de produção capitalista, por exemplo, as relações de produção são fundamentalmente marcadas pela luta entre o proletariado, a classe que produz mais-valor, e os capitalistas que se apropriam deste mais-valor. São as relações entre os seres humanos, inseridos em relações sociais específicas que possibilitam o desenvolvimento ou não das forças produtivas. No capitalismo, por exemplo, o desenvolvimento das forças produtivas pode ser determinado pela necessidade dos capitalistas de extrair mais-valor relativo, e na competição entre os capitalistas que os obrigam a investir em capital fixo (instrumentos de produção, desenvolvimento de novas tecnologias etc.), ou seja, as relações de produção são a determinação fundamental do desenvolvimento das forças produtivas e também de todo modo de produção. Segundo Viana:

De onde vem a autonomia dos meios de produção? Máquinas, instalações, edifícios, infraestrutura energética etc., se desenvolvem por conta própria? Isto tem um caráter absurdo, pois são os seres humanos que produzem as invenções, as novas máquinas, as instalações, os edifícios, são eles que extraem as matérias-primas etc., e tudo isto no interior de determinadas relações sociais, que provocam ou impedem o desenvolvimento das forças produtivas. As forças produtivas, por si mesmas, não se desenvolvem. Somente no pensamento mágico se poderia supor o contrário e, neste caso, então, as mesas poderiam começar a dançar como se tivessem vida própria, tal como Marx colocou. As forças produtivas no capitalismo são mercadorias e, por conseguinte, o fetichismo das forças produtivas é o fetichismo da mercadoria apresentado sob linguagem marxista (VIANA, 2007, p. 27).

Ainda segundo Viana,

As forças produtivas se desenvolvem, sem dúvida. Porém, esse desenvolvimento depende das relações de produção, pois são estas que lhes dá vida e movimento. As relações de produção são as relações que os indivíduos reais executam no trabalho e na distribuição dos bens produzidos. Nas sociedades pré-classistas, estas relações se fundamentam sob uma divisão rudimentar do trabalho que se caracteriza pela divisão sexual e etária do trabalho e, por conseguinte, não expressam uma relação de classe. Nas sociedades classistas, devido ao aprofundamento da divisão social do trabalho, as relações de produção são, imediatamente, relações de classes (VIANA, 2007b, p. 80).

Aqui fica claro o reducionismo e deformação de Stálin da teoria marxista da história. Ele simplesmente apaga os seres humanos, reais e concretos, inseridos em relações sociais específicas. Ele ignora a existência das relações de produção, das classes sociais, e da luta entre elas, e dá primazia para as “coisas” como as máquinas. Para Stálin, o motor da história é o desenvolvimento dos meios de produção, já para Marx o motor da história, nas sociedades classistas, são as lutas de classes, como afirmara no Manifesto Comunista (MARX, 1988). A concepção de Stálin, ancorada em Engels e Lenin, é ao mesmo tempo certidão de nascimento de uma ideologia deformadora do marxismo e o atestado de óbito do materialismo histórico, pois retira dele um conceito fundamental que são as lutas de classes.

O materialismo histórico não é uma ciência da história que busca investigar e expressar “leis” da sociedade e da história. Como podemos perceber, o materialismo histórico é uma teoria, ou seja, expressa a realidade, mas expressa uma parte específica da realidade que é a sociedade e a história das sociedades. O materialismo histórico pode ser verificado na realidade. A realidade é que determinou e determina o desenvolvimento do materialismo histórico e seus conceitos fundamentais, e nada tem

a ver com leis³ retiradas da natureza e generalizadas para o estudo da sociedade e da história. Quando se generaliza leis da natureza para a análise da sociedade, está de fato, subsumindo a realidade a um modelo, isto é, não é a realidade que está determinando a teoria, é a “teoria” que está determinando a realidade. E isto provoca o reducionismo da mesma, pois retira parte dela encaixando-a em um modelo.

Crítica à Concepção de Stálin Sobre o Método Dialético

Segundo Stálin, o método dialético é constituído por leis da matéria, e essas leis são aplicáveis aos fenômenos sociais. O que acontece, de fato, é a transformação da dialética marxista em uma dialética positivista com um caráter burocrático (rígida e regulamentada) (VIANA, 2019). Para isso, Stálin separa certos aspectos da realidade, cria uma regra formal, e depois compara esta regra formal ao mesmo aspecto da realidade que lhe foi retirada. Mas como afirma Viana,

Não se pode observar um ou alguns seres e daí retirar regras para fundar um modelo formal aplicável a todos os outros seres existentes. O movimento histórico da natureza e o movimento histórico das sociedades humanas são distintos e por isso não se pode proceder através da extração de aspectos da realidade de um para erigir um modelo formal aplicável ao outro ou à sua totalidade (VIANA, 2007b, p. 99).

E o mais interessante é, apesar de Stálin reivindicar para si o marxismo, Marx nunca exprimiu nada sobre “leis da natureza”⁴ em nenhum de seus escritos, e devido a isto, Engels e Lenin são os autores mais citados em seu livreto. Podemos nos perguntar, portanto, o que é realmente a dialética marxista. Segundo Viana,

Em primeiro lugar, ela não cria um modelo formal que depois busca confirmá-lo na realidade, tornando esta manifestação dele; em segundo lugar, ela não procede através da constatação de que existem certos fenômenos sociais e naturais e extrai deles um conjunto de aspectos que são transformados em um modelo, que por sua vez, é generalizado para todos os fenômenos. [...] Aqueles que se utilizam dela [da dialética] partem da análise da realidade concreta e daí retiram um conjunto de relações que são expressas por categorias e que

³ Vale ressaltar que quando Marx usa a palavra “lei”, ele se refere a tendências, isto é, algo que não é permanente ou inevitável.

⁴ O próprio Marx deixa claro o que ele entende por lei: “Em si e para si, não se trata do grau mais elevado ou mais baixo dos antagonismos sociais que decorrem das leis naturais da produção capitalista. Aqui se trata desses leis mesmo, dessas tendências que atuam e se impõem com necessidade férrea” (MARX, 1996, p. 130).

passam a servir de recurso heurístico para se compreender esta realidade ou qualquer outra (VIANA, 2007b, p.100).

Poderíamos, então, afirmar que a dialética marxista seria normativa já que retira categorias da realidade concreta e generaliza para a análise da própria realidade. Porém, esta ideia só seria verdade se esquecêssemos que essas categorias são recursos heurísticos.

Não é um modelo e sim um conjunto de categorias relacionadas que são extraídas da realidade e servem de “guia” para analisá-la. Entretanto, este recurso heurístico não é normativo e sim apenas uma proposta provisória que deve ser verificada na realidade concreta. [...] Desta forma, as categorias da dialética materialista (totalidade, determinação fundamental, abstrato, concreto, forma conteúdo, ser etc.) não possuem “leis próprias” e nem determinam, a priori, a realidade. Não é a dialética que determina a realidade, mas, ao contrário, é a realidade que determina a dialética (VIANA, 2007b, p. 101).

A dialética, portanto, somente sugere a existência de certas relações que se forem confirmadas na análise concreta da realidade, deixa de ser um recurso heurístico e passa a ser teoria (expressão da realidade). Mas, se estas relações sugeridas não forem confirmadas pela análise da realidade concreta, deve-se desenvolver o recurso heurístico, alterando suas categorias e as relações entre elas. Isto demonstra a flexibilidade do método dialético, e mostra também que ele sempre pode ser reformulado ou desenvolvido.

Somente isso bastaria para refutar a concepção de Stálin e provaria que ele não é marxista, mas sim um deformador. Todavia, nossa análise seria incompleta se não demonstrássemos o procedimento correto da utilização do método dialético. Para isso devemos primeiramente resgatar, mais uma vez, a relação entre ser e consciência, e seu caráter ativo.

O ser humano está inserido em relações sociais que não são de sua escolha.

Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado” (MARX, 1986, p.17).

Aqui podemos perceber tanto a determinação material sobre a consciência, como também o caráter ativo da consciência. A consciência dos seres humanos é determinada, primeiramente, pelo modo que os seres humanos se relacionam uns com os outros e com a natureza, e este modo de se relacionar não foi escolhido pelos próprios seres

humanos, pois estes já nascem em relações sociais dadas, transmitidas pela geração anterior. Mas, ao mesmo tempo, a consciência é ativa e acaba gerando ações que podem mudar as próprias relações sociais. Um exemplo disso são os próprios recursos mentais criados para analisar a realidade, como o processo de abstração efetivada pelo método dialético. O método dialético, portanto, não surge do nada e, além de ser uma produção humana, surge no solo fértil dos interesses de uma classe social específica no capitalismo – o proletariado, pois esta é a única classe na sociedade capitalista que, devido a sua posição na divisão social do trabalho, tem o interesse de expressar a realidade em sua totalidade. Pode-se perceber que sem as relações sociais capitalistas e a luta da classe proletária, o método dialético não teria razão de ser produzido e desenvolvido, residindo aí sua determinação material. Então, a perspectiva do proletariado é fundamental para o marxismo.

A perspectiva do proletariado, então, é a perspectiva de uma classe social determinada e que expressa como ela vê a sociedade a partir de sua relação com ela. Tal perspectiva, segundo Marx, marcaria a unidade entre o que é visto e a forma como se vê. A perspectiva de Marx busca ser esta perspectiva de classe e é neste sentido que se pode compreender sua obra (VIANA, 2007, p. 41).

Somente agora, depois desses esclarecimentos que nos impossibilitam cair na armadilha do formalismo, podemos expor o procedimento do método dialético para concretizar a análise da realidade.

Segundo Marx: “Parece que o melhor método será começar pelo real e pelo concreto, que são a condição prévia e efetiva” (MARX, 1983, p. 218). Assim, deve-se iniciar a pesquisa pelo concreto. Mas o que é o concreto? O concreto é o real, o que existe, o que será analisado, e é a síntese de múltiplas determinações. Nele já estão presentes todas as suas múltiplas determinações, e nos cabe, por meio do processo de abstração dialética, descobrir essas múltiplas determinações, sobretudo a determinação fundamental do fenômeno.

É justamente pela faculdade de abstrair e pelo estudo das categorias mais simples que se pode apreender e explicar o concreto-dado, ou seja, é a partir da abstração de categorias mais simples que deve se iniciar o processo de pesquisa, após iniciado este processo deve-se chegar, por abstrações sucessivas, a abstrações cada vez mais complexas (MAIA, 2015, p. 12).

Após iniciarmos a pesquisa pelo concreto-dado, ou seja, pela forma que o fenômeno aparece imediatamente na consciência, devemos — pela faculdade de

abstração — descobrir as múltiplas determinações do fenômeno. Isto quer dizer que o objetivo da pesquisa é transpor para a mente o concreto existente na realidade. E esse é o nosso ponto de chegada, o concreto-pensado. O concreto-pensado é o real, o que existe efetivamente, porém transposto para a mente. Então, iniciamos a pesquisa pelo concreto-dado e, com o processo de abstração, o abandonamos para alcançarmos o ponto de chegada, que é o concreto-pensado.

A determinação fundamental de um fenômeno é sua razão de ser e o que o diferencia de todos os outros. No entanto, há outras determinações não fundamentais, “como a determinação formal, a determinação imediata, a determinação conjuntural, e a determinação extraordinária” (Viana, 2001, p. 93). Devido ao nosso foco analítico, não poderemos especificar cada uma delas, mas isso já mostra que o método dialético não é determinista e nem um pouco reducionista. Assim, a dialética verdadeiramente marxista é um recurso heurístico, fundamentado na perspectiva do proletariado. A dialética marxista nada tem a ver com a dialética positivista apresentada por Stálin, por isso, pode-se concluir que ele não parte da perspectiva do proletariado.

Stálin e Interesses de Classe

A relação entre “materialismo dialético” e materialismo histórico de Stálin é que o último deriva do primeiro. Contudo, de acordo com o que foi mostrado, podemos concluir que, primeiramente, não existe “materialismo dialético” – o que há, de fato, é o método dialético e o materialismo histórico – e, em segundo lugar, “o materialismo histórico é produto e condição do método dialético e que o método dialético é produto e condição do materialismo histórico” (MAIA, 2015, p. 13).

O que é então o materialismo histórico-dialético?

Ele é, ao mesmo tempo, um recurso heurístico e uma teoria. O “prefácio” que Marx escreveu à Contribuição à Crítica da Economia Política é um recurso heurístico e quando ela se manifesta numa análise concreta [...] torna-se uma teoria. Esse recurso heurístico pode ser também chamado de método, mas nunca pode ser confundido com um “modelo”. Ele não nasceu de uma ideia criada arbitrariamente e sim de uma análise concreta e daí tornou-se um modo de “relacionar as “coisas existentes”, que é confirmado ou refutado na sua aplicação às relações reais. Portanto, a fonte do materialismo histórico-dialético é o “mundo concreto” e, justamente por isto, ele sempre pode ser reformulado ou enriquecido (enquanto recurso heurístico) no contato com este (VIANA, 2007b, p. 95).

Nesse sentido, Stálin deforma o materialismo histórico-dialético reificando-o, coisificando-o. Ele parte da perspectiva de uma classe social específica que tem seus próprios interesses e valores – a burguesia estatal russa. Para justificar e legitimar os interesses de sua classe foi necessário que Stálin retirasse os seres humanos, reais e concretos do marxismo, transformando-o em uma ideologia, isto é, foi necessário retirar as lutas de classes do materialismo histórico, tornar o proletariado um valor decorativo (pseudovalor) e transformar a dialética marxista em uma dialética positivista com um caráter burocrático (rígida e regulamentada) (VIANA, 2019).

O stalinismo, uma variante do leninismo, é a ideologia oficial de legitimação do capitalismo estatal russo. É produto de um setor da burocracia mais extremista e radical que, apesar de sua ambição em tonar-se classe dominante, recorreu à episteme burguesa e à assimilação do marxismo — devido a necessidade de conseguir apoio do proletariado — para conseguir alcançar seus próprios interesses (VIANA, 2019).

Nada é mais irônico do que “a teoria que desvendou o caráter fetichista das representações cotidianas e das ideologias que as sistematizam ser transformada, ela mesma, numa espécie de fetichismo” (VIANA, 2007b, p. 28).

Considerações Finais

Com isso, acreditamos que cumprimos com o objetivo do nosso trabalho, que era a crítica à concepção stalinista do materialismo histórico-dialético. Demonstramos que o stalinismo é antagônico ao marxismo, e o primeiro apenas recorre ao segundo pela necessidade de legitimar o capitalismo estatal russo, disfarçando seu verdadeiro interesse pela manutenção da exploração e da dominação.

Através do resgate do marxismo autêntico, bem como da utilização das armas da crítica nas deformações do marxismo, poderemos retirar os obstáculos que impedem o avanço da consciência do proletariado, pois a consciência correta da realidade é fundamental para concretizar o projeto autogestionário.

Referências

KORSCH, Karl. *Marxismo e Filosofia*. Porto: Afrontamento, 1977.

MAIA, Lucas. O Materialismo Histórico-Dialético. *Marxismo e Autogestão*, ano 02, num. 03, jan./jun. 2015, p. 9-15. Disponível em: <https://redelp.net/revistas/index.php/rma/article/view/3maia3/282>. Acessado em: 24 jun. 2020.

MARX, Karl. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. 2ª ed., São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Petrópolis: Vozes, 1988.

MARX, Karl. *O Capital*. Vol. 1. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

STÁLIN, Joseph. *Sobre o Materialismo Dialético e o Materialismo Histórico*. 2014. Disponível em: <http://www.histsocialismo.com/docs/MatDialecticoHist%C3%B3rico.pdf>

VIANA, Nildo. *A Consciência da História: Ensaio sobre o Materialismo Histórico-Dialético*. 2ª ed., Rio de Janeiro: achiamé, 2007.

VIANA, Nildo. *Escritos Metodológicos de Marx*. Goiânia: Alternativa, 2007b.

VIANA, Nildo. *A Questão da Causalidade nas Ciências Sociais*. Goiânia: Edições Germinais, 2001.

VIANA, Nildo. *Hegemonia Burguesa e Renovações Hegemônicas*. Curitiba: CRV, 2019.

SOBRE A CONCEPÇÃO DE REVOLUÇÃO EM OTTO RÜHLE E O PAPEL CONTRARREVOLUCIONÁRIO DO PARTIDO POLÍTICO

Erisvaldo Souza¹

Introdução

Na perspectiva de Otto Rühle sem dúvidas percebemos em seus escritos e ações práticas os limites das instituições e organizações burocráticas, dentre elas, o Estado, partidos políticos e outras organizações de cunho conservador que se diziam representar os trabalhadores como os sindicatos.

Neste breve artigo temos como proposta realizar uma investigação de como esse autor analisou questões voltadas para uma revolução e ao mesmo tempo mostrando como o partido político foi limitador desta, mas obviamente que esta organização não foi e nem será a única capaz de limitar a ação dos trabalhadores revolucionários em momentos de busca por uma transformação social radical das relações sociais. Neste caso, o partido político seria somente uma organização em relação a muitas outras, mas também instituições como o Estado e outras ligadas a um tipo de organização burocrática, tanto pública como privada.

A obra de Rühle não é tão extensa, mas temos bons elementos para pensarmos essas duas questões neste artigo, a saber a obra *Da revolução burguesa à revolução proletária*, mas também seu breve artigo *A revolução não é tarefa de partido* e sua biografia escrita por Paul Mattick. Esses textos são fundamentais para que possamos caminhar no sentido de compreender suas reflexões sobre a revolução proletária, pois trata-se de um longo caminho até chegar à derrubada por completo da sociedade burguesa e um novo modelo de sociedade, tendo por base a livre associação dos produtores, tal como expresso na obra de Marx e Engels (2015). Assim, vamos perceber ao longo desse artigo a proximidade de alguns elementos da obra de Rühle com a de Marx.

¹ Graduado em História, Especialista em Ciência Política pela Universidade Estadual de Goiás (UEG). Mestre e Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Militante do MOVAUT – Movimento autogestionário.

Por outro lado, o contexto no qual Otto Rühle produziu sua obra foi a Alemanha a partir dos anos de 1920, período marcado pelo avanço das lutas operárias nesse país, onde também já temos o acúmulo das lutas operárias anteriores. Por outro lado, Inglaterra e França irão influenciar os trabalhadores alemães do início do século XX, período marcado pela primeira grande guerra mundial.

Rühle conhecia muito bem o movimento operário alemão e europeu e ao longo de sua trajetória intelectual buscou contribuir com o mesmo, realizando a crítica as organizações burocráticas que visavam tão somente controlar a vida dos trabalhadores. Segundo ele era preciso pensar além dessas organizações e com autonomia em termos de organização da luta dos trabalhadores.

Segundo Mattick (1960) o fato de, mesmo no interior das organizações operárias dominantes, Rühle ter permanecido independente é uma prova da sua sinceridade e da sua integridade. Desta forma, seus escritos, como iremos perceber, têm coerência com o seu posicionamento político. Entretanto, nas palavras de Mattick, todo o seu pensamento foi, contudo, determinado pelo movimento ao qual se opunha e é necessário analisar as características deste para compreender o homem em si mesmo.

Por sua vez, buscando compreender a organização dos trabalhadores a partir de organizações burocráticas e ao mesmo tempo a ação do movimento operário em termos revolucionários. Assim, demonstra interesses opostos, enquanto as primeiras visam a manutenção da sociedade capitalista com algumas poucas reformas nas relações de trabalho ou até mesmo direitos mínimos socialmente. O movimento operário revolucionário visa acabar com o modelo de sociedade vigente, que é a sociedade capitalista.

Por fim, entender essas questões a partir da obra de Rühle, torna-se fundamental para que possamos perceber as classes sociais em luta, pois não há como definir ou realizar previsões fatalistas sobre o fim da sociedade de classes ou não, o que vai possibilitar seu fim ou não é a luta entre as classes sociais, fato este que nos possibilita continuar na luta cotidiana contra o domínio da classe dominante.

A revolução burguesa

Marx e Engels já haviam destacado no *Manifesto do Partido Comunista* o papel revolucionário o qual a classe burguesa desempenhou historicamente, principalmente no sentido de estabelecer a sociedade capitalista e, ao mesmo tempo, destruir por completo o modelo de sociedade anterior, que era a sociedade feudal. E qual a relação da obra de Rühle com a de Marx? Essa é uma questão interessante para podermos começar a nossa discussão a partir da obra *Da revolução burguesa à revolução proletária*.

Assim, o autor retoma alguns apontamentos sobre a obra de Marx, inicialmente afirma que “a emancipação da classe trabalhadora é obra dos próprios trabalhadores” (RÜHLE, 1975). Entretanto, não precisam de dirigentes profissionais ao modelo da vanguarda defendida por Lenin em sua obra *Que fazer* (1978). Desta maneira, podemos perceber como Rühle vai desenvolvendo suas reflexões sobre esse fenômeno, inicialmente na Alemanha que era onde este autor estava vivendo.

Inicialmente em sua obra, o autor nos chama a atenção para algumas questões sobre a modernidade e a ação do capital em relação à sociedade capitalista. Segundo Rühle (1975) não temos ilusões de que a nossa simples modernidade histórica os garanta uma maior compreensão da natureza fundamental desta experiência para a classe revolucionária do que para aqueles que viveram e lutaram nela como revolucionários marxistas, do ponto de vista do comunismo, tal como eles o entenderam. Mas, pelo nosso lado, o nosso comprometimento com o futuro que informa a nossa luta, organizada na base do projeto comunista, é um compromisso fundamentado na necessidade de não fazer concessões ao capital ou aos seus representantes, qualquer que seja a roupagem de que se revestem, num período objetivamente favorável à maturação do potencial revolucionário do proletariado internacional, a classe por si mesma.

Historicamente a classe trabalhadora não deve esperar as transformações sociais a partir da boa ação dos representantes do capital. Esta classe deve buscar se organizar e lutar contra o poder constituído da classe burguesa. Na experiência da classe burguesa desde a crise da sociedade feudal, esta foi impondo um novo modo de vida que na realidade não houve concessões. Da mesma forma, a classe trabalhadora no momento

do acirramento das lutas e a possibilidade da nova sociedade que é a sociedade comunista, não deve fazer concessões e sim cortar o “*mal pela raiz*”².

Os capitalistas criaram todo um discurso de um modelo de sociedade que seria bom para todos, ao mesmo tempo em que acumulavam riquezas e inseriam todo tipo de exploração em relação ao trabalho de crianças, mulheres e homens que passaram a trabalhar até 16 horas diárias em fábricas e indústrias no contexto da Revolução Industrial Inglesa. Essas práticas vão gerar revoltas e associações de trabalhadores que passaram a lutar contra essas ações que só destruíam as potencialidades dos trabalhadores.

Rühle (1975) cita as duas principais revoluções burguesas na Europa, na Inglaterra e na França. Assim, o autor destaca que na revolução inglesa ficou demonstrada toda a força e determinação da classe burguesa, economicamente desenvolvida, firmemente enraizada e politicamente independente, que esmaga as velhas tradições assim que se tornam obstáculos, não reconhece sentimentalismos, sabe exatamente o que quer e não abdica de um passo que os seus interesses lhe requeiram.

Desta forma, a burguesia foi levando à frente seu projeto de classe, inclusive fortalecendo historicamente sua consciência e produzindo ideologias para a defesa dos seus interesses particulares, mas como se fosse de toda a sociedade. Assim, buscando legitimar suas ações e práticas em relação ao mercado capitalista que estava em forte ascensão nesse país.

Por outro lado, Rühle (1975) aponta que na França ocorreu a mais espetacular de todas as revoluções burguesas – a “grande revolução”. Não tem igual na sua força, no seu caráter de classe e na sua importância histórica. Os historiógrafos veem nela a fronteira do princípio de Idade Moderna, da época burguesa propriamente dita.

De fato, essas foram as duas principais revoluções burguesas ocorridas na Europa e com propósitos bem definidos, impor todo um modelo de vida e distinto do anterior

² Seria a inauguração de um novo modelo de sociedade que seria a sociedade comunista, tendo por base novas relações sociais e a superação por completo da sociedade capitalista e seus valores egoístas, individualistas, mas essa nova sociedade será construída com muita luta e organização coletiva dos trabalhadores.

em relação ao proletariado urbano que estava se formando na Europa. Mas, por outro lado, ocorreram revoltas, contestações em relação a implementação desse novo modo de vida e a luta de classes foi evidente, inclusive foram várias tentativas de derrubada do poder burguês.

Nesse contexto, foi sendo criada toda uma burocracia privada e estatal, onde ambas trabalham em conjunto para estabelecer certo controle sobre a classe trabalhadora. Rühle faz a crítica dessa forma de organização burocrática na Alemanha e na União Soviética, principalmente ao partido comunista e a sua forte organização burocrática. Assim, o autor realiza uma forte crítica ao Estado, aos partidos políticos e demais organizações burocráticas que limitam a ação dos trabalhadores, pois esses devem se organizar a partir de outro modelo que seja autônomo e independente destas organizações que falam em seu nome, mas não os representam.

Quando o autor faz uma análise sobre as transformações que ocorreram na Rússia após a Revolução de 1917, nos mostra muito bem o que aconteceu nesse país em termos de possíveis mudanças. Na verdade, o que aconteceu foi a imposição de um governo forte a partir da ação de seus intelectuais na qual fortaleceram a burocracia partidária e o Estado após a sua chegada ao poder.

Segundo Rühle (1975) a ditadura do partido é despotismo de comissários, é capitalismo de Estado. A ditadura czarista foi a de uma classe sobre todas as outras classes; a dos bolcheviques é a de 5% de uma classe sobre todas as outras classes, e sobre 95% da sua própria classe³. Isto demonstra que não se trata de um modelo de sociedade comunista como muitos entendem historicamente de forma equivocada. Como aponta o autor, é o que ficou conhecido como capitalismo de Estado e ainda nos deixa claro como que o bolchevique instituiu esse modelo de sociedade.

Então, está evidente que tanto o Estado como os partidos políticos estão associados à burguesia para impor determinados limites na ação do proletariado em luta, fato este que vai fazer com que parte do capital seja investido nessas organizações como

³ Em relação ao partido bolchevique russo, esse partido era uma classe a parte (burocracia estatal) e não uma fração do proletariado. No discurso do partido e da sua burocracia, fazem o discurso que representam os trabalhadores, mas na prática não acontece.

um partido político. Assim, para os bolcheviques essas questões serão mais importantes ainda, pois na ditadura do partido essas ações serão mais fortes ainda no sentido do fortalecimento da burocracia do partido e sua relação com o Estado.

O Estado passa a ser o grande organizador das ações de seus intelectuais pertencentes ao partido, onde o partido ganha força para atuar e auxiliar o Estado em suas ações burocráticas para controlar a vida do trabalhador e da sociedade em geral. Esse é mais um motivo para afirmar que não se trata de uma sociedade comunista, mas sim de um capitalismo de Estado, que é a tese defendida por Rühle (1975) e Pannekoek (2018).

Temos então, vários obstáculos para que a classe trabalhadora possa avançar em sua luta contra os representantes da sociedade burguesa e do capital. Rühle destaca também a questão dos sindicatos que ao longo do século XX mais auxiliaram os representantes do capital do que aos próprios trabalhadores. Assim, o autor afirma que o sindicalismo era inadequado para as tendências revolucionárias em evolução no proletariado.

A partir de agora, iremos mostrar de forma mais organizada como algumas dessas organizações de trabalhadores de cunho conservador e burocrática acabam trabalhando para defender a posição do patrão e não a do trabalhador em luta. Desta forma, podemos perceber abaixo:

Como instrumentos pré-revolucionários da política burguesa, os partidos e os sindicatos operam sob a influência de cúpulas profissionais de tendência pequeno-burguesa, de modo não revolucionário, contrarrevolucionário. A tentativa de revolucionar os sindicatos é mostrada como um truque demagógico (RÜHLE, 1975, p. 55).

Essas são duas organizações que auxiliam diretamente para a manutenção das relações sociais burguesas no âmbito da sociedade capitalista. São organizações burocráticas que visam um forte controle dos seus associados, apesar de fazer o discurso que representam seus associados. Mesmo com algumas distinções no seu interior, os sindicatos na sua grande maioria lançam candidaturas de seus líderes, pois esses se associam a partidos políticos e posteriormente se lançam na vida pública em busca de

poder político constituído dentro do Estado⁴. O discurso crítico-revolucionário dos líderes sindicais, não passa de uma falácia para agradar os trabalhadores, que devem estar sempre atentos com esses chamados “representantes” sindicais, mas também políticos. Como fica evidente na citação de Rühle são truques demagógicos.

A revolução proletária

Ao retomar alguns apontamentos sobre a obra de Marx, Rühle (1975) afirma que o proletariado tem que aprender a tomar nas suas próprias mãos a questão da sua libertação. Começa-se a compreender que a revolução proletária é, antes de mais, um fenómeno económico e que a sua preparação e realização tem que começar a partir das fábricas.⁵ A partir das fábricas ocupadas e com uma forte organização coletiva a classe trabalhadora começa a avançar para a tomada de poder, onde não deve fazer concessões, pois historicamente a burguesia e as demais classes dominantes não fizeram. Estas utilizaram de todas as forças para poder estabelecer sua forma de dominação em relação ao restante da sociedade.

Muitas vezes o trabalhador percebe a partir das ações dos governos de que vai nacionalizar a riqueza, ao mesmo tempo em que pode gerar confusões na mente de muitos trabalhadores, ao achar que algum governo tem a intenção de dividir riquezas com a classe trabalhadora. Nesta perspectiva, podemos perceber algumas reflexões interessantes sobre essa questão: “no entanto, nacionalizar não é socializar. Através das nacionalizações pode-se chegar a um capitalismo de Estado em larga escala, estreitamente centralizado, que pode exibir diversas vantagens em relação ao capitalismo privado. Só que continua sendo capitalismo” (RÜHLE, 1975, p. 71).

Neste caso, pode haver dúvidas para o trabalhador, pois trata-se de uma questão um tanto complexa, principalmente da questão do nacionalizar com interesses dos trabalhadores. Para os trabalhadores não importa a nacionalização ou um capitalismo de

⁴ Esta perspectiva pode ser encontrada em Tragtenberg (2011) e Souza (2017).

⁵ Na verdade, a revolução na qual o autor se refere, deve começar nas fábricas e demais espaços de trabalho, como indústrias, trabalhadores do campo, do comércio e demais atividades ligadas ao modo de produção capitalista. Além de económica a revolução ocorre nos mais variados espaços da sociedade, tanto em termos económicos, políticos, sociais, culturais etc.

Estado, mas sim avançar para a sociedade comunista, que é algo bem diferente do que querem os burgueses e seus representantes.

Então, essas organizações e instituições são representantes dos burgueses e dos seus auxiliares diretos, bem como da categoria dos ideólogos e demais intelectuais conservadores e defensores da ordem social e política burguesa. Desta forma, a classe trabalhadora, deverá buscar seu caminho a partir de sua luta e da sua organização. Assim, a classe trabalhadora organizada vai ter que lutar contra a classe burguesa, seus representantes, os partidos políticos, os sindicatos, o Estado e demais organizações conservadoras, isto quer dizer que é uma luta árdua e dura na qual o proletariado tem que travar cotidianamente até a sua vitória final.

Por outro lado, quem está do lado dos trabalhadores? Eles próprios organizados e em luta para atingir seus objetivos, mas obviamente aqueles apoiadores como os intelectuais engajados e revolucionários que já apoiam a classe trabalhadora na sua luta. Por outro lado, aqueles que irão se inserir de acordo com o avanço da luta dos trabalhadores⁶, pois certos grupos ao perceberem a luta dos trabalhadores como verdadeira, vão apoiá-los no sentido de sua continuidade.

Neste sentido, Rühle (1975) destaca que a revolução proletária tem que desenvolver as suas próprias táticas de luta, que podem ser pela união entre os trabalhadores de fábricas ou indústrias, organizações de operários por bairro, cidades, ou regiões, mas que possam ter os mesmos interesses e objetivos e, aí sim, fazer a luta se ampliar e ao mesmo tempo gerar um sentimento comum de organização coletiva e solidariedade entre os mais variados grupos de trabalhadores.

Podemos destacar que essas questões podem surgir a partir das greves, pois segundo Rühle (1975) as greves “*selvagens*” que rebentaram por toda a parte e eram desencadeadas contra a vontade dos sindicatos, deram lugar à eleição de comitês de ação revolucionária, aos quais em breve as seguiram conselhos operários revolucionários. Todas essas ações, mostram a forma da classe operária organizada e

⁶ Segundo Rühle (1975) quando os intelectuais, no interesse do proletariado, servem o importante processo de assimilação científica e reelaboração dos trabalhos intelectuais, merecem por isso reconhecimento e gratidão, não injúrias ou acusações.

que ocorreram experiências em vários países da Europa desde o século XIX como na França e a Comuna de Paris, passando por inúmeras outras experiências ao longo do século XX, como é o caso da própria Revolução Russa com os soviéticos, na Ucrânia, Hungria, Portugal. Sendo assim, essas experiências sempre foram uma busca pela luta direta contra a classe burguesa e seus representantes que em momentos históricos avançam e outros recuam por conta da própria lógica da luta de classes.

Rühle (1975) nos mostra um pouco do que é o cotidiano do trabalhador na fábrica, pois é na fábrica que o operário enfrenta o capitalista face a face, sente o pé no pescoço, irrita-se, azeda-se. Se rebenta aqui um conflito, não pode furtar-se a ele tão facilmente e está sob controle dos outros. Não só na fábrica, mas nos mais variados espaços de trabalho que o trabalhador vai enfrentar seus patrões, não diretamente, mas seus representantes, como chefes, gerentes, gestores etc., mas que ele não pode deixar de lutar contra essas práticas de imposição e exploração no local de trabalho, pois sua luta é cotidiana, apesar do forte controle que é exercido sobre todos os trabalhadores para não reagir a essas atrocidades.

Nas palavras de Rühle (1975) em todas as fábricas há um núcleo de elementos revolucionários. Esses podem vir de várias doutrinas, partidos e sindicatos. Só uma grande ilusão pode sustentar que só há revolucionários num partido⁷ ou que a adesão a um partido constitui uma qualidade revolucionária. Por outro lado, aqueles grupos de trabalhadores que partem de uma perspectiva crítico-revolucionária, devem ficar atentos com os representantes de partidos e sindicatos nos locais de trabalho para poder observar o que esses fazem para poder auxiliar os patrões no sentido de ir contra os trabalhadores em geral.

Os trabalhadores organizados não podem meramente reproduzir o que fazem os partidos políticos e os sindicatos e demais organizações burocráticas que dizem representar os trabalhadores em luta. Agora, podemos fazer mais um questionamento para podermos entender melhor as ações dos trabalhadores em luta. E o que devem

⁷ Em outro texto o autor deixou clara sua posição e perspectiva de análise dos partidos políticos, ao mostrar como o partido político exerce um papel e poder conservador em relação a luta dos trabalhadores pela transformação social. Esta perspectiva é apontada no texto: *A revolução não é tarefa de partido*.

fazer os trabalhadores? Nas palavras de Otto Rühle, a forma mais coerente para os operários seria então os conselhos operários, que é o que vamos analisar em termos de perspectiva proletária que rompe com as relações sociais capitalistas. Desta maneira podemos dizer que:

O sistema dos conselhos operários é a organização do proletariado correspondente à natureza da luta de classes, como da futura sociedade comunista. Se Marx disse que a classe operária não podia simplesmente tomar a máquina governamental do Estado capitalista, mas tem que encontrar a sua própria forma para realizar a tarefa revolucionária, este problema resolve-se na organização dos conselhos (RÜHLE, 1975, p. 121).

Historicamente desde as primeiras organizações operárias mais autônomas da Revolução Industrial na Inglaterra da segunda metade do século XVIII, passando por sindicatos burocratizados, a classe trabalhadora sempre se organizou para lutar contra seus patrões e as mais variadas formas de opressão, exploração, dominação no local de trabalho. Essas formas de organização em alguns momentos da luta avançam e chegam a contestar diretamente as relações sociais capitalistas no sentido da transformação social total destas relações. Por outro lado, os trabalhadores encontraram nos conselhos operários⁸ uma forma coletiva de auto-organização na luta pelos seus interesses e na destruição da sociedade capitalista em sua totalidade.

Entretanto, os conselhos operários devem ser obra dos próprios trabalhadores, sem dirigentes profissionais, partidos políticos, sindicatos burocratizados e demais organizações que visam estabelecer controle sobre suas ações. Neste sentido, os conselhos operários são a base para a organização, luta e conseqüentemente a superação da sociedade capitalista em sua totalidade. É nessa perspectiva que a classe trabalhadora organizada deve buscar a superação total desse estado de exploração na qual está inserida.

Ainda assim, é preciso dizer que os conselhos operários foram se formando historicamente, por isso afirmamos que:

A ideia dos conselhos nasceu na Comuna de Paris. Os combatentes da comuna reconheceram que era necessário destruir resolutamente a máquina

⁸ Podemos citar aqui, mais alguns referenciais importantes para a compreensão dos conselhos operários, como a obra de Lucas Maia: *Comunismo de conselhos e autogestão social*, publicado pela editora Virtual Books (2010) e Erisvaldo Souza: *Partidos políticos, intelectuais e conselhos operários*, pela mesma editora (2018)

burocrática militar em vez de passar de uma mão para outra, se quisessem chegar a uma “verdadeira revolução popular”. Substituíram a maquinaria esmagada do Estado por uma instituição de caráter fundamentalmente diferente: a comuna. “A comuna”, escreveu Marx, “não seria um corpo parlamentar, mas produtor, executivo e legislativo ao mesmo tempo. Em vez de decidir uma vez em cada 3 ou 6 anos qual o membro da classe dominante que deve representar ou esmagar o povo no parlamento, o direito geral de voto serviria o povo constituído em comunas, tal como o direito individual de voto serve a todos os outros padrões para alugar trabalhadores, capatazes e guarda-livros para seus negócios (RÜHLE, 1975, p. 121).

Não se trata de simplesmente trocar os chamados representantes da sociedade no governo, mas de destruir por completo toda sua estrutura, pois essa está a serviço dos interesses da classe dominante, onde simples reformas quando necessário essa mesma classe que oprime e domina os trabalhadores é capaz de fazer. Agora, é preciso ir além dessas simples reformas que nada mudam na vida dos trabalhadores, pois a Comuna de Paris foi a primeira experiência vivida pelos trabalhadores e passou a ser exemplo para outras revoluções de cunho popular. Como é apontado por Marx, todo governo ou parlamento vai esmagar “o povo”, pois nas experiências republicanas modernas onde se tem uma forma representativa de governo, tendo um partido ou vários partidos no poder que vão impor um modelo de “governo representativo”, mas que na prática esses representam mesmo a classe dominante⁹.

Por outro lado, os conselhos operários são o oposto do que é a sociedade capitalista, mas para atingir esse objetivo, somente com muita luta e organização. Abaixo alguns apontamentos importantes sobre os conselhos.

A luta pela organização dos conselhos apresenta três fases. A primeira é a luta pela conquista do poder. Aqui, a organização dos conselhos é a libertação progressiva das cadeias do capitalismo: sobretudo, também das cadeias do mundo intelectual burguês. Na sua formação estão compreendidos o desenvolvimento progressivo de autoconsciência do proletariado; a vontade de converter a consciência de classe proletária em realidade e de lhe dar expressão visível (RÜHLE, 1975, p. 125).

Essa luta é cotidiana, deve ser coletivamente organizada e pensada pelos trabalhadores nos locais de trabalho, ao mesmo tempo os trabalhadores buscam ter uma consciência de classe para estarem fortes para enfrentar as ações da classe dominante, que não vai entregar seu poder e domínio de graça para os trabalhadores.

⁹ Para uma análise marxista sobre a representação política e de um governo representativo, ver a obra de Viana (2003) *O que são partidos políticos*.

Esses irão resistir fortemente, então, essa tomada de poder poderá ser violenta. A luta dos trabalhadores é verdadeira, mas levará certo tempo para que os trabalhadores possam ficar livres das ideias, dos valores e concepções de mundo da sociedade capitalista, mas isso é com o tempo.

Quando o autor se refere às cadeias do mundo intelectual burguês, aqui podemos dizer que são as mais variadas formas de produção cultural burguesas, que de fato é o que vai ser produzido nesse modelo de sociedade, como a própria ideologia, o saber, música, dança, teatro, literatura etc. Toda essa produção cultural auxilia a burguesia no sentido da manutenção dos seus interesses, valores e ideias, mas em uma sociedade comunista, essa realidade será radicalmente transformada. Sendo assim, uma nova forma de produção cultural será distinta dos interesses da burguesia e seus representantes, agora, trata-se de uma arte livre, autônoma em que vai estar presente as potencialidades humanas autênticas e não massificadas ou alienadas como era a produção cultural burguesa.

Considerações finais

Em termos gerais, a sociedade comunista vai sendo formada em outras bases, outros valores radicalmente distintos do que até então vivem os trabalhadores. Assim, está presente a união, a solidariedade dos trabalhadores que formam uma coletividade com outras ideias, valores na qual não se tem mais os interesses individuais e egoístas da sociedade anterior.

Podemos dizer que os conselhos operários segundo Otto Rühle vão destruir e afastar o velho sistema organizacional burocrático e centralista, o Estado capitalista, a economia do lucro, a ideologia burguesa e por outro lado vai criar e formar a estrutura de uma nova ordem social, a economia comunal, a federação das novas forças proletárias para a nova construção cultural, ou seja, a nova sociedade.

Ao se referir a Otto Rühle, Paul Mattick (1960) afirma que segundo ele as transformações sociais não vêm das organizações tradicionais, mas sim, deverão ser descobertas no seio das relações sociais em transformação, que são ainda determinadas pela contradição entre as relações capitalistas de produção e a direção do movimento

das forças produtivas da sociedade. Isto quer dizer que não é algo pré-determinado vai depender das forças de cada uma das classes sociais em luta.

Por fim, os trabalhadores a partir de suas lutas têm a oportunidade de viver uma nova forma de sociedade, que é a sociedade comunista e Otto Rühle nos ajuda a levar a frente todo esse projeto. Portanto, aqueles que estão do lado dos trabalhadores vão contribuir para seu objetivo final que é a derrubada de toda a estrutura da sociedade capitalista e a inauguração de um novo modelo de sociedade, livre e autônoma das amarras do capitalismo.

Referências

LENIN, Wladimir. *Que fazer*. São Paulo, Hucitec, 1978.

MAIA, Lucas. *Comunismo de conselhos e autogestão social*. Pará de Minas, Virtual Books, 2010.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Manifesto do partido comunista*. São Paulo, Edipro, 2015.

MATTICK, Paul. *Biografia de Otto Rühle*. Acessado em: [www://marxists.org/portugues/mattick/1960/mes/ruhle.html](http://www.marxists.org/portugues/mattick/1960/mes/ruhle.html). Acesso em 16/12/2019.

PANNEKOEK, Anton. *Conselhos de trabalhadores*. Curitiba, L-Dopa Publicações, 2018.

RÜHLE, Otto. *Da revolução burguesa à revolução proletária*. Porto, Publicações escorpião, 1975.

RÜHLE, Otto. *A revolução não é tarefa de partido*. Acessado em: [www://marxists.org/portugues/ruhle/1920/mes/tarefa/html](http://www.marxists.org/portugues/ruhle/1920/mes/tarefa/html). Acesso em: 16/12/2019.

SOUZA, Erisvaldo. *A trajetória intelectual e política de Maurício Tragtenberg*. Goiânia. UFG, 2017. (Tese de Doutorado).

SOUZA, Erisvaldo. *Partidos políticos, intelectuais e conselhos operários*. Pará de Minas, Virtual Books, 2018.

TRAGTENBERG, Maurício. *Teoria e ação libertária*. São Paulo, Unesp, 2011.

VIANA, Nildo. *O que são partidos políticos*. Goiânia, Edições Germinal, 2003.

MOVIMENTO AUTOGESTIONÁRIO

[HTTPS://MOVAUT.COM.BR/](https://movaut.com.br/)

[HTTPS://REDELP.NET/REVISTAS/INDEX.PHP/ENF](https://redep.net/revistas/index.php/enf)